

M. abs. #subst. Fin. (84.35/37)
2001.

01-0074/2001



Câmara Municipal de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

: 01-0074/2001 DE 2001

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0074/2001 DE 01/03/2001

PROMOVENTE: VEREADOR

CARLOS NEDER

EMENTA:

INSTITUI O PROGRAMA INCUBADORA DE COOPERATIVAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OBSERVAÇÕES:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
4/1/2011 15:57:36

00000055828-14



ARQUIVADO EM 18/01/2003

CHEFE DE SEÇÃO

FABIO VITOR DO NASCIMENTO

Agente de Apoio Legislativo

R.F. 11.090

COD. 0213

Materia PL 74/2001. RUBENS GONCALVES JUNIOR



Câmara Municipal
São Paulo

Folha nº 01 do proc.
Nº de 74 de 01

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar

SECRET
LTC-3-HOJE

AS COMISSÕES DE:

01 MAR 2001

01 - PL

PROJETO DE LEI 01-0074/2001

5) Institui o Programa "Incubadora de Cooperativas" no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Programa "Incubadora de Cooperativas", no âmbito da Administração Municipal.

Art. 2º - Os objetivos do Programa são:

- I- incentivar a criação de novas cooperativas;
- II- assessorar grupos na formação de cooperativas;
- III – propiciar capacitação profissional para a qualificação dos participantes das cooperativas;
- IV- aprimorar os métodos de gerência e administração das cooperativas;
- V- prestar serviços de consultoria para cooperativas;
- VI- acompanhar de forma sistemática e contínua o desenvolvimento das atividades das cooperativas;
- VII – viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários para a implantação e/ou instalação de cooperativas;
- VIII – gerar emprego e renda nos bairros.

01 MAR 2001

17:48h

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)
sob nº 224 e folha de informação sob nº
5 02/03/01 al. Ed

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 02 do proc.
Nº 74 de 01
Adeilina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

fls. 3

Art. 3º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo constituirá o Colegiado Regional de Desenvolvimento, em cada Administração Regional, com a participação das diversas secretarias afetas ao programa, de representantes da sociedade civil, de universidades onde se desenvolvam projetos de incubação de cooperativas, do empresariado, de micro e pequenos empreendedores e cooperativas, de escolas técnicas e de representações locais do SEBRAE-SP, da FIESP/CIESP, da Associação Comercial de São Paulo, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FCESP -, do Centro do Comércio do Estado de São Paulo – CCESP – e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

Art. 4º - Fica autorizado o aporte de recursos de Instituições Públicas ou Privadas interessadas em financiar o referido Programa.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Câmara Municipal São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 03 do proc. fls. 4
Nº de 74 de 01
Adeina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário da Câmara Municipal de São Paulo,
em

JUSTIFICATIVA

As cooperativas são uma importante forma de organização social, no processo de construção de alternativas de geração de trabalho e renda. Diversos trabalhadores que foram alijados do mercado de trabalho nos últimos anos vêm se organizando na forma de cooperativas de confecção e costura, reciclagem de lixo, lavanderia e limpeza, construção civil e administração de condomínios, artesanato, entre outros exemplos.

Estas cooperativas apresentam a característica de serem formadas por moradores de áreas de baixa renda, geralmente desempregados ou que vivem em situações de precarização do trabalho. A força de trabalho é o principal capital no processo de formação das cooperativas.

Todo o trabalho das cooperativas é desenvolvido pelos associados, não havendo terceirização das atividades afins. A remuneração é feita de acordo com o trabalho.



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 04 do proc. fls. 5
Nº 74 de 01
Adeina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Um dos principais empecilhos à expansão das cooperativas têm sido a falta de agentes que auxiliem o processo de criação e consolidação das cooperativas. Com o presente projeto de lei, objetiva-se o apoio do Executivo municipal a estas iniciativas. É oportuno ressaltar que outros municípios vêm adotando tais iniciativas, com bastante êxito, como Santo André e Diadema. Outras iniciativas importantes nesta direção são o Projeto Integrar Cooperativas, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT e pela Unitrabalho, e a experiência da Incubadora de Cooperativas da USP, orientada pelo Professor Paul Singer.

Entendemos que o presente projeto de lei contribuirá para a geração de trabalho e renda e a expansão das atividades cooperativadas e de Economia Solidária na cidade de São Paulo, em consonância com as políticas de inclusão social da Administração Marta Suplicy.

Paulo Sérgio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

fls. 6



Papel para informação, rubricado como folha nº 05

do processo nº 74 de 19 01 05 03 01 (a) Adelina *ad*

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, consta:
PL. 532/96 493/98.
Em 05-03-01.

[Signature]
INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

A Com. de Const. e Justiça

08/03/01
[Signature]
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em *12/03/01* às *19:05* hs.

Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

Ao Nobre Vereador Lairindo
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
Em 23 de 3 de 2001

[Assinatura]
Presidente

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 65

Em 23.03.01

(a)

[Assinatura]
Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

PL 0074/2001

13/03/2001

Folha nº	05
Processo	74
Carlos Roberto Silva	
Reg. 11130	

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Carlos Neder, que visa instituir o "Programa Incubadora de Cooperativas" no Município de São Paulo.

O projeto, em seu art. 2º, fixa os objetivos do Programa; o art. 3º obriga o Poder Executivo a constituir Colegiado Regional de Desenvolvimento, em cada Administração Regional, com a participação das Secretarias afetas ao programa e de diversas entidades para a implementação do supracitado Programa. Já o art. 4º, autoriza o aporte de recursos de instituições públicas e privadas.

Em que pesem os meritórios propósitos de seu autor, o projeto não reúne condições de prosperar, como veremos.

Toda campanha ou programa públicos são, em sua gênese, serviços públicos e envolvem, para sua implementação, órgãos e/ou servidores públicos, que possuem atribuições já determinadas em lei.

E, de acordo com a Lei Orgânica do Município, (arts. 37, § 2º, incisos III e IV, e 69, inciso XVI), o Sr. Prefeito tem iniciativa privativa para a apresentação de projetos que disponham sobre tais matérias.

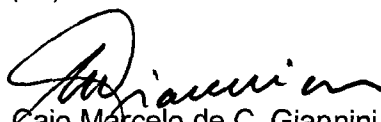
Desta forma, o Poder Legislativo ao adentrar na seara das matérias de iniciativa privativa do Poder Executivo viola o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, previsto nos arts. 2º da Constituição Federal, 5º da Constituição do Estado e 6º da Lei Orgânica do Município.

Ante o exposto, face ao vício de iniciativa, que é insanável, somos

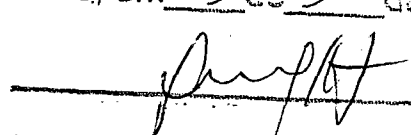
PELA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE.


Raimundo Batista
Assessor Técnico Legislativo
(Juri)


Marcela Falbo Giacaglia
Assessor Técnico Supervisor
Substituto


Caio Marcelo de C. Giannini
Assessor Técnico Legislativo Chefe
Substituto

Encaminhe-se, em 23 de 3 de 2001


Presidente da CCJ

De acordo para emissão de relatório pela
ILEGALIDADE e INCONSTITUCIONALIDADE.

Em _____ de _____ de _____

Relator

apenas contrária

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Se GUBIA, juntamente com este data, ~~uma carta de recomendação~~ ~~de 1947~~ ~~de 1948~~ ~~de 1949~~ ~~de 1950~~ ~~de 1951~~ ~~de 1952~~ ~~de 1953~~ ~~de 1954~~ ~~de 1955~~ ~~de 1956~~ ~~de 1957~~ ~~de 1958~~ ~~de 1959~~ ~~de 1960~~ ~~de 1961~~ ~~de 1962~~ ~~de 1963~~ ~~de 1964~~ ~~de 1965~~ ~~de 1966~~ ~~de 1967~~ ~~de 1968~~ ~~de 1969~~ ~~de 1970~~ ~~de 1971~~ ~~de 1972~~ ~~de 1973~~ ~~de 1974~~ ~~de 1975~~ ~~de 1976~~ ~~de 1977~~ ~~de 1978~~ ~~de 1979~~ ~~de 1980~~ ~~de 1981~~ ~~de 1982~~ ~~de 1983~~ ~~de 1984~~ ~~de 1985~~ ~~de 1986~~ ~~de 1987~~ ~~de 1988~~ ~~de 1989~~ ~~de 1990~~ ~~de 1991~~ ~~de 1992~~ ~~de 1993~~ ~~de 1994~~ ~~de 1995~~ ~~de 1996~~ ~~de 1997~~ ~~de 1998~~ ~~de 1999~~ ~~de 2000~~ ~~de 2001~~ ~~de 2002~~ ~~de 2003~~ ~~de 2004~~ ~~de 2005~~ ~~de 2006~~ ~~de 2007~~ ~~de 2008~~ ~~de 2009~~ ~~de 2010~~ ~~de 2011~~ ~~de 2012~~ ~~de 2013~~ ~~de 2014~~ ~~de 2015~~ ~~de 2016~~ ~~de 2017~~ ~~de 2018~~ ~~de 2019~~ ~~de 2020~~ ~~de 2021~~ ~~de 2022~~ ~~de 2023~~ ~~de 2024~~ ~~de 2025~~ ~~de 2026~~ ~~de 2027~~ ~~de 2028~~ ~~de 2029~~ ~~de 2030~~ ~~de 2031~~ ~~de 2032~~ ~~de 2033~~ ~~de 2034~~ ~~de 2035~~ ~~de 2036~~ ~~de 2037~~ ~~de 2038~~ ~~de 2039~~ ~~de 2040~~ ~~de 2041~~ ~~de 2042~~ ~~de 2043~~ ~~de 2044~~ ~~de 2045~~ ~~de 2046~~ ~~de 2047~~ ~~de 2048~~ ~~de 2049~~ ~~de 2050~~ ~~de 2051~~ ~~de 2052~~ ~~de 2053~~ ~~de 2054~~ ~~de 2055~~ ~~de 2056~~ ~~de 2057~~ ~~de 2058~~ ~~de 2059~~ ~~de 2060~~ ~~de 2061~~ ~~de 2062~~ ~~de 2063~~ ~~de 2064~~ ~~de 2065~~ ~~de 2066~~ ~~de 2067~~ ~~de 2068~~ ~~de 2069~~ ~~de 2070~~ ~~de 2071~~ ~~de 2072~~ ~~de 2073~~ ~~de 2074~~ ~~de 2075~~ ~~de 2076~~ ~~de 2077~~ ~~de 2078~~ ~~de 2079~~ ~~de 2080~~ ~~de 2081~~ ~~de 2082~~ ~~de 2083~~ ~~de 2084~~ ~~de 2085~~ ~~de 2086~~ ~~de 2087~~ ~~de 2088~~ ~~de 2089~~ ~~de 2090~~ ~~de 2091~~ ~~de 2092~~ ~~de 2093~~ ~~de 2094~~ ~~de 2095~~ ~~de 2096~~ ~~de 2097~~ ~~de 2098~~ ~~de 2099~~ ~~de 2100~~ ~~de 2101~~ ~~de 2102~~ ~~de 2103~~ ~~de 2104~~ ~~de 2105~~ ~~de 2106~~ ~~de 2107~~ ~~de 2108~~ ~~de 2109~~ ~~de 2110~~ ~~de 2111~~ ~~de 2112~~ ~~de 2113~~ ~~de 2114~~ ~~de 2115~~ ~~de 2116~~ ~~de 2117~~ ~~de 2118~~ ~~de 2119~~ ~~de 2120~~ ~~de 2121~~ ~~de 2122~~ ~~de 2123~~ ~~de 2124~~ ~~de 2125~~ ~~de 2126~~ ~~de 2127~~ ~~de 2128~~ ~~de 2129~~ ~~de 2130~~ ~~de 2131~~ ~~de 2132~~ ~~de 2133~~ ~~de 2134~~ ~~de 2135~~ ~~de 2136~~ ~~de 2137~~ ~~de 2138~~ ~~de 2139~~ ~~de 2140~~ ~~de 2141~~ ~~de 2142~~ ~~de 2143~~ ~~de 2144~~ ~~de 2145~~ ~~de 2146~~ ~~de 2147~~ ~~de 2148~~ ~~de 2149~~ ~~de 2150~~ ~~de 2151~~ ~~de 2152~~ ~~de 2153~~ ~~de 2154~~ ~~de 2155~~ ~~de 2156~~ ~~de 2157~~ ~~de 2158~~ ~~de 2159~~ ~~de 2160~~ ~~de 2161~~ ~~de 2162~~ ~~de 2163~~ ~~de 2164~~ ~~de 2165~~ ~~de 2166~~ ~~de 2167~~ ~~de 2168~~ ~~de 2169~~ ~~de 2170~~ ~~de 2171~~ ~~de 2172~~ ~~de 2173~~ ~~de 2174~~ ~~de 2175~~ ~~de 2176~~ ~~de 2177~~ ~~de 2178~~ ~~de 2179~~ ~~de 2180~~ ~~de 2181~~ ~~de 2182~~ ~~de 2183~~ ~~de 2184~~ ~~de 2185~~ ~~de 2186~~ ~~de 2187~~ ~~de 2188~~ ~~de 2189~~ ~~de 2190~~ ~~de 2191~~ ~~de 2192~~ ~~de 2193~~ ~~de 2194~~ ~~de 2195~~ ~~de 2196~~ ~~de 2197~~ ~~de 2198~~ ~~de 2199~~ ~~de 2200~~ ~~de 2201~~ ~~de 2202~~ ~~de 2203~~ ~~de 2204~~ ~~de 2205~~ ~~de 2206~~ ~~de 2207~~ ~~de 2208~~ ~~de 2209~~ ~~de 2210~~ ~~de 2211~~ ~~de 2212~~ ~~de 2213~~ ~~de 2214~~ ~~de 2215~~ ~~de 2216~~ ~~de 2217~~ ~~de 2218~~ ~~de 2219~~ ~~de 2220~~ ~~de 2221~~ ~~de 2222~~ ~~de 2223~~ ~~de 2224~~ ~~de 2225~~ ~~de 2226~~ ~~de 2227~~ ~~de 2228~~ ~~de 2229~~ ~~de 2230~~ ~~de 2231~~ ~~de 2232~~ ~~de 2233~~ ~~de 2234~~ ~~de 2235~~ ~~de 2236~~ ~~de 2237~~ ~~de 2238~~ ~~de 2239~~ ~~de 2240~~ ~~de 2241~~ ~~de 2242~~ ~~de 2243~~ ~~de 2244~~ ~~de 2245~~ ~~de 2246~~ ~~de 2247~~ ~~de 2248~~ ~~de 2249~~ ~~de 2250~~ ~~de 2251~~ ~~de 2252~~ ~~de 2253~~ ~~de 2254~~ ~~de 2255~~ ~~de 2256~~ ~~de 2257~~ ~~de 2258~~ ~~de 2259~~ ~~de 2260~~ ~~de 2261~~ ~~de 2262~~ ~~de 2263~~ ~~de 2264~~ ~~de 2265~~ ~~de 2266~~ ~~de 2267~~ ~~de 2268~~ ~~de 2269~~ ~~de 2270~~ ~~de 2271~~ ~~de 2272~~ ~~de 2273~~ ~~de 2274~~ ~~de 2275~~ ~~de 2276~~ ~~de 2277~~ ~~de 2278~~ ~~de 2279~~ ~~de 2280~~ ~~de 2281~~ ~~de 2282~~ ~~de 2283~~ ~~de 2284~~ ~~de 2285~~ ~~de~~

folhas de n.º 14, 12, 05, 01

~~Carlos Roberto de Silva~~

Secretário

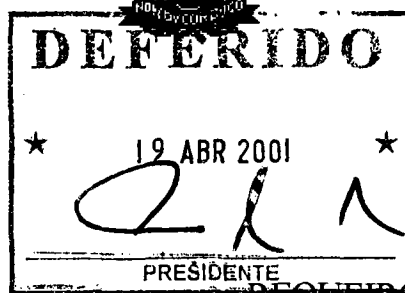
11.130

Folha n.º 07
 n.º 74/01 de 01
 O funcionário

Carlos Roberto da Silva
Secretário



Câmara Municipal de São Paulo



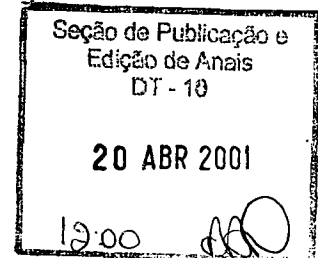
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0672/2001

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

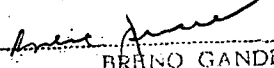
Sala das Sessões, em 18 de abril de 2001.

Carlos Neder
 Vereador - PT

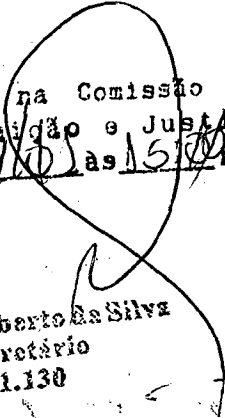


A Com. de Const. e Justiça

23 / 4 / 01


BRUNO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 23/4/01 às 15:00h

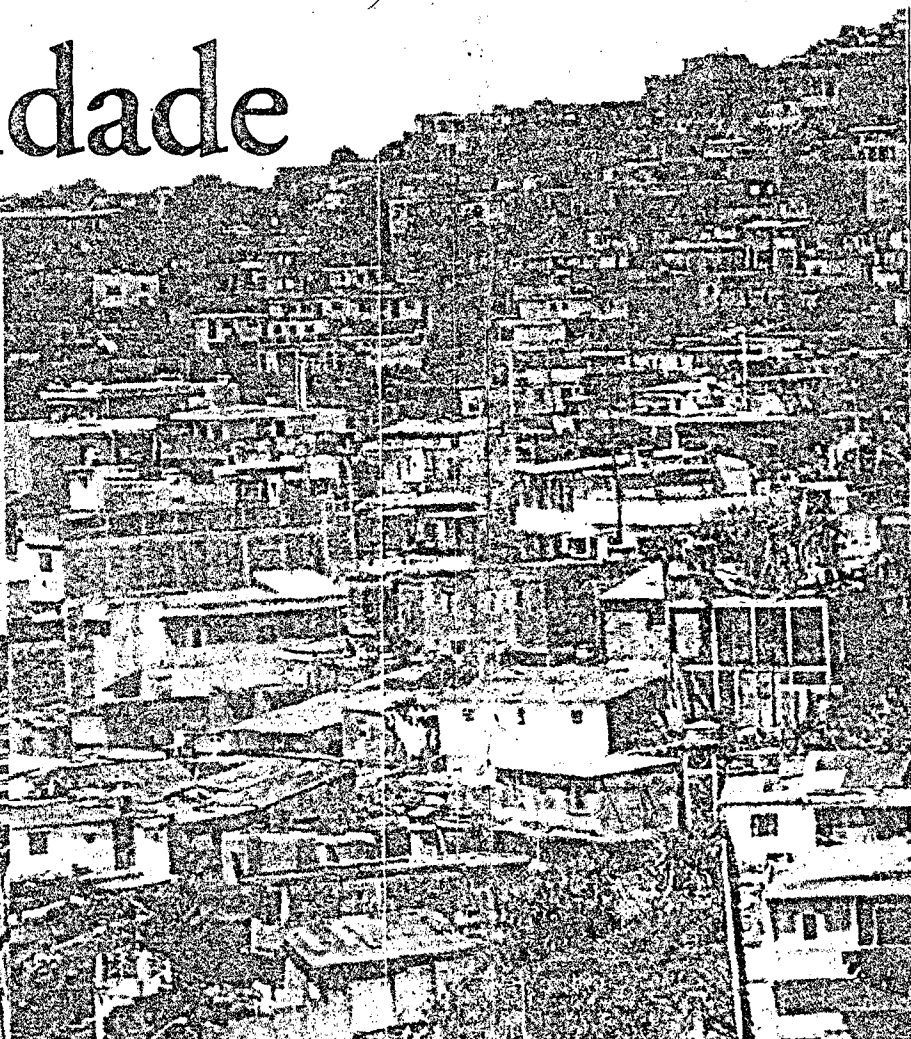
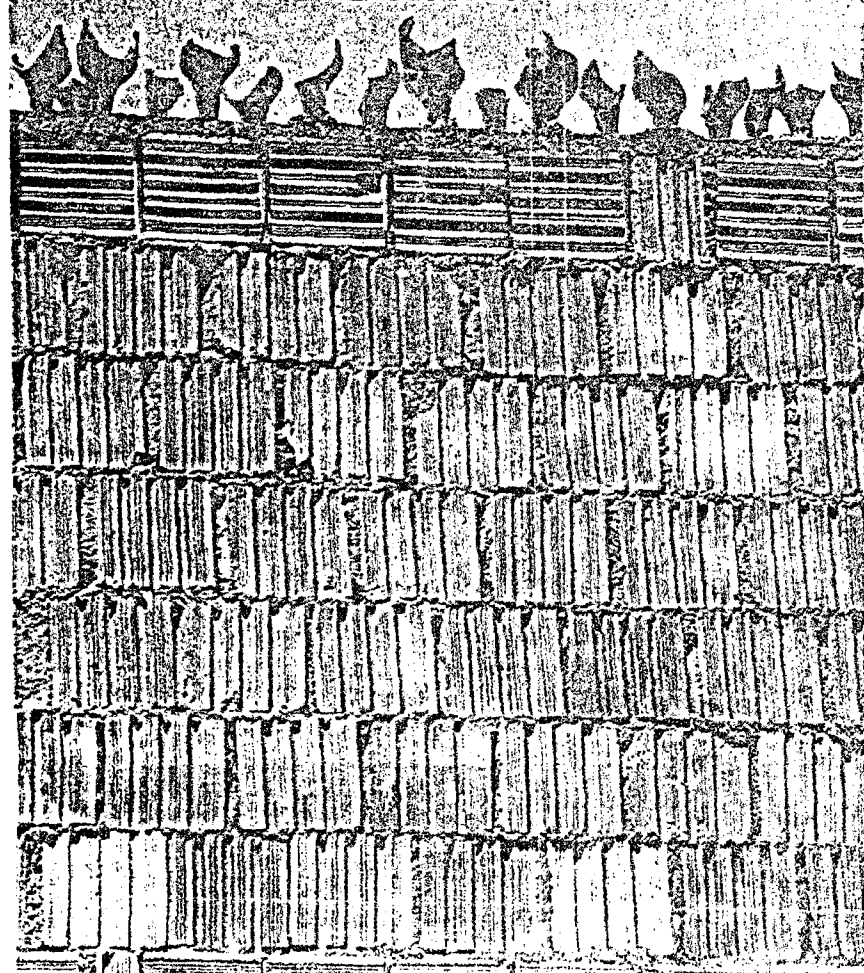

Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

JORNAL da
USP
11/5. 06 e 07

Um jeito de viver com dignidade

No Jardim Ângela, um dos bairros mais pobres e violentos da zona sul da capital paulista, mulheres se associam e montam pequenos negócios para produzir artesanato, vender doces e salgados e reciclar lixo

IZABEL LEÃO



Três cooperativas. Três histórias. De luta, de esperança, de vida. É assim que um grupo de mulheres se reúne para compor a construção de vários empreendimentos, em busca de mais dignidade, renda e principalmente auto-estima, tão massacrada pelo cotidiano sem objetivo, sem perspectiva.

Essas mulheres vêm formando no Jardim Ângela, um bairro na zona sul da capital estigmatizado pela violência, cooperativas de culinária, corte e costura e reciclagem de lixo.

A Cooperativa Confecção e Artesanato Sete Elos, composta por Sueli Aparecida Figueiredo Silva, Josefa Inês Gomes, Jarglete Gomes de Freitas, Clarete Aparecida da Silva, Vilma Freitas Araújo e Maria Dalva dos Santos, transforma retalhos em bolsas de patchwork, confecciona produtos de cama, mesa e banho, além de artesanato feito com tecido. Tudo

isso contando com as sugestões do designer têxtil Juan Ricardo Cruz Moreira, doutorando de engenharia de produção da Escola Politécnica da USP.

São sonhos que se misturam com a realidade. É como diz o texto do folder da cooperativa: "São mãos que dobram, alisam e transformam o pano, a trama. Em colchas, fronhas e almofadas. São cores, texturas, estampas, amoldadas em bolsas e bolsinhas. São mulheres atentas e decididas a fazer de suas criações o sustento da família."

Aos poucos elas vão descobrindo um universo mais rico e pleno. Os recursos ainda são curtos para a propaganda, mas de boca em boca elas espalham pelo bairro os produtos que vão fluindo entre cores, idéias e histórias de vida. O que antes parecia tão distante torna-se realidade. Participam de feiras e exposições. Vão fazendo e acontecendo.

E, para tudo isso virar realidade, há mais de dois anos, elas frequentam cursos de capacitação em patchwork no Senac, modelagem, corte e costura no Senai e aprendem noções de cidadania, cooperativismo, comercialização e assim por diante. Tem gente que pensa que é fácil, e desiste no meio do caminho.

Já Sueli acredita que o espírito de cooperativismo é o ponto mais positivo de todo o empreendimento. "É claro que estamos pensando na renda, mas valorizamos a solidariedade e a amizade que conquistamos entre nós. Éramos vizinhas e ao mesmo tempo estranhas. Hoje partilhamos conquistas e angústias, e isso tem sido

a melhor gratificação."

O governo do Estado vem dando uma mãozinha através da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (Sutaco), que ajuda a distribuir a produção em pontos de comercialização: "uma andorinha só não faz verão", complementa Sueli.

Josefa corta daqui, costura dali e quase nem presta atenção na conversa. Mas, de repente, solta um sorriso e esboça um palpite: "Esta oportunidade está sendo ótima para mim. Estou adorando. Posso sair de casa e aprender coisas novas. Quero crescer muito". E mais do que depressa volta a confabular com a tesoura e o retalho, preparando uma nova confecção.

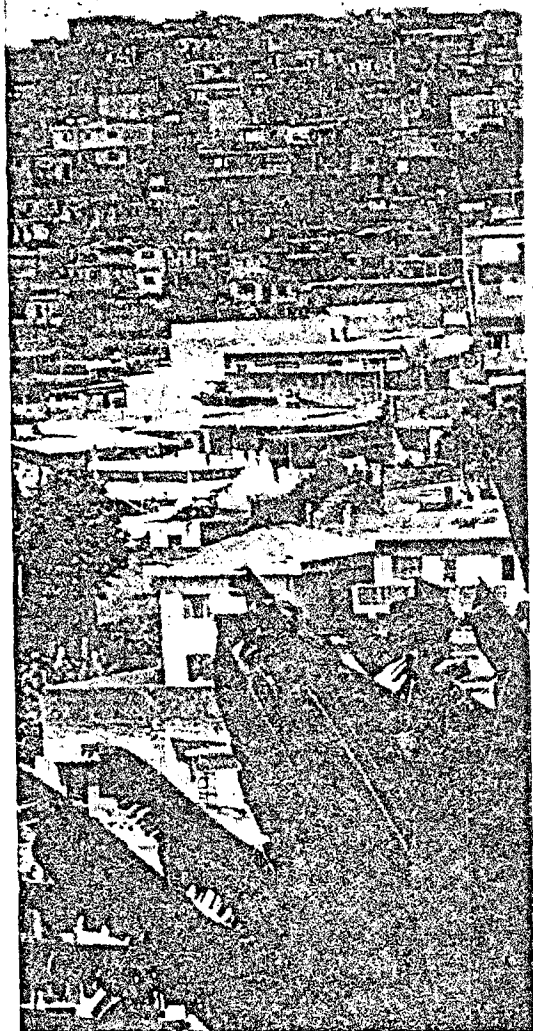
A cooperativa funciona num pequeno espaço da casa de Sueli. Com duas máquinas de costura, uma overlock, tudo comprado de segunda mão, Sueli, Josefa e amigas costuram animadas pelo rádio-relógio, que enche o ambiente de música e mantém as trabalhadoras informadas sobre o cotidiano da cidade.

As costureiras já traçam planos para o futuro. Querem conquistar espaço maior para expandir a produção. Elas sabem que podem e vão chegar lá. Afinal, aprende-



As costureiras recebem orientação dos técnicos da USP





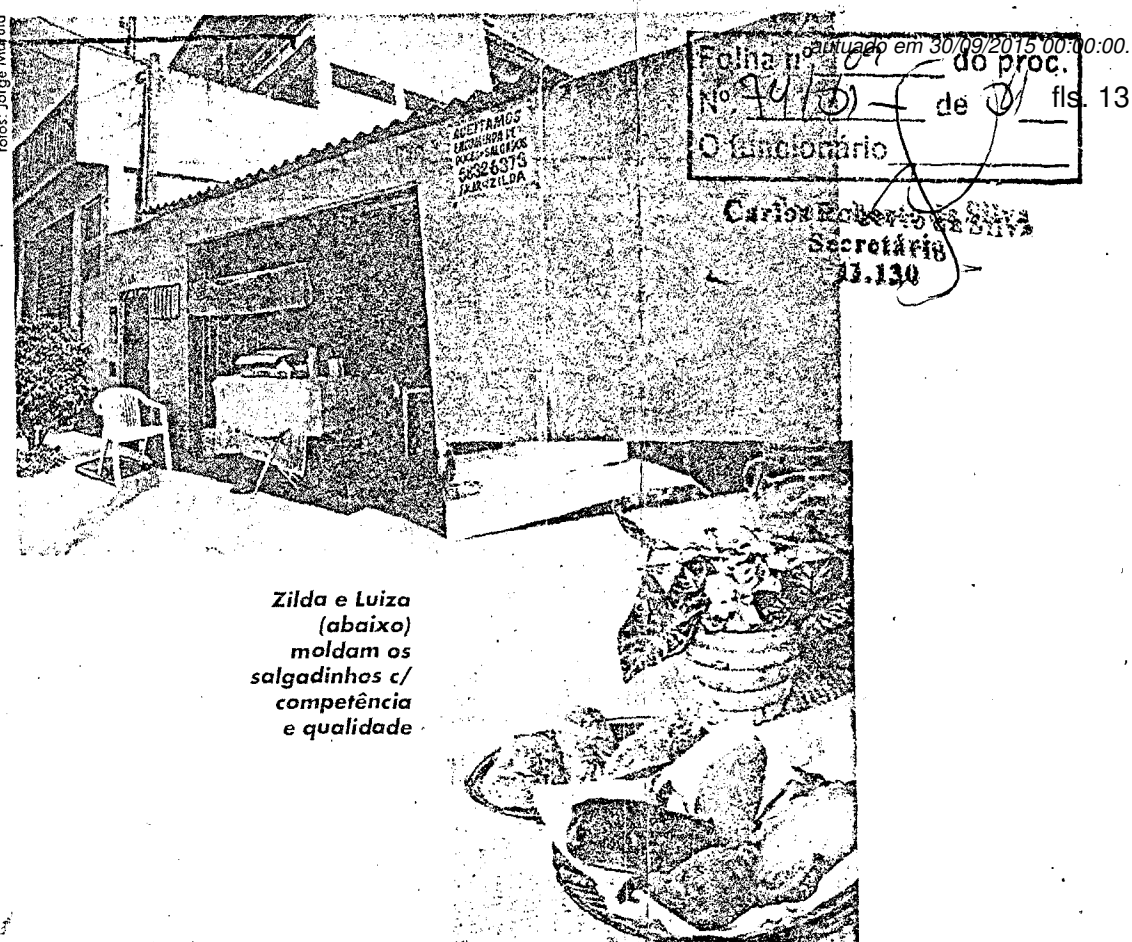
ram a ter dignidade. Dignidade e trabalho têm muita coisa em comum.

Jarglete, uma das costureiras, embora enfrente dificuldades dentro de casa — marido e filhos que reclamam da sua ausência —, mostra o quanto a nova atividade trouxe mais emoção e encantamento para a vida. "Antes era só o mundo de dentro de casa. Agora tenho com quem falar, trocar idéias. A depressão foi embora, só sobrou a vontade de crescer e virar gente."

O grupo não pára por aí. Nem bem começaram o negócio e já estão ajudando mais pessoas a mudar o rumo da própria história. As quartas e sextas-feiras, elas ensinam meninas, entre 10 e 16 anos, a cortar, riscar e fazer fuxico (técnica de trabalhar com tecido), além de passar conceitos de cidadania. "O cooperativismo faz com que deixemos de pensar individualmente e partilhemos nossas conquistas e dificuldades com outros", alega-se Sueli.

Entre cheiros e sabores

Sabores Caseiros é o nome escolhido por Zilda Oliveira Mag-



Zilda e Luiza (abaixo) moldam os salgadinhos c/ competência e qualidade

nani e Luzia Pinheiro da Silva para o empreendimento que tratam com carinho e orgulho.

Mesmo com a turma reduzida, elas não negam poder de fogo. São coxinhas, quibes, fogaça, pão de queijo, bolinha de pizza, enroladinho de presunto, queijo e tomate, empadinha, hot-dog, sorvete, cocada, geladinho com fruta. Quando a ocasião pede elas também fazem bolo de chocolate que, segundo as cozinheiras, é o mais pedido.

Num espaço improvisado na garagem da casa de Zilda elas já investiram, com o lucro do negócio, na compra de um fogão industrial, estufa, balança, processador, liquidificador, tudo de segunda mão, "o que importa é que funcione e faça o serviço render", pondera Zilda.

Os quitutes podem ser encomendados para festas de aniversário, casamento e encontros. É só pedir que elas vão dando formas e sabores para as guloseimas, que, diga-se de passagem, são uma delícia. A equipe da reportagem do **Jornal da USP** experimentou e aprovou.

Zilda vê como desafio conciliar

o trabalho caseiro com o novo empreendimento. "O marido dá a maior força. Meu tempo para a casa e os dois filhos reduziu-se ao final de semana. Mas não tem importância, quero mesmo é ver a Sabores Caseiros crescer", complementa enquanto serve os quitutes para os fregueses.

Com apenas 20 anos, Luzia Pinheiro da Silva, a outra sócia, arregala as mangas e vai fritando as coxinhas, os quibes, servindo o público que passa em frente da garagem; afinal, o varejo também faz parte do negócio. Não há quem resista, é só passar perto que a fome aperta. O cheiro bom vai exalando pelas ruas do bairro, entrando pelas frestas das casas, convidando as pessoas para uma fogaça aqui, um hot-dog ali e uma cocada para adoçar a boca.

Toda delicada, Luzia diz que o trabalho é grande mas ela está com fôlego para crescer e enfrentar as dificuldades. Sempre gostou de cozinhar, e quando surgiu a oportunidade do curso mais do que depressa vislumbrou um caminho para enfrentar a exclusão e o desemprego. "Trabalhar em processo de cooperativa e ter um



Enquanto aguardam as cooperadoras transformam papel jornal em cestos e se ajudam mutuamente



negócio próprio é enriquecedor."

Batalhar para o futuro também está nos planos da dupla de cozinheiras Zilda e Luzia. A próxima conquista será a compra de um carro. "Usado mesmo", enfatiza Zilda. "Só assim conseguiremos entregar as encomendas mais distantes, já que de ônibus não dá muito certo."

Aos poucos elas também chegam lá. Com garra e boa vontade — que as duas têm de sobra — o negócio tem tudo para dar certo,



já que a qualidade e o sabor dos produtos dão um show de competência.

Um trabalho de cara limpa

A história da Cooperativa Ângela de Cara Limpa não é tão simples assim. Numa trajetória que já dura cinco anos, 30 mulheres estão em compasso de espera para a assinatura do acordo firmado entre a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, a Secretaria do Meio Ambiente e a Associação Comunitária de Defesa Ambiental Ângela de Cara Limpa, que vai liberar o uso de um galpão construído pelo governo para iniciar um empreendimento voltado para a reciclagem do lixo.

Enquanto isso não acontece, caixas de leite transformam-se em embalagem de presente, latinha de refrigerante vira cinzeiro, restos de papel jornal ganham forma de cestos, bandejas, porta-painéis e cachepôs. "Essas atividades são para manter o grupo unido, enquanto as coisas não acontecem", ressalta Maria Aparecida Pereira da Silva, uma das cooperadas.

O galpão está pronto há um



ano. A ansiedade para dar início ao negócio é enorme, só que a burocracia empaca a liberação do espaço, deixando todas elas à espera de uma simples assinatura.

Isso porque o trabalho de reciclagem vai ajudar a tirar as centenas de garrafas pet, latas de refrigerante e cerveja, caixas de leite e papelão, espalhadas pelo bairro, compondo e poluindo a paisagem da represa de Guarapiranga, uma das fontes de água que abastecem a cidade de São Paulo. Quanto mais o processo demora, mais sujeira vai ficando pelas ruas, mais pessoas não encontram trabalho e a miséria toma conta de tudo e de todos. Aparecida enfatiza: "Se não cuidarmos da Guarapiranga, vamos ter um problema seriíssimo de água em toda a Grande São Paulo".

O grupo das cooperadas já passou por cursos de capacitação em cidadania, reciclagem e conhecimento geográfico da região da bacia do Guarapiranga. "Tivemos vários profissionais por aqui para

demonstrar o que poderíamos fazer", comenta Aparecida. Uma dessas profissionais é Mônica Rique, integrante da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares — ITCP/USP (vide box). "Nosso papel, enquanto universidade, é veicular informações criando uma ponte entre a USP e outras instituições."

O objetivo da Cooperativa Ângela de Cara Limpa, além de executar o projeto de reciclagem de materiais sólidos, vai apoiar iniciativas na área de educação ambiental e a formação de outras cooperativas no próprio bairro. "Tudo isso visando melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Jardim Ângela e também de toda a população da cidade de São Paulo".

O importante para as 30 mulheres da Cooperativa Ângela de Cara Limpa é que todas elas, hoje, sabem como reivindicar seus direitos, participam mais ativamente da luta por um bairro melhor e estão conscientes de que podem exigir dos órgãos públicos. "Ser um cooperado", enfatiza Aparecida, "é fazer as coisas em comum sem a figura de uma pessoa dominando a outra. Dividimos as tarefas o tempo todo."

Cooperativa Sete Elos
Rua Manoel da Costa Dantas, 124
Jardim Nakamura — tel. (011) 5833-0436

Cooperativa Sabores Caseiros
Rua Vermelino de Almeida, 185
Tel. (011) 5832-6373

Cooperativa Ângela de Cara Limpa
Rua dos Claris, 99, Jardim Estância Tangará
Distrito Jardim Ângela
tel. (011) 5832-6581

Cada vez mais próxima da sociedade

A Universidade de São Paulo vem cada vez mais buscando diminuir os seus muros invisíveis, para que as comunidades no seu entorno e periféricas passem a enxergar novas possibilidades de ajuda mútua. É através de projetos de extensão universitária que vai ampliando sua participação no universo da cidade, antes tão isolada daquela que gera a sua renda.

Em cada canto, em cada viela de uma comunidade carente é possível vislumbrar projetos de cunho social desenvolvidos por grupo de alunos, professores e técnicos, que tentam mudar o perfil da cidade. Assim a Universidade mostra mais a sua cara, deixa fluir o conhecimento, rompendo as barreiras sociais através do que faz de melhor — formar profissionais capacitados para que contribuam para uma sociedade mais digna e mais justa.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da USP é uma das unidades que tem desenvolvido um papel ativo nas mudanças que a universidade vem pregando. É através dela que as cooperativas citadas têm recebido orientação profissional.

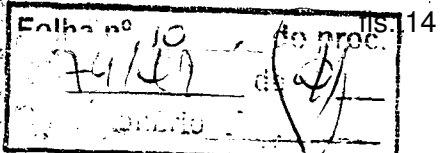
Sob a coordenação acadêmica do professor Paul Singer, da Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade (FEA), e da professora Sylvia Leser, do Instituto de Psicologia, a incubadora quer reverter o quadro dos setores marginalizados economicamente do trabalho formal, através da formação de cooperativas de trabalho. Seu público alvo é constituído por pessoas de baixa renda, desempregados ou que se encontram no mercado informal.

Além da inserção no mercado de trabalho, a ITCP busca promover a organização popular, tendo como perspectiva o fortalecimento do cooperativismo no Brasil, um modelo alternativo de economia solidária, no qual a solidariedade, igualdade e oportunidade são os princípios básicos.

Singer diz que a perspectiva de um trabalhador que não tem emprego é se sentir humilhado, angustiado e sem esperança. "Para a sociedade é um enorme desperdício de potencial humano e um aumento da pobreza, o que acaba por gerar problemas sociais de grandes proporções."

ITCP/USP — Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, travessa 4, bloco 28, Cidade Universitária — São Paulo
tel. (0xx11) 38185828 ou 3818-4400

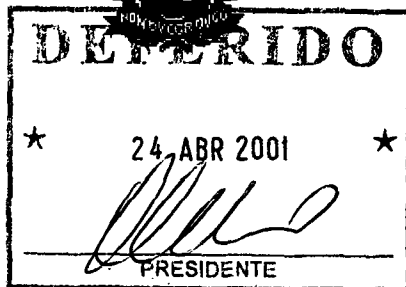


Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Ord. n.º 10 de 2015
n.º 74 do 15
O funcionário



Câmara Municipal de São Paulo
Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130



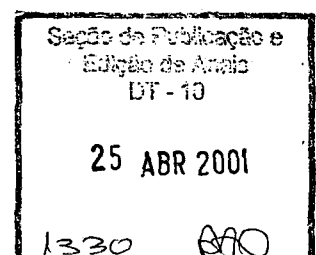
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0695/2001

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2001.

Carlos Neder
Vereador - PT



Matéria PL 74/2001, RUBENS GONCALVES JUNIOR

A Com. de Const. e Justiça

26 / 04 / 01

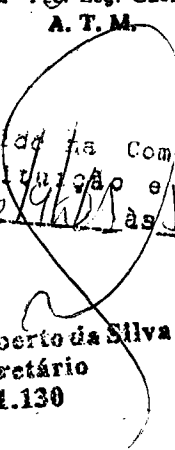


BRENO GANDELMAN

Assessor Tec. Leg. Chefe

A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 26/04/01 às 14h16


Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130



As estudantes Marina Bitelman, 24, e Mabel Albuquerque, 29, com trabalhadores da cooperativa

Aprendiz de solidariedade

Alunos de 13 universidades do país ajudam a criar cooperativas para trabalhadores desempregados

Até 1999, no último ano do curso de engenharia, o dia-a-dia de Tânia Castilho, 26, não era diferente do de seus colegas de curso. Ela passava o dia inteiro enclausurada, fazendo cálculos para projetos de pontes, estradas, prédios. De repente, a rotina mudou e Tânia se viu negociando com empresários e o prefeito de São Carlos, discutindo questões completamente fora de sua realidade de garota de classe média — a dos catadores de lixo.

A mudança aconteceu quando a então aluna da Federal de São Carlos se tornou voluntária de um novo projeto, que trans-

forma a universidade em uma incubadora de cooperativas populares. Tânia, que então sonhava trabalhar em construtoras, virou “funcionária” de um grupo de 30 catadores de lixo que atuavam na cidade. Em vez de mergulhar em matérias habituais, como gestão de qualidade ou planejamento de grandes estruturas, teve de aprender a separar plástico rígido de plástico fino.

Hoje, já formada, Tânia continua trabalhando com a incubadora. “No curso eram todos preconceituosos, diziam que peão de obra é burro. Mas quando você aprende a situação em que o peão está, vê a realidade dele, descobre sua parcela de respon-

sabilidade social. Não dá para parar.”

O mecanismo da incubadora é simples: grupos de trabalhadores procuram o núcleo universitário (ou são procurados por ele), que será responsável pela concepção da cooperativa, formado por professores (que atuam como coordenadores) e alunos de diversas disciplinas, os formadores.

Os formadores ajudam a fazer o registro na Junta Comercial, a encontrar opções no mercado, resolver conflitos e também dão cursos práticos, que vão de computação à economia básica.

O lado dos cooperados tem uma variedade de profissões: costureiras, pedreiros,

jardineiros, eletricitas, artesãos, entre outros. O dos estudantes também: futuros advogados auxiliam a fazer contratos, estudantes de psicologia observam as relações entre os cooperados, jovens economistas planejam os custos.

Desemprego O projeto das incubadoras de cooperativas sociais surgiu em 1995, na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e já está implantado em 13 universidades do país. Cerca de dez outras estão em processo de formação. "Naquela época, estávamos discutindo o problema do desemprego e pensei que podíamos aproveitar a bagagem informativa da universidade para ajudar a sociedade", lembra o professor Gonçalo Guimarães, coordenador dos programas de pós-graduação da engenharia da UFRJ.

Foi um sucesso. "Tinha tanta gente precisando trabalhar que na primeira semana já choviam telefonemas. Até hoje recebemos visitas de umas cinco comuni- >>

As incubadoras sociais

Universidades que participam	Cooperativas no mercado	Números de cooperados
Federal do Ceará	15	1.090
Federal Rural de Pernambuco	3	65
Federal de Juiz de Fora	9	450
Fundação Universitária São João del Rey	6	320
Federal do Rio de Janeiro	7	823
Universidade de São Paulo	4	450
Federal de São Carlos	3	120
Federal do Paraná	5	288
Federal de Santa Catarina	2	80
Regional de Blumenau	3	1.000
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS)	30	740
Universidade Católica de Pelotas	4	537
Universidade Estadual da Bahia	4	200



"Agora que descobri isso, não vou parar nunca", conta, rindo, **Clenilda Francisca de Araújo, 29**, ex-vendedora de uma fábrica de produtos esportivos, recém-separada, três filhos que sustenta sozinha e quase nada de dinheiro no bolso.

Presidente da Cooperbrilha, Nilda chegou à incubadora da USP em 1998, atraída por um anúncio que viu na igreja que frequenta. Desde então, ir à Cidade Universitária virou parte de sua vida. De segunda a sexta, a ex-vendedora pega o ônibus no bairro João 23 (zona oeste), onde mora, e vai para o "escritório", que funciona num prédio perto da Politécnica. Há um mês, ganhou um acompanhante, o filho recém-nascido, Yuri, que, entre uma amamentação e outra, fica passando de colo em colo.

Deixa a USP só no final da tarde. "A gente quer sugar tudo o que os estudantes sabem, mas acontece de descobrirmos como resolver muitos problemas sozinhos e acabamos até ensinando. Uma vez, a gente precisava de uns documentos para fazer um contrato e não dava para esperar que eles pesquisas-

sem. Fizemos sozinhos." **11.130**

Segundo grau completo, Nilda diz que mal sabia conversar com o gerente do banco, não gostava de política nem lembrava em quem havia votado. "Hoje, ninguém me segura. Quero aumentar a nossa cooperativa, e o meu primeiro plano é pedir ajuda à mulher do Alckmin (a primeira-dama Maria Lúcia Alckmin)."

Como presidente, Nilda ganha o mesmo que os colegas (R\$ 500 por mês) para coordenar os vários grupos de trabalhadores e sair em busca de novos contratos (tarefa de que mais gosta).

Também virou arroz-de-festa nos cursos promovidos para os cooperados. "Fiz o de internet, o de viabilidade econômica, de captação de recursos, jardinagem, licitação de contratos. Conheço todo mundo", conta.

Nilda acredita que, se não tivesse entrado na cooperativa, ainda estaria desempregada, como a maioria estava. "Precisamos de mais alunos para ajudar, porque assim ajudaremos mais comunidades. Tem muita gente que só precisa de algum conhecimento para conseguir crescer na vida."

dades carentes por semana", conta.

Parece simples, mas é não é fácil organizar um grupo desses. Primeiro, porque o estudante não tem, a princípio, a menor idéia de como resolver "pepinos" do cotidiano de uma cooperativa, tem de aprender na hora e na raça. "Os alunos chegam achando que sabem tudo, mas a população coloca problemas que eles nunca viram", diz Sônia Kruppa, professora da Faculdade de Educação da USP.

O resultado é positivo para os dois lados. "É um chance real de os trabalhadores melhorarem de vida, eles aprendem mesmo, administram seu próprio trabalho, se transformam", diz Sônia.

Já os alunos expandem sua experiência para fora da sala de aula e amadurecem socialmente. "É muito rico, não estudamos com a frieza de pesquisadores, mas interferimos em situações reais. E é uma troca, porque os dois lados aprendem muito", afirma Marina Bitelman, 24, estudante de ciências sociais na USP.

Desde 1998, Marina acompanha a Cooperbrilha, um cooperativa de trabalhado-



Funcionários da Cooperbrilha com os cabos de fibra ótica

res que atuam em diversos serviços, de troca de cabos de fibra ótica a jardinagem. O grupo começou com o caixa vazio e uma lista de desempregados, boa parte semi-analfabeta. Hoje, os contratos firmados —um deles, com a Telefônica— permitem uma retirada média mensal de R\$ 500, mais do que conseguiam ganhar antes.

"Me contaram sobre a cooperativa lá no bairro onde moro, Jardim Vila Dalva (zona leste). Eu fazia bico de pedreiro, ganhava muito pouco e resolvi arriscar", con-

ta Ivo Ribeiro Sampaio, 39. "Desde 99, quando cheguei aqui, estou trabalhando direto, não falta serviço, graças a Deus."

Atualmente, segundo João Guerreiro, assessor nacional da rede universitária de incubadoras, o projeto reúne 6.163 cooperados e 200 alunos em 178 cooperativas, 95 delas devidamente registradas e atuando no mercado.

Serviço

Incubadoras: Universidade de São Paulo, tels. 3818-4400/3818-5828.
 Universidade Federal de São Carlos, tel. 0/xx/16/260-8111/260-701.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SEGUNDA, jun 23 de 2015	12h 15/01 a)
folhas de nº 15 a 17	

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-0349/2001

PARECER Nº. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº. 0074/2001

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Ordem n.º	15	do proc.
n.º	74	do
O funcionário	d	

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
Oficial Legislativo

fls. 21

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do nobre Vereador Carlos Neder, que visa instituir o Programa "Incubadora de Cooperativas" no Município de São Paulo, e dá outras providências.

O projeto visa, principalmente, incentivar a criação de novas cooperativas, objetivando a geração de trabalho e renda e a expansão das atividades cooperativadas e de Economia Solidária na cidade de São Paulo.

No que tange a competência desta Comissão, pode-se afirmar que o projeto não encontra óbices a sua tramitação, por estar de acordo com a Constituição Federal e com a Lei Orgânica do Município de São Paulo. O simples fato de tratar da disciplina de um serviço público não obsta a sua tramitação, de acordo com a melhor doutrina e Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição da República, ao tratar do processo legislativo, divide a faculdade para a apresentação de projetos de lei, atribuindo-a concorrentemente ou de maneira exclusiva. Em seu artigo 61, *caput*, a Constituição preceitua o

17 - RELCOM
17-0194/2001



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

data	16	do	proc.
n.º	74	do	21
O funcionário			

FÁBIO DE CASTRO PAIVA
Oficial Legislativo

fls. 22

princípio da iniciativa concorrente, excetuando-o, porém, em seu §1, que estatui matérias de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Dentre as matérias de competência exclusiva não há disposição sobre os serviços públicos em geral, sendo, portanto, concorrente a iniciativa de projetos relativos ao assunto.

E não apenas para o âmbito federal é fixada como concorrente a competência de iniciativa de projetos que versem sobre os serviços públicos. Como assevera José Celso de Mello Filho, citado pelo jurista Ives Gandra Martins em seus comentários à Constituição do Brasil, “a norma restritiva do poder de iniciativa das leis é extensível, em caráter obrigatório e dentro dos mesmos limites, aos Estados-membros e aos Municípios. As unidades federadas não poderão ampliar nem restringir a relação das matérias submetidas à iniciativa reservada ou exclusiva do Chefe do Executivo. O modelo federal é de observância obrigatória”. Tal observação, apesar de feita sobre o texto da pretérita Constituição, reveste-se de atualidade, conforme demonstra recentes julgados do Supremo Tribunal Federal compilados por Hilda de Souza em sua obra Processo Legislativo:

“ Processo Legislativo: consolidação da jurisprudência do STF no sentido de que - não obstante a ausência de regra explícita na Constituição de 1988- impõem-se a observância no processo legislativo dos Estados-membros as linhas básicas do correspondente modelo federal, particularmente as de reserva de iniciativa. (Min. Sepúlveda Pertence, ADIn 872/RS, 03/06/1993)”.

“ A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da observância compulsória pelos Estados-membros das regras básicas do processo legislativo federal, como, por exemplo, daqueles que dizem respeito a iniciativa reservada (Min. Carlos Velloso, ADIn 1060/RS, 01/08/1994)”.



Ordem n.º	17	do proc.
n.º	74	do
O funcionário	φ	

FABRICA DE COPIAS
ORIGINAL EM PAPEL ALVO

Câmara Municipal de São Paulo

Desta forma, tanto as Constituições Estaduais como as Leis Orgânicas dos Municípios devem observar os limites indicados na Lei Maior, em consonância com o princípio da divisão e equilíbrio entre os poderes. A Constituição do Estado de São Paulo não extrapolou estes limites, ao contrário da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que reservou à iniciativa exclusiva do Prefeito mais matéria que o permitido pela Constituição, violando, assim, o princípio da iniciativa concorrente.

Ademais, é necessário ressaltar que a propositura em tela dispõe apenas sobre normas gerais necessárias a instituição de um programa e não sobre a disciplina concreta de um serviço público.

Assim, não havendo vício de iniciativa na propositura de projetos relativos a serviços públicos, o presente projeto reúne condições jurídicas de aprovação.

Pelo exposto, somos

PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão, 22.5.01

Laurinda
RELATOR

1-L

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Publicado no DIARIO OFICIAL
de 25/05/01
página 62 coluna 1027
conferido:

Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.139

À Douta Comissão de
Administração Pública
Em 25/05/01

FABIO DE CASTRO PAIVA
Oficial Legislativo

Recebido na Comissão de
Administração Pública
Em 25/05/01 às 18:35 h.

HÉLIO HIDEKI TAKAHASHI
Secretário - RF 11.123

o nobre Vereador João Antonio
para relatar. Regime de trabalho até 1/1/01.
Sala da Comissão de Administração Pública

30/05/01

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Segue juntado novo documento, rubricado sob
Data 19/06/01
folha nº 182/19
Hélio Hideki Takahashi
Reg. 11123



Câmara Municipal de São Paulo



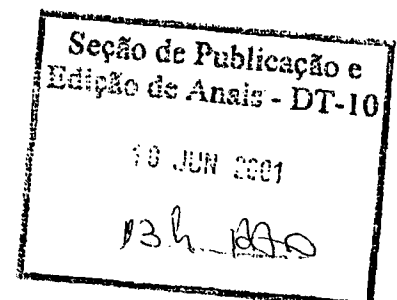
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-1445/2001

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 2001.


Carlos Neder
Vereador - PT



A Com. de Administração Pública

181 6 1 01

Breno Gandelman

BRENO GANDELMAN

Assessor Tec. Leg. Chefe

A. T. M.

Recebido na Comissão da

Administração Pública

Em 19/06/01 as 13:00 h,

Hélvio

HÉLIO NIDERI TACANI JUNIOR
Secretário - RF 11.125

Publicação: FSP
Data: 10/06/01
Pág.: 06 - TUDO

Projeto atende população de baixa renda

FREE-LANCE PARA A FOLHA

Profissionais de baixa renda também contam com um modelo de incubadora que estimula a criação de pequenos negócios. A diferença é que não criam empresas, mas cooperativas de trabalho.

“Ao contrário das incubadoras que aportam empresas, nós apenas treinamos os interessados a se unirem em cooperativas e os capacitamos para o mercado”, diz Gonçalo Guimarães, 44, coordenador da Incubadora de Cooperativas da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a primeira do país, criada em 1996.

Hoje há 13 dessas incubadoras.

As diferenças não param por aí, a começar pelo conceito. Diferentemente de uma empresa, no Brasil são necessárias pelo menos 20 pessoas para a abertura de uma cooperativa. Por meio de assembleias é eleito o conselho administrativo que vai gerir os negócios. Os lucros são divididos entre os associados proporcionalmente aos serviços prestados.

Sem capital

A CooperBrilha, que presta serviços de limpeza e manutenção, foi criada no final de 1998 por desempregados na Incubadora Tec-

nológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo.

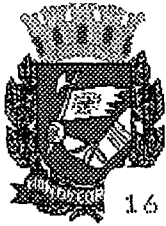
Ela foi aberta sem capital. “Na época tivemos de pegar emprestado com amigos e parentes R\$ 100 para registrá-la. Alguns deram o que tinham, moedas e até passes de ônibus”, afirma Rogério Antônio Gonçalves, 31, presidente eleito. Passados dois anos, o faturamento de 2000 foi de R\$ 58 mil, dividido entre os 36 cooperados. (GC)

Incubadoras de Cooperativas da UFRJ: 0/xx/21/598-9206; **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP:** 0/xx/11/3818-5828.

SEGUE M _____, junta do S _____, nesta usla
documento S _____ e papel de informação
rubricado S sob folha S n.º S 20 e 21

Em 27/06/2011

AMÉLIA M. MACHINO
Secretária - RE 11.133



16 - PAR
16-0575/2001

Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

Folha nº - 20 - fls. 200
Processo 74/01.
Amélia Mayumi Iguchi
Reg. 11133

PARECER Nº /2001 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 74/01.

Trata-se de projeto de lei de autoria do Nobre Vereador Carlos Neder, que dispõe sobre a instituição do Programa "Incubadoras de Cooperativas" no Município de São Paulo.

Os objetivos do Programa são os seguintes:

- incentivar a criação de novas cooperativas;
- assessorar grupos na formação de cooperativas;
- propiciar capacitação profissional para a qualificação dos participantes de cooperativas;
- aprimorar os métodos de gerência e administração das cooperativas;
- prestar serviços de consultoria para cooperativas;
- acompanhar de forma sistemática e contínua o desenvolvimento das atividades das cooperativas;
- viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários para a implantação e/ou instalação de cooperativas;
- gerar emprego e renda nos bairros.

17 - RELCOM
17-4040/2001



Câmara Municipal de São Paulo

autuado em 30/09/2015 00:00:00
Folha nº -21- do
Processo 74/01. fls. 30
Amélia Mayumi Iguchi
Reg. 11133

Conforme a justificativa lançada pelo autor, as cooperativas são uma importante forma de organização social, no processo de construção de alternativas de geração de trabalho e renda. Diversos trabalhadores que foram aliados do mercado de trabalho nos últimos anos vêm se organizando na forma de cooperativas de confecção e costura, reciclagem de lixo, lavanderia e limpeza, construção civil e administração de condomínios, artesanato, entre outros exemplos.

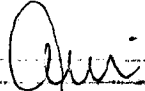
No entanto, um dos principais empecilhos à expansão das cooperativas têm sido a falta de agentes que auxiliem o processo de criação e consolidação das cooperativas. O presente projeto de lei objetiva, justamente, propiciar, por parte do Poder Público Municipal, apoio a estas iniciativas.

Meritória, portanto, a iniciativa e manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação.

em 27/06/01. Sala da Comissão de Administração Pública,


CARLOS APOLINÁRIO
Presidente


JOÃO ANTÔNIO
Relator

Publicado no DIÁRIO OFICIAL		
d.	30	06
		01
página	63	2ª
conferido:		

AMÉLIA M.L. MACHINO
Secretária - RF 11.133

A Douta Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica.
Em, 02 / 07 / 01.

AMÉLIA M.L. MACHINO
Secretária - RF 11.133

SEM EFEITO

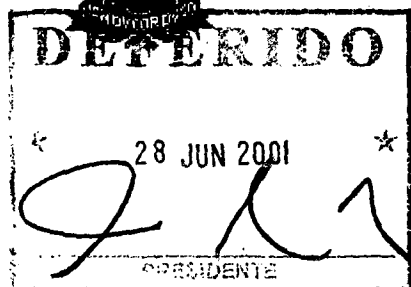
SEGUE M, juntado S, nesta data
documento S e papel de informação
rubricado S sob folha S n.º 22 e 23
Em 02 / 07 / 01

AMÉLIA M.L. MACHINO
Secretária - RF 11.133

Protocolo nº 30/09/2018/00:00:00
Processo 74/01s. 32
Amélia Maria Iguchi
Reg. 11133



Câmara Municipal de São Paulo



REQUERIMENTO

13 - RDS
13-1804/2001

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2001.


Carlos Neder
Vereador - PT

136

A Com. de Administração Pública

29/ 6 / 01

Breno Gandelman

BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Adj. Chefe

A. T. M.

Recebido na Comissão de

Administração Pública

Em 02/07/01 as 14:55 h.

Arvelia M.L. Pachino

ARVELIA M.L. PACHINO
Secretaria - RP/11.133

Serviços dominam novas iniciativas

Cooperativas de trabalho são as que mais apareceram nos últimos anos

A Lei 5764, que regulamenta as cooperativas, de 1971, especifica todos os procedimentos para a formação e administração de uma cooperativa. Contém, por exemplo, a especificação de que, para se criar uma sociedade deste tipo, é necessário o fornecimento de CPF e RG autenticados de todos os integrantes.

Para poder constituir a cooperativa, deve ser feita a inscrição no INSS e os profissionais se cadastrarem na prefeitura como autônomos, fornecendo endereço e cópia do talão de pagamento do IPTU.

Formada, a cooperativa pode iniciar os trabalhos depois de registrada na Junta Comercial e na Organização das Cooperativas de cada Estado.

Ultimamente, garante o consultor Marcelo Cypriano, tem ocorrido um aumento na formação de cooperativas de trabalho. "Antes, havia muitas cooperativas de crédito, de consumo e agropecuárias. De 1995 para cá, as de serviços tomaram impulso

por causa de um artigo de lei de 1994, que diz não existir vínculo empregatício entre cooperativa ou cooperativa e empresa

**INGRESSO É
FEITO PELA
COMPRA DE
COTAS**



Cypriano: "Maior agilidade de trabalho"

contratante." O consultor diz que há várias vantagens no trabalho cooperado: "Tem mais agilidade na prestação de serviços, preço mais barato e

não pagam muitos impostos." Cypriano e o advogado Alvaro Trevisoli esclarecem que podem ser formadas cooperativas em todas as áreas de trabalho. "São como empresas, mas

a personalidade jurídica é diferente. Em todo o segmento da sociedade é possível abrir uma", diz Cypriano.

Divisão - Nas cooperativas, como não há lucro, e sim sobras líquidas, é a assembleia que resolve o que fazer com este dinheiro. Parte desse valor vem da contribuição de dois fundos: o de reserva, que visa a cobertura de eventuais prejuízos, com alíquota de 10% por associado; e o de assistência técnica, educacional e social, com pagamento de uma taxa de 5%.

A remuneração dos profissionais é feita de acordo com a atividade e do contrato de trabalho feito com o contratante. Cypriano diz que é vantajoso para o profissional, porque tem a possibilidade de trabalhar para mais de um contrato.

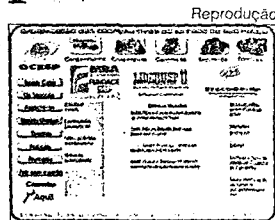
Para ingressar numa cooperativa já formada, a assembleia tem de se reunir e definir o lançamento do número de novas cotas de participação. O profissional tem de comprar as cotas, que variam de acordo com o que foi estipulado pela assembleia no estatuto. Segundo Cypriano, o valor de cada cota não pode ser superior ao de um salário mínimo. "Mas as empresas podem vender mais de uma cota, obrigando, por exemplo, o interessado a comprar 1.000 cotas."

Se houver o desligamento da cooperativa, a participação não pode ser vendida, mas devolvida. O valor pago pelo cooperado, de acordo com o consultor, é devolvido, reajustado em 12% ao ano.

Entidades prestam auxílio às cooperativas

O auxílio para a formação, administração e questões jurídicas de uma cooperativa é feito por várias instituições. Cada Estado, por exemplo, tem uma organização para ajudar os empreendedores a montarem novos negócios.

Em âmbito nacional, a responsável por este auxílio, que agrega todas as organizações estaduais, é a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Formada há 31 anos, existe, segundo o presidente da entidade, Márcio Lopes de Freitas, para representar o setor. "Representamos os in-



Sites contêm orientação sobre setor

teresses do setor em Brasília. Em caso de problemas, as organizações estaduais fazem o auxílio."

A responsável pelo apoio em

São Paulo é a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). Ela fornece orientação jurídica e técnica aos interessados. É ela a responsável pelos registros das cooperativas paulistas. Para ter o apoio da entidade, deve-se pagar 0,2% sobre o capital de reserva, anualmente. "Nosso papel é representar as cooperativas em instituições públicas e privadas", diz o superintendente da Ocesp, Marco Fuchida.

Com objetivo de promover o cooperativismo no País, foi criada, em setembro de 2000, Institu-

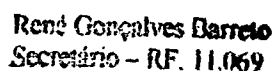
to Brasileiro de Apoio ao Cooperativismo (IBAC). Ele tem a finalidade de promover e executar ações de educação cooperativista, fomentar a criação de cooperativas, promover e prestar consultoria, editar publicações e desenvolver estudos, pesquisas, projetos, palestras, cursos e trabalhos. "Temos o interesse em ver o cooperativismo se desenvolver", diz a presidente do instituto, Marta Reis.

■ OCB: ☎ (0-61) 225-0275; Ocesp: ☎ (0-11) 574-5288; Ibac: ☎ (0-11) 5670-2142

AMÉLIA M. MACHINO
Secretaria - RF 11.133

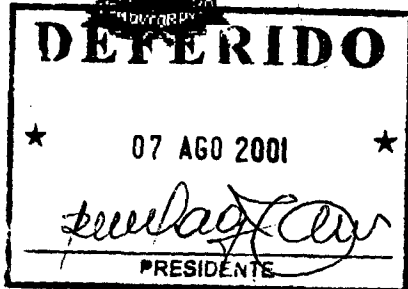
René Gonçalves Barreto
Secretário - RF. 11.069

PRESIDENTE





Câmara Municipal de São Paulo



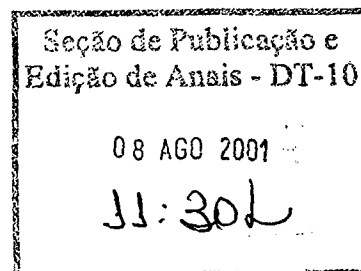
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-1907/2001

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

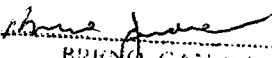
Sala das Sessões, em 01 de agosto de 2001.


Carlos Neder
Vereador - PT



A Com. de Trânsito, Transporte e Atividade
Econômica

08 / 08 / 01


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

Recebido na Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica.

Em 08 / 08 / 01 às 18 h 25 min.


Rone Gonçalves Barreto
Secretário - RF. 11.069

PEÃO A PATRÃO No ABC, grupo de 300 empregados decide assumir metalúrgica; agora, objetivo é comprá-la em leilão

Operários salvam e tocam fábricas falidas

RICARDO KOTSCHO
DA REPORTAGEM LOCAL

O que muda na vida de um operário que, de uma hora para a outra, deixa de ser empregado para se tornar um dos donos da fábrica onde trabalhava?

"Não é que agora a gente se sinta dono. Sinto-me é responsável pelo destino da empresa", resume o torneiro-mecânico José Epifânio da Silva, 49, mineiro de Piranga, um dos 300 operários-patrões que formaram quatro cooperativas e assumiram a Conforja, quando a metalúrgica, após quase meio século de atividades, faliu em março de 1999.

Maior forjaria da América Latina e única fornecedora nacional de anéis laminados de grande porte, a Conforja é uma das 11 empresas do ABC paulista (sete metalúrgicas, duas têxteis e duas de plásticos) que faliram nos últimos três anos e agora são tocadas pelos antigos empregados.

Com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, esses operários-patrões constituíram a Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) e agora se preparam para disputar, nos leilões judiciais, a propriedade definitiva das empresas que lhes foram provisoriamente arrendadas pelos síndicos das massas falidas.

"No atual cenário brasileiro, a expansão das cooperativas de trabalho tem funcionado como uma válvula de escape para as crises empresariais, bem como para a redução de custos", conclui Nilson Tadashi Oda, nas considerações finais da sua tese de mestrado — "Gestão e Trabalho em Cooperativas de Produção: Dilemas e Alternativas à Participação" — apresentada em abril deste ano à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Engenheiro de produção, técnico do Dieese e assessor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC há nove anos, Tadashi acompanha desde o início esse processo e, por isso, centrou sua tese na experiência pioneira das quatro cooperativas de produção formadas na Conforja quando a empresa agonizava, depois de uma breve tentativa de co-gestão.

"A troca de comando interno — o fundador da empresa, Wilhelm Karl Endlein, afasta-se por motivo de saúde, sendo substituído pelo seu filho, Thomas — leva a empresa a uma situação irreversível de fracasso", observa Tadashi em sua tese.

TODOS POR UM

'Sócios' decidem tudo o que é feito na cooperativa

DA REPORTAGEM DA LOCAL

Em lugar do dono ou dos acionistas majoritários, quem dá a última palavra é a assembléia geral formada pelos "sócios", ou seja, todos os trabalhadores de uma cooperativa de produção.

São eles que elegem, por meio do voto direto, o conselho fiscal e o conselho administrativo, encabeçado pelo presidente, que indica os coordenadores-gerais e os responsáveis pelos diferentes setores da empresa/cooperativa.

Na Conforja, metalúrgica no ABC paulista, no período compreendido entre fevereiro de 1998 e fevereiro de 2000, foram realizadas 130 assembléias gerais, sendo 127 extraordinárias e 3 ordinárias.

O destino da empresa é discutido e decidido nessas assembléias — da aprovação do balanço anual ao valor da "retirada" mensal de cada sócio-trabalhador.

A remuneração é variável,

calculada como se fosse uma participação dos sócios nos resultados alcançados pela empresa a cada mês. fls. 38

Na ponta do lápis

Tudo tem que ser orçado na ponta do lápis, porque as cooperativas só conseguem comprar matéria-prima pagando à vista, já que se trata de uma empresa legalmente falida.

Por definição legal, cooperativa é uma associação sem fins lucrativos. Se houver excedente na relação receita-despesa, 10% das sobras líquidas vão para um fundo de reserva e outros 5% são destinados à assistência técnica e educacional dos associados. O restante é repartido entre os associados e/ou reinvestido no próprio negócio.

A cooperativa paga ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) 15% sobre a folha de "retiradas" mensais dos sócios, que por sua vez contribuem com a Previdência Social como trabalhadores autônomos (por meio de carnês).

Todos têm direito a 30 dias de férias remuneradas por ano, mas o valor da gratificação de Natal (o 13º salário) depende da capacidade da empresa de gerar excedentes a serem repartidos entre os sócios. (RK)

Medo do novo

Se não fosse a imensa faixa com as siglas das cooperativas — Coopertratt (tratamento térmico), Cooperlafe (laminados), Cooperfor (forjados) e Coopercon (conexões e tubos) — afixada na fachada da empresa, não daria para notar nenhuma mudança após a troca no comando da Conforja.

Folha nº 234
Processo 074/01
René Gonçalves Barreto
Reg. 11069

Maio 2001 PL 2001. RUBENS GONCALVES JUNIOR

Mais dia, menos dia, todos tinham certeza de que a fábrica iria fechar as portas. Mas, diante da ameaça do desemprego iminente, os trabalhadores se dividiram.

Não foi fácil. Um clima de medo e insegurança dominava o ambiente na fábrica. Nos primeiros

A reportagem da **Folha** apurou que a empresa vem operando no azul, quer dizer, está dando lucro há mais de um ano, o que lhe permite pagar salários — aqui chamados de “retiradas” (ver matéria nesta página) — em média 20% superiores aos do mercado. A menor “retirada” é de R\$ 500, e a mé-

O novo status da peãozada da Conforja, no entanto, não mudou o relacionamento entre eles. Qualquer que seja o posto na hie-

Para atender à demanda, neste ano já foram contratados 30 empregados com carteira assinada, em sua maioria filhos dos operários-patrões, que agora se tornaram também pais-patrões.

Pf. 02/02

Matéria: Português 032001 RUBENS GONCALVES JUNIOR

Ementa: INSTITUI O PROGRAMA INCUBADORA DE COOPERATIVAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor(es):

Vereador(a) CARLOS NEDER (PT)

Apresentado em....: 01/03/2001

Autuado em.....: 01/03/2001 - Processo 01-74/2001

Proc. anexados....: 13-0672/2001 em 19/04/2001

13-0695/2001 em 24/04/2001

13-1445/2001 em 13/06/2001

13-1804/2001 em 28/06/2001

Folha nº	27	do
Processo	074/01	
René Gonçalves Barreto		
Reg. 11069		

Leitura.....: 01/03/2001, na Sessão Ordinária 11, Legislatura 13-1

Palavra(s) chave(s): ADMINISTRAÇÃO REGIONAL / ASSESSORAMENTO / COLEGIADO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO / COOPERATIVA / HABILITAÇÃO PROFISSIONAL / INCENTIVO / PROGRAMA INCUBADORA DE COOPERATIVAS / SETOR PRIVADO / SETOR PÚBLICO.

TRAMITADA:

=====

-----		*-----*		*-----*	
I Sigla da Área	I	Recebimento	I	Encaminhamento	I
I CMSP	I	Data Hora	I	Data Hora	I
I-----+		+-----I		I-----I	
I ATM	I	01/03/2001	I	09/03/2001-17:45	I
I JUST	I	12/03/2001-13:05	I	25/03/2001-18:12	I
I ADM	I	25/05/2001-18:35	I	02/07/2001-15:08	I
I ECON	I		I		I
-----		*-----*		*-----*	

Comissão(ões) designadas em 02/03/2001:

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - JUST

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADM

ATIVIDADE ECONÔMICA - ECON

FINANÇAS E ORÇAMENTO - FIN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - JUST

=====

PL recebido(a) em: 12/03/2001

=>Pedido de vista em 17/04/2001 até 12/05/2001 - Vereador(a) VANDERLEI DE JESUS (PL).

=>RDS nro. 672/2001, juntada de documentos (referente a(o) PL 74/2001), apresentado em 19/04/2001 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

=>RDS nro. 695/2001, juntada de documentos (referente a(o) PL 74/2001), apresentado em 24/04/2001 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	de
Processo nº	
Assunto	

RELATORIO nro. 194/2001 --> PARECER nro. 349/2001

fls. 42

Apresentado em.....: 22/05/2001
 Autor(a).....: Vereador(a) JOSE LAURINDO (PT)
 Conclusao.....: LEGALIDADE

COMISSAO DE ADMINISTRACAO PUBLICA - ADM

Folha nº	284	do
Processo	074/01	
René Gonçalves Barreto		
Reg. 11069		

PL recebido(a) em: 25/05/2001

=>RDS nro. 1445/2001, retirada de proposicao (referente a(o) PL 74/2001),
 apresentado em 13/06/2001 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

RELATORIO nro. 4040/2001 --> PARECER nro. 575/2001

Apresentado em.....: 27/06/2001
 Autor(a).....: Vereador(a) JOAO ANTONIO (PT)
 Conclusao.....: FAVORAVEL

=>RDS nro. 1804/2001, juntada de documentos (referente a(o) PL 74/2001),
 apresentado em 28/06/2001 pelo(a) Vereador(a) CARLOS NEDER (PT).

Câmara Municipal de São Paulo





16 - PAR

16-0932/2001

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº	1204	de	1204
autuado em	31/09/2015	00:00:00.	
Processo	074/01	fls.	44
Rece	Gonçalves Barreto		
Reg	1190		

DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 074/2001.

Projeto de autoria do nobre Vereador Carlos Neder objetiva instituir o Programa "Incubadora de Cooperativas" no Município de São Paulo, com os objetivos enumerado no artigo 2º., dentre os quais destacamos: incentivar a criação de novas cooperativas, assessorar grupos na formação das cooperativas, propiciar capacitação profissional para a qualificação dos participantes, prestar serviços de consultoria, viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários para a implantação e/ou instalação de cooperativas e de gerar emprego e renda nos bairros.

Para sua implantação será constituído o Colegiado Regional de Desenvolvimento em cada Administração Regional ou Subprefeitura, com a participação das diversas secretarias afetas ao programa, de representantes da sociedade civil, de universidades onde se desenvolvam projetos de incubação de cooperativas, do empresariado e outras entidades.

Trata-se de experiência que produziu e tem produzido resultados importantes em alguns municípios e pelos trabalhadores que foram aliçados do mercado de trabalho, os quais se organizaram das mais variadas formas conforme atestam os documentos que elucidam a propositura.

Somente o fato de gerar emprego e renda para a população de nosso Município, incrementando a atividade econômica, possibilitando meios e assessoramento para incentivar a união da população no trabalho cooperativo, merece o projeto todo nosso apoio.

Favorável, portanto, nosso parecer.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, em 23/8/01.


Presidente

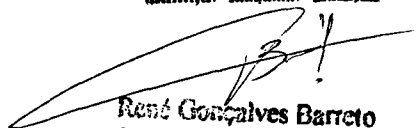

Relator


17 - RELCOM
17-5050/2001

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 22 / 9 / 01
página 62 / 3
Conteúdo:

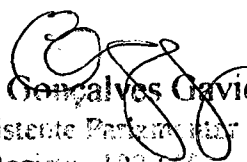
A Douta Comissão de
Finanças e Orçamento

Em 24 / 9 / 01


René Gonçalves Barreto
Secretário - RF. 11.069

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento.

Em 25 / 09 / 01 às 14h


Elaine Gonçalves Gavioli
Assistente Parlamentar
Registro 100.405

Ao Nobre Vereador - Augusto Campos -
para relatar

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento
Em 27 de 09 de 2001


Presidente

Em 29 / 10 / 01, nesta data
documento e parcel de informação
publicado sob folha n.º 30/33
Em 29 / 10 / 01

RF 11085

Assinatura
15/10



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	30	115. 46
Processo	74/01	do
Marta Pimentel R. Ravena		
1085		

DETERIDO	
★	24 OUT 2001
<i>[Assinatura]</i>	
PRESIDENTE	

REQUERIMENTO

13 - RDS
13-3085/2001

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2001.

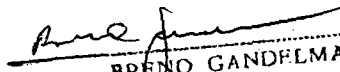
[Assinatura]
Carlos Neder
Vereador - PT

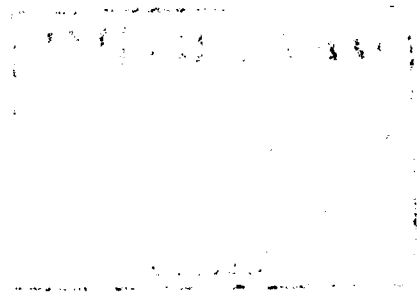
RECEBIDO EM
15:15
25 OUT 2001
15:15

Anexo: Documentos

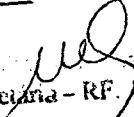
Seção de Publicação e Edição de Anais - DT-10
25 OUT 2001
13:00h.

À Comissão de Finanças e Orçamento.
25/10/01


BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.



Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento.
Em 29/10/01 às 8 h00.


Secretaria - RF. 1.085

Publicação: OESP
 Data: 21/10/01
 Pág.: B-12
pg. 01/03

Folha nº	31	do
Processo	74/01	
Marta Pinheiro S. Ravena		
Reg. 11085		

Cooperativas transformam lixo em lucro

Venda de materiais recicláveis começa a deixar a informalidade com apoio de prefeituras

ADRIANA MOREIRA

O mercado informal é hoje um dos grandes responsáveis pela reciclagem no Brasil. Apesar disso, cada vez mais surgem grupos de trabalhadores que se unem para atuar na área de uma forma organizada. De acordo com estudos da organização não-governamental (ONG) Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), com investimentos entre R\$ 50 mil e R\$ 140 mil é possível montar pequenos negócios de reciclagem de plástico, papel e até fibra de coco – usada em bancos para a indústria de automóveis e carpetes.

No entanto, as cooperativas de catadores são as que mais movimentam o ramo, tanto na parte ambiental como na econômica. Segundo o Cempre, eles seriam os principais responsáveis pelos altos índices de reciclagem de materiais como alumínio (73%) e papelão (71%), colocando o Brasil entre os maiores recicladores desses materiais.

O Serviço Brasileiro de As-

sistência Gerencial às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae) – que conta com programas de capacitação na área (leia abaixo) – e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) estão desenvolvendo juntos o projeto Recicla. De acordo com o consultor de tecnologia do Sebrae, Edglauro Barreto Guimarães, a idéia é desenvolver cooperativas de catadores de produtos recicláveis com o apoio das prefeituras e, a partir da experiência, criar um guia “passo-a-passo” para ser utilizado em outras cidades.

“Vamos oferecer toda a metodologia para que outras administrações possam desenvolver o sistema”, explica. Inicialmente, as cidades atendidas serão Salto e Registro, no interior do Estado. “Pessoas que trabalham no mercado informal, como catadores, já estão sendo preparadas para iniciarem a cooperativa, com o apoio das prefeituras”, diz Guimarães.

Ele acredita que, em no máximo um ano, as cooperativas estarão em funcionamento e o guia, preparado. Durante o processo, os cooperados receberão cursos de capacitação e treinamento (como separar e para quem vender os materiais).

Ação – Em Santo André, na

Folha nº 32 fls. 49
 Processo 74/91
 Marta Pimenta H. Ravenna
 Reg. 11085

Publicação: OESP
 Data: 21/10/01
 Pág.: B-12

Pf. 02/03

MICROS

GUIA DA MICROEMPRESA

Aglberto Lima/AE



Trabalho de separação de materiais na Coopcicla, em Santo André; muitos cooperados, como Reginaldo Nascimento (abaixo), recolhiam papelão nas ruas



Grande São Paulo, já existem duas cooperativas que funcionam com o apoio da prefeitura. Duas vezes por semana, um caminhão faz a coleta seletiva pelas ruas do município. Cerca de 90% do material é encaminhado ao galpão da Coopcicla, onde é separado e depois, prensado.

A cooperativa funciona há cerca de três anos, em um espaço cedido pela prefeitura. De acordo com o presidente da Coopcicla, Antônio Gonçalves, o grupo pretende criar parcerias com empresas, para evitar intermediários no processo de venda e garantir um lucro maior para os

cooperados.

Atualmente, cada um ganha cerca de R\$ 250,00 por mês, além de uma cesta básica. Na Coopcicla, há um rodízio de funções para que todos tenham experiência em todos os tipos de trabalho, inclusive na diretoria. "O salário é o mesmo, independentemente do cargo", explica Gonçalves. A única diferença salarial ocorre por causa das horas trabalhadas por cada um. Para ele, as cooperativas são uma alternativa para o desemprego. "Eu estava fazendo 'bicos' como pedreiro quando entrei para a Coopcicla", conta.

SEBRAE
 PREPARA
 CARTILHA
 COM IPT

Já Reginaldo Nascimento, de 40 anos, recolhia papelão nas ruas quando entrou para o grupo. "Estava desempregado e esse era o único jeito de levar o pão para casa", lembra. Segundo ele, a vantagem de participar da cooperativa é saber que, no fim do mês, o sustento da família está garantido. "Você acorda de manhã e sabe para onde vai. Como catador, às vezes eu trabalhava o dia inteiro e não conseguia nada."

Conscientização – Além do espaço, a prefeitura de Santo André disponibiliza equipamentos, oferece cursos de capacitação e mantém uma orientação permanente para a

cooperativa. Atualmente, quase cem pessoas trabalham na Coopcicla.

Para o engenheiro do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa), Eudes Grandolpho, que acompanha o projeto, a população da cidade precisa conscientizar-se da importância de separar os materiais para a reciclagem.

"No caso do papelão, por exemplo, eles poderiam estar vendendo o quilo por R\$ 0,11. Como o material vem sujeito a preço cai para R\$ 0,05", diz. Atualmente, apesar da coleta seletiva ocorrer em 100% das casas do município (incluindo favelas), apenas 40% da população separa o lixo.

Publicação: OESP
Data: 21/10/01
Pág.: 8-12

Folha nº	33	fls. 50
Processo	74/01	
Maria Pimenta F. Ravena		
Reg. 11085		

Rf. 03/03

Sucesso depende do empenho do grupo

Objetivos comuns e conhecimento de mercado são fundamentais no negócio

O Sebrae conta com programas para ajudar a organizar cooperativas, inclusive as de reciclagem. De acordo com o gerente da área de ações associativas do órgão, Benedito Ribeiro Zurita, formar uma cooperativa não é tão fácil quanto parece.

Segundo ele, para que o empreendimento funcione, o primeiro e mais importante passo é que a cooperativa seja formada por um grupo homogêneo, de no mínimo 20 pessoas, que tenham os mesmos objetivos. Além disso, é preciso ter o capital para iniciar o negócio e conhecer o mercado onde atuarão, analisando, por exemplo, possíveis concorrentes.

Com isso, a cooperativa já pode dar o passo seguinte, que engloba a elaboração dos estatutos sociais, a batalha por procurar mercado (compradores) e melhorar a capacitação dos associados. No entanto, para Zurita, o empenho de todos é fundamental. "O cooperado não pode esquecer que ele também é dono do negócio, e não empregado", explica.

Dessa forma, não são apenas os lucros que são dividi-

dos igualmente, mas também as despesas. Para obter benefícios, como férias e licença-maternidade, os cooperados precisam concordar em ter um fundo específico para essa finalidade, já que a verba depende da contribuição mensal dos associados.

"As cooperativas funcionam de maneira semelhante às microempresas, com a diferença de não recolherem Imposto de Renda e possuírem uma legislação específica", diz. Por isso, é preciso que os cooperados saibam como negociar com fornecedores e compradores e cuidar da contabilidade. "Muitas vezes, os associados preferem contratar alguém para fazer esse serviço."

No caso das cooperativas de reciclagem, Zurita afirma que é comum haver uma ONG ou a prefeitura de uma cidade ajudando na organização dos grupos. "Depois do contato com o Sebrae, realizamos uma série de reuniões com o grupo, orientando na área de gestão do empreendimento", relata.

Ele explica que, no mercado de reciclagem, existem grandes compradores de material. Entretanto, os fornece-

dores ainda estão se organizando. "O mercado informal ainda é grande, mas as cooperativas bem organizadas podem obter lucros maiores vendendo diretamente para esses compradores."

Atravessadores – A Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), de Belo Horizonte, Minas Gerais, ainda não vende os materiais coletados diretamente para os compradores. "Se tivéssemos capital de giro, poderíamos esperar para receber, mas ainda não é possível fazer isso. O jeito é vender para os atravessadores mesmo", diz Maria das

Graças Marçal, mais conhecida como *dona Geralda*, fundadora da associação. Segundo ela, o objetivo da entidade é fazer o comércio diretamente com os grandes compradores.

Além da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), órgão municipal, também a Pastoral de Rua, ligada à Igreja Católica, e movimentos sociais apóiam a Asmare. Há também parcerias com empresas privadas, que doam material reciclável para a cooperativa. "O

material é retirado nas empresas e passa pela triagem quando chega ao galpão. Depois de separado, é prensado e fica pronto para ser vendido", explica dona Geralda.

A renda média dos cooperados era de três a quatro salários mínimos há cerca de três meses. Segundo dona Geralda, esse valor diminuiu para uma média de um a três salários mínimos por causa do aumento do número de catadores e da queda na quantidade de material. "Estamos pensando em organizar campanhas para que a população separe o lixo reciclável", destaca.

Parte do material reciclável coletado pela Asmare é destinado à produção de roupas, agendas e blocos de anotação, entre outros produtos, que carregam a marca Reciclo, criada pela associação.

Fundada em maio de 1990, a Asmare tem atualmente 356 cooperados, e 50 deles são responsáveis pela triagem do material recebido. "Há cerca de cem catadores esperando para trabalhar na associação", afirma a fundadora. O primeiro galpão da associação foi construído pela prefeitura em 1992; hoje são três. Cada um deles tem uma oficina de marcenaria para reaproveitar também madeiras coletadas. (A.M.)

GANHOS E
DESPESAS
SÃO
DIVIDIDOS

Handwritten mark resembling a large, stylized '3' or a bracket.

Documento _____, desta data
n.º _____ e pedal de informação
sob folha 3 n.º 34/37
Em 20/11/01

Maria Inês Pereira Pires Ravenna
Secretaria - RF. 11.085



Câmara Municipal de São Paulo

QUE-SE EM
20 / 11 / 01 / Belcom

16 - PAR
16-1460/2001

2001, DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 74/2001.

Folha nº	34	do
Processo	74/01	
Reg. 11045		Ravena

Trata-se de projeto de lei de autoria do Nobre Vereador Carlos Neder, que visa instituir o Programa "Incubadora de Cooperativas" no Município de São Paulo, com o objetivo de assessorar grupos de formação de cooperativas, incentivar a criação de novas cooperativas, propiciar capacitação profissional para a qualificação dos participantes das cooperativas, aprimorar os métodos de gerência e administração das cooperativas, prestar serviços de consultoria para cooperativas, acompanhar de forma sistemática e contínua o desenvolvimento das atividades das cooperativas, viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários para a implantação e/ou instalação de cooperativas e gerar emprego e renda nos bairros.

Meritória a iniciativa ora em comento. No entanto, de comum acordo com o autor, apresenta-se um substitutivo, de forma a ampliar o escopo do projeto no sentido de também viabilizar a incubação de empresas. Assim, são feitas as devidas adaptações no texto original, que se limitava à formação de cooperativas.

Além disso, no art. 3º do projeto está prevista, para a implementação do Programa, a constituição de um Colegiado Regional de Desenvolvimento, em cada Administração Regional, com a participação das diversas secretarias afetas ao Programa, do empresariado, de micro e pequenos empreendedores e cooperativas, de universidades, de escolas técnicas e de representações locais do SEBRAE-SP, da FIESP/CIESP, da Associação Comercial de São Paulo, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FCESP -, do Centro do Comércio do Estado de São Paulo - CCESP - e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Pretende-se também, com o presente substitutivo, garantir, por meio da inclusão de um parágrafo a este art. 3º, a paridade da representação de micro e pequenos empreendedores e cooperativas em relação aos demais setores presentes neste Colegiado.

17 - BELCOM
17-2234/2001



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	35	do
Processo	74/2001	
Marta Pimentel R. Ravena		
1085		

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela, na forma do substitutivo ora proposto.

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI N.º 74/2001

Institui o Programa “Incubadora de Empresas e Cooperativas” no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Programa “Incubadora de Empresas e Cooperativas”, no âmbito das Administrações Regionais do Município.

Art. 2º - Os objetivos do Programa são:

I – apoiar o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos, bem como de cooperativas, em processo de constituição;

II – incentivar a criação de novos empreendimentos e cooperativas;



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	36	do
Processo	74/01	
P. Municipal P. Ravena		
Reg. 11085		

III – proporcionar capacitação para a qualificação dos gerentes destes empreendimentos;

IV – viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários para a implantação e/ou instalação dos empreendimentos e cooperativas;

V – gerar trabalho e renda nos bairros.

Art. 3º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo constituirá o Colegiado Regional de Desenvolvimento, em cada Administração Regional, com a participação das diversas secretarias afetas ao Programa, de representantes da sociedade civil, do empresariado, de micro e pequenos empreendedores e cooperativas, de universidades, de escolas técnicas e de representações locais do SEBRAE-SP, da FIESP/CIESP, da Associação Comercial de São Paulo, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FCESP -, do Centro do Comércio do Estado de São Paulo – CCESP – e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

Parágrafo Único – Na composição do Colegiado Regional de Desenvolvimento, de que trata o caput, o Poder Executivo garantirá a paridade de representação de micro e pequenos empreendedores e cooperativas em relação aos demais setores.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	37	1155
do		
Processo	74/01	
Materia	Pimenta	H. Ravena
	085	

Art. 4º - Fica autorizado o aporte de recursos de Instituições Públicas ou Privadas interessadas em financiar o referido Programa.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

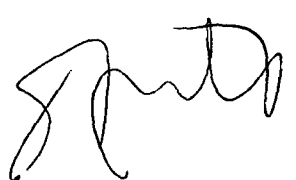
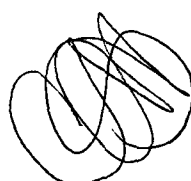
Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara

Municipal de São Paulo, em 20/11/01

Oliver Gabriel
(presidente)


AUGUSTO CAMPOS
Relator

p 53 cl 2
21/11/01

Protocolado no DEPARTAMENTO OFICIAL
de 21 / 11 / 01
pagina 53 coluna 02
Conferido: _____

Maria Pimentel Pinto Ravena
Secretária - RF. 11.085

A A. T. M.
Em 23 / 11 / 01

Maria Pimentel Pinto Ravena
Secretária - RF. 11.085

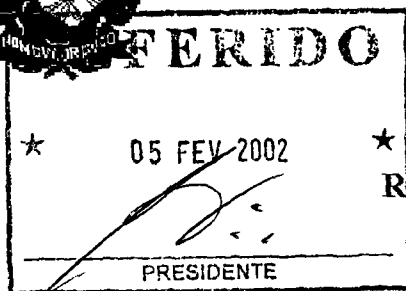
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEQUE (M) JORNAL DE SÃO PAULO - 38241
cada (M) sob o nº 38241 - informação sob
R.º _____

Mirandolina M. T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913

Folha n.º 38 do proc. n.º 74/01 da 1ª
 Mirandolina M. T. Lucas
 Assistente Técnica
 Registro 10.913



Câmara Municipal de São Paulo

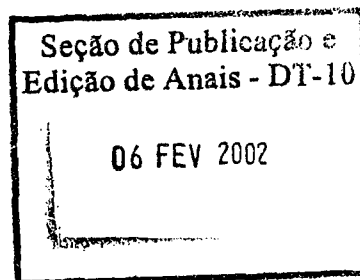


REQUERIMENTO 13 - RDS
 13-0003/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2002.

Carlos Neder
Carlos Neder
 Vereador - PT



Folha n.º	39	do proc.
n.º	74	de 3001

Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913

27/11/2002

O ESTADO DE S. PAULO - A9

EDUCAÇÃO

Estudantes criam cooperativa para 'driblar' o desemprego

Na tentativa de ganhar experiência profissional e espaço no mercado de trabalho, um grupo de 80 estudantes da região de Presidente Prudente montou uma cooperativa. A entidade, que será inaugurada hoje, recebeu o nome de Rede de Cooperação Técnica do Mercosul. "Pretendemos desenvolver projetos para aproveitar o potencial turístico da região e ajudar na informatização das fazendas", conta o presidente da cooperativa, Flávio de Oliveira França, de 18 anos.

Ele e os outros participantes concluíram o Programa Profissão, mantido pela Secretaria de Estado da Educação, Senac e outros parceiros, no ano pas-

sado. "Hoje em dia é difícil conseguir emprego. As empresas exigem experiência. Para tentar driblar essa exigência, apostamos na cooperativa." A aposta parece correta: antes mesmo de ser oficialmente aberta, eles já trabalham em dois projetos. Um de desenvolvimento de um projeto de lazer para a prefeitura de Salmorão e outro de informatização para a Associação Agrícola de Anhumas.

Para Edmilson Molina, professor do Senac e coordenador da rede, a cooperativa é prova de que o esforço conjunto coloca o profissional de nível médio na posição de empreendedor, tornando-o menos dependente de um emprego.

CULTURA Manifestações estão presentes em todas as regiões, ajudando a cultivar memória dos moradores

Artesanato preserva história de SC

CLAUDIA MARCELO

A rica e diversificada produção do artesanato no Estado contribui para construir a história do povo catarinense.

São representações culturais que ajudam a preservar a tradição dos antepassados e ensinam os jovens a cultivarem a memória dos primeiros moradores, além de propiciar rendimento a centenas de famílias.

A manifestação está presente em todas as regiões de Santa Catarina, com destaque para o vime, em Lages; crochê e pintura, em Chapecó; pinturas em porcelana, em Joinville; crochê e tricô, em Criciúma; e cerâmica, rendas de bilro e crivo, na Grande Florianópolis. O artesanato indígena também tem forte presença em solo catarinense.

Santa Catarina é um dos únicos estados do Brasil que mostra diversificação de opções em função das diferentes etnias coloniza-

doras: são bonecas de porcelana, trabalhos em ponto-cruz, peças utilitárias e para enfeite, suvenires e peças figurativas do folclore dos municípios. Sob os belíssimos trabalhos que encantam os turistas que visitam o Estado, escondem-se centenas de rostos anônimos. Estima-se que no Brasil 8,5 milhões de pessoas estejam envolvidas no segmento artesanal.

Produção expressa linguagem popular

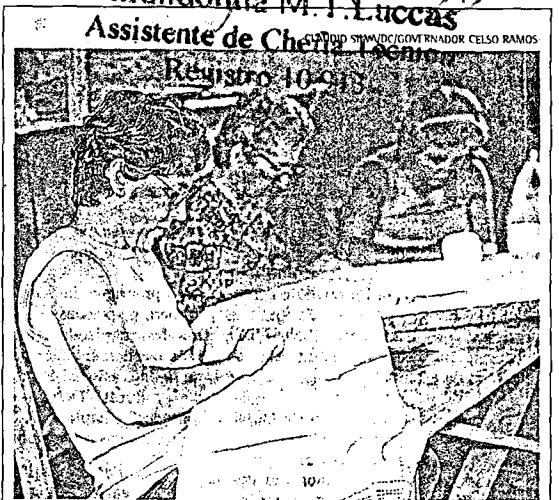
As informações são muito dispersas, porque grande parte dos artesãos trabalha na informalidade. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior apontam que o setor movimentou uma receita anual de R\$ 28 bilhões.

Programas do governo estadual e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SC) foram elaborados para estimular a formação de cooperativas e associações, que facilitam a qualificação, produção

e venda dos produtos e contribuem para calcular a população que trabalha neste setor.

Na avaliação da professora Ceili Borba Furtado, coordenadora do curso de Gestão do Lazer e Eventos, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), campus de Balneário Camboriú, o artesanato pode ser considerado a expressão de emoções e linguagem popular e deve ser cultivado. Na opinião da especialista, são necessários mais investimentos públicos que sirvam para incentivar a produção artesanal no Estado, por se tratar de um importante meio de obtenção de renda, e conservação de costumes.

A presidente da Federação das Associações Profissionais de Artesãos de Santa Catarina (Fapasc), Reni de Fátima Mafra, reforça que o artesanato pode ser considerado como referência cultural de um povo e concorda com a professora Ceili de que são necessários recursos para melhorar o desenvolvimento do setor.



Técnica passa de mãe para filha

Eugenita Passos, 71 anos, ajudou o marido, que era lavrador, a sustentar sete filhos com a produção de peças em crivo, técnica típica açoriana que predomina fortemente em Governador Celso Ramos. Ela transmitiu o conhecimento à filha Maria das Neves Passos Silva, 37, que aprendeu ainda criança, ao observar a mãe.

Hoje, Eugenia e Maria integram a Cooperativa de Arte (Cooperarte), que inclui outras seis mulheres dispostas a perpetuar a arte que aprenderam com os pais e incrementar a renda da família. "Os filhos preferem se dedicar a outras atividades", lamenta Maria das Neves.

A Cooperarte foi fundada há dois anos e de lá para cá tem aumentado a produção, principalmente durante a alta temporada. O grupo pode mostrar o talento e a criatividade em peças produzidas em parceria com estilistas do curso de Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), e exibidas num desfile.

A Cooperarte pretende, em parceria com o Sebrae, promover cursos de capacitação para estimular os adolescentes a manter a tradição.

Cerâmica produzida com estilo oriental

A artesã Helvecia Munõs, que mora na Capital, domina a técnica majólica, a mais antiga da cerâmica árabe, trazida pelos açorianos que povoaram o Estado, e que consistia na mistura do sal com pigmentos de terra.

Ela faz parte da Associação de Ceramistas de Florianópolis, com 32 integrantes, que se dedicam à produção de utilitários feitos em cerâmica. Por meio da associação, os artesãos têm a possibilidade de se especializar.

As peças são exibidas e colocadas à venda, na Casa da Alfândega, e por meio de representantes comerciais. Grande parte dos associados tem na arte o meio de subsistência.

CLAUDIA SILVA/DFLORIANÓPOLIS



GRUPO: Lourdes e Ivânia se reúnem nas terças-feiras para trabalhar

Recurso destinado à formação

DARCI DEBONA

▼ CHAPECÓ

Chapecó é uma das cidades catarinenses que tem maior número de grupos que trabalham com artesanato.

A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Comunitário do município informa que, dos 106 grupos acompanhados, 86 fazem trabalhos artesanais. Isso representa cerca de mil pessoas, segundo a coordenadora do Programa da Mulher, Rosalina da Silva.

Um dos grupos é o Clube de Mães Princesa Isabel, da escola Jacob Gisi, bairro Engenho Braum. O grupo conta com 20 mães, que se reúnem todas as terças-feiras, na escola para cursos ou realizar trabalhos.

No ano passado, as mães realizaram curso de bordar em tela e macramê, ministrados pela prefeitura. Rosalina Silva diz que os

profissionais são disponibilizados pelo município para aprimorar o trabalho dos grupos e propiciar uma renda extra para as famílias.

Lourdes Faccin da Silva já trabalha com artesanato há 20 anos e Ivânia Gnoatto há 13. Já Marilene Wortmann integrou o grupo em 2001. Elas fazem trabalhos de crochê, pintura, bordado e tricô, que são vendidos de casa em casa ou nas feiras.

Ivânia afirma que com o dinheiro pode comprar coisas para a casa ou de uso pessoal. Marilene diz que mesmo não representando um ganho significativo, é um trabalho prazeroso. Parte do dinheiro resultante das vendas das peças confeccionadas nos encontros semanais vai para o colégio para melhorar sua estrutura.

O grupo também realiza excursões, tendo visitado as quedas do Rio Chapecó, em Abelardo Luz, e o balneário de águas termais em São Carlos.

SEGUIE →

Saiba mais

O QUE DIZ A LEI

Como criar cooperativa
Reunir no mínimo 20 pessoas com um objetivo econômico em comum
Elaborar uma proposta de estatuto, contendo os direitos e deveres de cada cooperado
Edital de convocação da Assembleia Geral de Constituição da cooperativa
Ata da realização da Assembleia Geral, com votação do estatuto da cooperativa e eleição dos conselheiros
Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ
Registro do estatuto na Junta Comercial, para obtenção do Número de Inscrição no Registro Comercial e do CGC
Comprovante de alvará de funcionamento

Princípios dos cooperativos
Adesão voluntária e livre
Neutralidade social, política e religiosa
Participação democrática pelos membros
Retorno dos lucros definidos através de assembleia
Juro limitado ao capital
Educação, formação e informação
Cooperação intercooperativa
Autonomia e independência

Direitos do cooperado
Utilizar os serviços prestados pela cooperativa
Participar das assembleias gerais
Propor ao conselho de administração e às assembleias gerais as medidas que julgar de interesse dos integrantes do quadro social
Votar e ser votado para os cargos no conselho de administração e no conselho fiscal
No caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital conforme estabelecido no estatuto

Deveres do cooperado
Integralizar as cotas partes de capital
Operar com a cooperativa
Observar o estatuto da cooperativa
Respeitar as decisões da assembleia geral e do conselho diretor
Cobrir sua parte, quando forem obrigadas perdas no fim do exercício
Participar das atividades profissionais desenvolvidas pela cooperativa
Legislação: as cooperativas são disciplinadas no Brasil pela Lei 5.764 de 16/12/1971, pelo Código Civil e pela Constituição Brasileira de 1988

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

CULTURA Setor cresce com cursos de capacitação

Trabalho gera alternativa de renda a famílias

Centenas de artesãos catarinenses têm melhorado as condições de trabalho e renda por meio de projetos como Arte Catarina. O programa foi criado e gerenciado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SC), e também conta com a administração da Secretaria de Estado da Família.

O desenvolvimento do setor é impulsionado pelos programas de capacitação para associações, cooperativas ou grupos de ofício. O artesanato é instruído a melhorar a qualidade do produto, ao mesmo tempo em que é estimulado a preservar o trabalho como referência cultural. O artesanato é uma atividade em expansão no mundo.

O Arte Catarina está espalhado por todas as regiões do Estado. Foram criados grupos de produção para, por exemplo, a renda do crivo, olaria, vime, tecelagem em lã e trabalhos em madeira. Este processo de venda tem a participação de uma consultoria específica, que garante a colocação de peças de qualidade no mercado.

O trabalho dos consultores revela que o grande empecilho ao artesanato é a industrialização de produtos e a entrada de

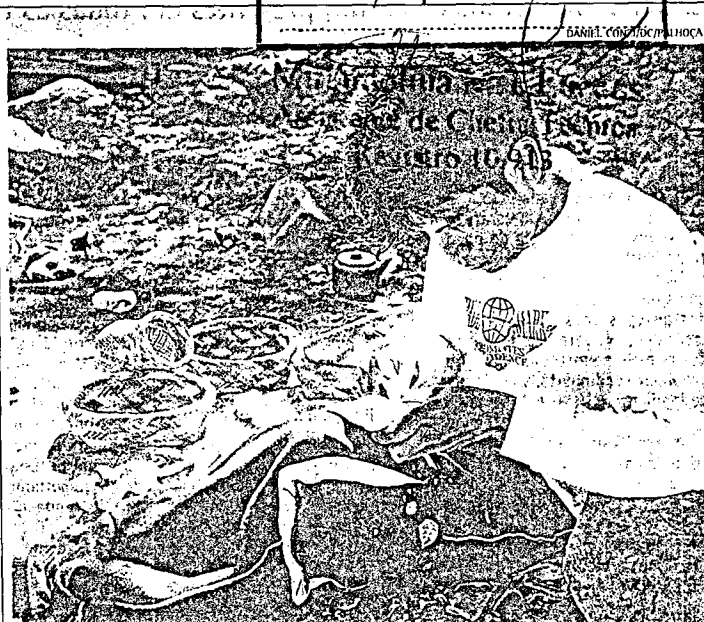
concorrentes externos, com a prática de preços muito abaixo do mercado nacional.

O programa do Sebrae visa diminuir o número de pessoas que trabalham de forma desorganizada. Até agora, 660 artesãos receberam capacitação, com noções de gestão, associações e desenvolvimento de produtos. Desde agosto de 2000, quando foi implantado, 16 cooperativas foram criadas ou revitalizadas.

**Página na Internet
vai estimular vendas**

A Secretaria de Estado da Família pretende capacitar 9 mil artistas até maio deste ano. Até agora, cerca de 2 mil pessoas de 50 associações participaram dos cursos oferecidos pela secretaria, por intermédio da Diretoria de Trabalho e Renda.

De acordo com o técnico responsável pelo programa na secretaria, Renato Brites, são repassados ensinamentos sobre a valorização do trabalho, capacitação de recursos humanos, produção, vendas e administração, cooperativismo e associativismo. O técnico adianta que em breve será disponibilizado um site na Internet para as associações se cadastrarem.



Índios preservam valores por meio das artes

Os índios Guarani, que moram na localidade de Morro dos Cavalos, em Palhoça, na Grande Florianópolis, vivem exclusivamente do artesanato. As cerca de 100 famílias da localidade fabricam cestas e réplicas de animais da região.

A matéria-prima - madeira e bambu - é retirada do local onde residem. Com os poucos trocados que consegue com a venda do artesanato, Daniel da Costa, 23 anos, sustenta a mulher e três filhos. Assim como os demais, Daniel e a família vivem em precárias condições, em

instalações improvisadas. É na rua, ao lado da única panela da família, que ferve sobre poucos gravetos, que ele se concentra no paciente trabalho de talhar os animais de madeira.

Ele aprendeu a técnica com a avó, que ainda produz cestos de bambu. O museólogo Gelson José Coelho, o Peninha, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), compara a arte indígena a livros. Na sua avaliação, ao produzir bichos em miniatura, eles ensinam, por exemplo, às crianças a preservar a natureza e manter o vínculo com suas raízes.



REGINA: Gosto pelas agulhas de tricô surgiu quando tinha 13 anos

Cotidiano exige muita dedicação

MARCELO BECKER

▼ İCARA

A vida da artesã Regina Pacheco, 35 anos, divide sua atenção entre o marido Juceli, os filhos Fernando e Paula e os trabalhos de crochê e tricô.

Há cinco anos, Regina decidiu se dedicar profissionalmente ao artesanato, mas o gosto pela atividade vem desde os 13 anos, quando empunhou pela primeira vez uma agulha de tricô. As primeiras técnicas foram aprendidas durante as aulas da disciplina de Iniciação Para o Trabalho (IPT).

Nessa época, Regina já fazia

luvas e sapatinhos para recém-nascidos. Porém, foi através de revistas especializadas que descobriu a vocação de artesã. "Tive que ler muito e me empenhar no trabalho."

Hoje, os trabalhos são conhecidos na cidade durante as exposições da Fundação Cultural Criciunense (FCC). O que difere um trabalho do outro, de acordo com ela, é o estilo do artesão. "Troquei as cores tradicionais das roupas por cores mais vivas e alegres e isso faz a diferença na hora da venda." O trabalho no artesanato rende a Regina cerca de R\$ 350 por mês. Todos os pedidos são feitos sob encomenda.

Cooperativa melhora a qualidade

LUIZ AUGUSTO

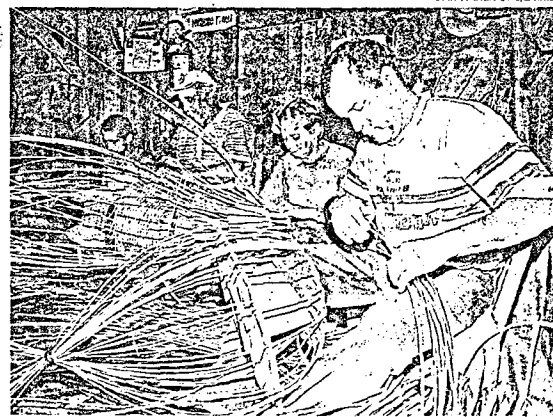
▼ LAGES

Eliminar a figura do intermediário na hora da venda e melhorar a qualidade do que é produzido. Com base nestes dois pontos, funciona, desde março de 2001, em Lages a Cooperativa de Artesanato de Vime e Outros (Cooperart).

Por enquanto, a Cooperart conta com 22 filiados, espalhados pelos municípios de Lages, Paineira, Capão Alto e Bocaina do Sul. A estimativa da diretoria é que este universo de cooperados deve ultrapassar os 1,5 mil artesãos.

Neste caso, entrariam na cooperativa trabalhadores de Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema. Para o presidente da Cooperart, João Luiz Córdova, a entidade ainda carece de maiores investimentos para preencher a lacuna existente no setor em todo o Planalto Serrano, que é o maior produtor nacional de vime. "Estamos engatinhando no cooperativismo", afirma Córdova.

Mesmo com deficiência e falta de recursos para mais investimentos, ele garante que os primeiros resultados começam a aparecer. Córdova destaca principalmente a



RESULTADOS: Apesar da falta de recursos, já há um reconhecimento

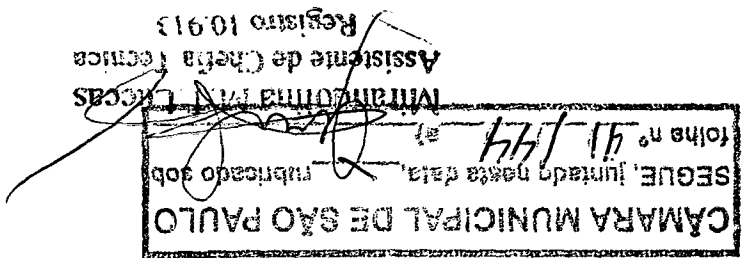
participação dos cooperados em feiras e mostras artesanais. "Com a Cooperart está mais fácil conseguir mostrar o artesanato produzido aqui na Serra." A ideia de criar a cooperativa de artesãos da Serra catarinense surgiu em 1998, com quatro artesãos de Lages, durante uma exposição na cidade.

Campanha pretende atrair mais interessados

"De lá para cá a idéia foi ganhando forma e contamos com o

incentivo importante de Edir Bozan." A Cooperart planeja este ano lançar uma campanha para atrair mais artesãos.

Segundo o presidente, a saída do papel para a realidade ocorreu no início do ano passado, quando integrantes da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) abraçaram a idéia. "O apoio da Uniplac foi fundamental para o nosso trabalho." Além da Uniplac, Córdova lembra do repasse da prefeitura de Lages.



Folha nº 42 da proc.
nº 074 de 2001



Câmara Municipal de São Paulo

Mirandolina M.T. Lucas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913

DETERIDO

★ 23 ABR 2002 ★

[Signature]

PRESIDENTE

REQUERIMENTO

13 - RDS
13-1011/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2002.

[Signature]
Carlos Neder
Vereador - PT

Registro Público e
Biblioteca
24 ABR 2002

empregos it

inclui imóveis, autos e oportunidades

Cooperativas são opção de trabalho

Elas trazem vantagens tanto para os profissionais cooperados, que são donos do próprio negócio e podem receber remuneração maior, quanto para as empresas que optam por contratá-las, arcando com custos mais baixos e obtendo melhora na qualidade dos serviços prestados

FABÍOLA GLENIA
Jornal da Tarde

As cooperativas de trabalho e serviços podem ser a saída para a distribuição de renda no Brasil. Essa é a opinião do advogado especialista em direito cooperativista e direito empresarial Álvaro Trevisoli, sócio-diretor do Trevisoli Advogados Associados.

Segundo ele, em países desenvolvidos o percentual de população ativa que interage com cooperativas chega a 50%. "No Brasil, esse número é de 7%. Há uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que o governo apóie as cooperativas."

Cooperativas são empresas sem fins lucrativos constituídas para "trabalhar" em benefício de seus associados. Serve para reunir pessoas que têm um objetivo comum, que é o de colocar sua força de trabalho no mercado, explica Trevisoli. Além de buscar trabalho para os cooperados, elas também podem oferecer benefícios como clubes próprios, seguros subsidiados, compra de mercadorias em convênio, por exemplo.

O cooperado não é um assalariado, portanto não tem contrato firmado com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esta pode ser uma grande vantagem para as empresas que optam por trabalhar com cooperativas. "Ela está contratando um autônomo e não vai precisar pagar os encargos sociais onerados de uma contratação celetista."

Outro benefício, na opinião de Trevisoli, é em relação à qualidade do trabalho. "O cooperado atua

como dono do negócio." O profissional cooperado também lucra com essa forma de contratação. O advogado acredita que, ao eliminar a figura do intermediário, a remuneração pode ter um aumento significativo.

Justamente por não haver intermediários – a cooperativa busca a vaga, a empresa contrata um serviço específico e o autônomo oferece seu trabalho – "alguns passaram a usar o neologismo "secundarização" para se referir às cooperativas.

Cooperados precisam sentir-se donos do negócio

A assessora jurídica da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Fernanda de Castro Juvêncio, diz que um dos fatores principais para que uma cooperativa dê certo é que haja identificação dos cooperados com ela. "O cooperado precisa ver a cooperativa como seu próprio negócio."

Ela lembra que a cooperativa é uma empresa como outra qualquer – regulamentada pela Lei n.º 5.746 –, que vai concorrer no mercado com outras empresas. "O cooperado se equipara a um sócio e precisa assumir riscos." Para a assessora jurídica, um dos grandes benefícios da cooperativa é o trabalho em equipe. "Normalmente, é mais fácil alcançar objetivos em grupo do que sozinho."

Fernanda e outros especialistas na área vão promover a conferência "Como evitar riscos na contratação de cooperativas de trabalho" no dia 18. O evento está sendo or-

ganizado pela Academia de Desenvolvimento Profissional e Organizacional (ADPO) e outras informações podem ser obtidas pelo telefone (0-11) 3031-6777.

Daniel Maddalena, presidente do Instituto Brasileiro de Qualidade de no Cooperativismo (IBQC), afirma que uma das formas de evitar problemas na contratação de uma cooperativa é conferir a idoneidade da empresa. "Isso pode ser feito verificando quem são os outros clientes, conversando com os cooperados para saber o que acham da sua cooperativa."

Procedimentos administrativos também são importantes. É bom verificar se a cooperativa está registrada na junta comercial, qual a situação na Receita Federal, se está registrada na Ocesp e se os cooperados têm registro na prefeitura como autônomos.

"Uma boa cooperativa também precisa ser bem administrada. Ela pode ser formada por bons profissionais, mas não necessariamente eles entendem do gerenciamento do negócio." Para evitar problemas, os cooperados podem fazer cursos, mas também existe a opção de contratar um administrador, um consultor de mercado ou uma empresa administradora.

Ele destaca que a função das cooperativas não é proporcionar lucro, mas dar sustentação econômico-financeira para os cooperados. Maddalena diz que, antes de tornar-se um cooperado, o profissional precisa reavaliar seus conceitos.

"Ir para uma cooperativa achando que ela vai resolver todos os seus problemas de desemprego é bobeira." Além disso, é sempre re-

comendável fazer uma verificação básica em relação ao mercado em que quer atuar, checar quais cooperativas já atuam nesse mercado e ver a relação de retorno que ela dá.

"Retorno não é só dinheiro, é atenção, respaldo, convênio, projeção." Segundo o IBQC, existem atualmente 1.500 cooperativas de trabalho e serviços no Estado de São Paulo, entre ativas e inativas. "Isso representa um crescimento de cerca de 60% de 2000 até agora."

Profissionais podem receber remuneração maior

Embora para montar uma cooperativa seja preciso um número mínimo de 20 associados, há algumas de tamanho bastante expressivo atuando no mercado. É o caso da Cooperativa de Trabalho em Tecnologia da Informação (CTI). Constituída em 1998, ela conta hoje com 4.500 cooperados ativos, além de um banco de dados com mais de 10 mil profissionais cadastrados.

"Atualmente na área de informática, call center e telecomunicações, estamos presentes em mais de 120 clientes", afirma Adelaide Vilar, gerente financeira da CTI. Segundo ela, muitas empresas estão aderindo à contratação de cooperativas, principalmente por causa da qualidade dos profissionais que se estão associando a elas.

Ela acredita que o principal atrativo para o cooperado seja a remuneração maior. "Além disso, ele usufrui do aparato da cooperativa." A CTI facilita a contratação de assistência médica, odontológica, seguro de vida, entre outros benefícios.



Armando Favaro/NE

Fernanda Juvêncio diz que o associado precisa assumir riscos

Adelaide afirma que as duas características fundamentais para quem quer trabalhar como cooperado são qualificação e responsabilidade. "O profissional toma-se responsável pela sua tarefa."

Pesquisa salarial realizada pela Andersen em 130 empresas das regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Sul do País constatou que 10% de-

las se utilizam de cooperativas de trabalho. "Das empresas que não contratam, 86% delas estão estudando o assunto", explica Fábio Mandarano, gerente de consultoria do grupo.

Confira na página seguinte as dicas de especialistas sobre como participar de processos seletivos.

MUDANÇA Até 2004, central de abastecimento e Zona Cerealista serão transferidos de São Paulo para entreposto no Rodoanel

Ceasa deixa cidade em busca de eficiência

MARCELO BILLI
DA REPORTAGEM LOCAL
MAURO ZAFALON
DA REDAÇÃO

O Entreposto Terminal São Paulo, mais conhecido como Ceasa ou Ceagesp, está de mudança. Até 2004, os 17 mil caminhões e carros que circulam pelo entreposto e que diariamente fazem circular 10 mil toneladas de frutas e hortaliças mudarão de rota e passarão a fazer as compras num entreposto maior e mais moderno. Mas quem não quiser não precisará se deslocar até o novo entreposto: poderá comprar pela internet.

A central de abastecimento atual, que fica na Vila Leopoldina, zona oeste de São Paulo, tem 700 mil metros quadrados. A nova ficará no Rodoanel —anel viário de 170 km que circundará a capital paulista—, no trecho entre as rodovias Régis Bittencourt e Raposo Tavares.

O entreposto vai mudar de nome também. Passará a se chamar Ciasp (Centro Integrado de Abastecimento de São Paulo). No planejado 1,5 milhão de metros quadrados de sua sede vão se aglomerar, além dos comerciantes que hoje abastecem 60% da Grande São Paulo, os atacadistas da Zona Cerealista, que venderão grãos e laticínios ao lado dos floristas e verdureiros do Ceasa.

O projeto de mudança é da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. "Mantê-lo [o Ceasa] lá é inviável. Não há condições de higiene, e a infraestrutura do local é precária", diz o secretário da pasta, João Carlos de Souza Meirelles.

O plano inicial era levar para fora da cidade São Paulo apenas o Ceasa —e, com ele, os 5.000 caminhões que travancam o trânsito da região. Mas os comerciantes da Zona Cerealista insistiram em ir e convenceram os técnicos de que essa era a melhor opção. "Faz sen-

tido. Quem vai à Zona Cerealista vai ao Ceasa. São os mesmos clientes", diz Meirelles.

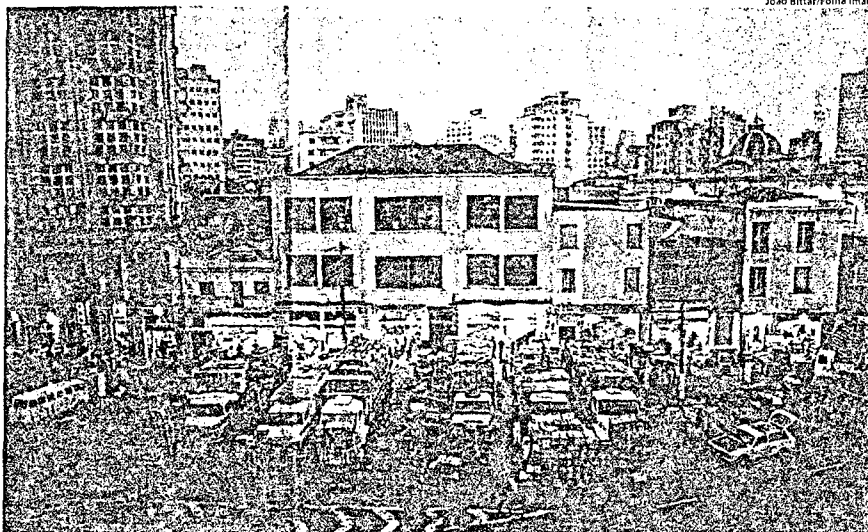
As mudanças tornam mais fácil a execução do plano de revitalização das duas áreas, alvos de projetos tanto da prefeitura quanto do governo estadual. Mas são também parte de um projeto ambicioso da Secretaria de Agricultura, que quer transformar o novo Ceasa no centro de uma estratégia que, se funcionar como planeja Meirelles, ajudará a revitalizar a economia das áreas rurais do Estado, criando empregos, renda e produtos para exportação.

Ele explica: a secretaria começou a espalhar pelas áreas rurais o que chama de incubadoras. São galpões de 1.000 metros quadrados, que serão a sede, cada um, de pelo menos quatro pequenas empresas. "Podem ser formadas por um pequeno empresário urbano, por associações de donas de casa. O pré-requisito é que se apresente um projeto para agregar valor ao que é produzido na região", diz.

Assim, se o produtor de goiabas quiser montar uma pequena fábrica de goiabada, poderá usar o galpão. Os técnicos da secretaria ensinarão o método de produção e vão garantir que o produto tenha o padrão de qualidade e as especificações técnicas necessárias. Os consultores do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) mostrarão como administrar a empresa.

Dos galpões, os novos produtos irão ao novo Ceasa de caminhão ou por computador. Os produtores poderão comercializá-los pela internet.

"Como tudo obedecerá a rígidos padrões de qualidade, o negócio pode ser fechado pela internet. É como comprar um parafuso. Não será necessário trazer o produto de uma cidade do interior ao Ceasa, forçando o comerciante da cidade vizinha a vir até a capital para comprá-lo", diz o secretário.



Caminhões de distribuidores descarregam cereais e frutas em frente a lojas atacadistas na região central de São Paulo; comerciantes da Zona Cerealista insistiram para também ser deslocados para o novo Ceasa, que deve ser entregue até 2004

Novo Ciasp

O Ciasp (Centro Integrado de Abastecimento de São Paulo, nome provisório) reunirá as atividades da Ceagesp e da zona cerealista, vai ficar próximo ao Rodoanel, entre as rodovias Raposo Tavares e Régis Bittencourt.

■ **Área:** 1,5 milhão de m² (quase do tamanho do parque Ibirapuera), dos quais de 800 mil a 900 mil metros quadrados devem ser ocupados

■ **Custo:** R\$ 300 milhões

■ **Início:** este ano

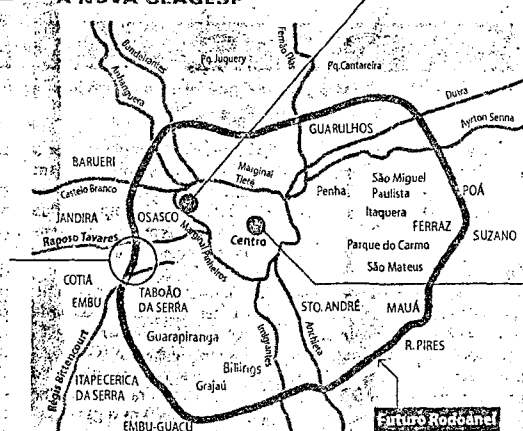
■ **Fim dos trabalhos:** até 2004

■ **Movimento anual previsto****

5,4 milhões de toneladas

* Estimativa aproximada ** Dados referentes às mercadorias que vão passar fisicamente pelo entreposto; não há limite para o movimento no mercado virtual (eletrônico) que vai funcionar no Ciasp
Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

ONDE VAI FICAR A NOVA CEAGESP



Editoria de Arte/Folha Imagem

Atual Ciasp

O Entreposto Terminal de São Paulo, mais conhecido como Ceasa ou Ceagesp, funciona na Vila Leopoldina (zona oeste de São Paulo) para venda no atacado, entre outros, de frutas, legumes, verduras, peixes e flores

■ **Área:** 700 mil m²

■ **Movimento anual**

2,4 milhões de toneladas

Atual zona Cerealista

Fica na região central de São Paulo e realiza venda no atacado de produtos como arroz, milho e laticínios

■ **Área:** 250 mil m²

■ **Movimento anual***

1,2 milhão de toneladas

ROJUNJ SBKWB 44
nº 0 24
do 25 2001
Assistent. de Contabilidade
Registro 10.913
do proc.
Mat. 1000/14/19
Maurício

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, em esta data, _____ rubricado sob
folha nº 45 95, 7ª) _____

Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913

Folha nº 45 do proc.
nº 61-74 de 20 01



Câmara Municipal de São Paulo

Mirandolina M. T. Moraes
Assessoria Jurídica
Registro 10.913

DEFERIDO

★ 06 JUN 2002 ★

[Signature]
PRESIDENTE

★ REQUERIMENTO 13 - RDS
13-1493/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2002.

[Signature]
Carlos Neder
Vereador - PT

Seção de Publicação e
Edição de Anais - DT-10

07 JUN 2002

12:30h.

SÃO PAULO

Miranda, A. T. de

Assistente de Chefe Técnico

Registro 10.915

LIMPEZA NA CAPITAL

Cooperativas vão recolher por dia 262,5 toneladas de lixo reciclável

► Prefeitura de São Paulo vai instalar nove centrais de lixo para separar vidro, plástico, papel e lata ► População terá 200 pontos para entregar os detritos; investimento será de R\$ 6,4 bilhões

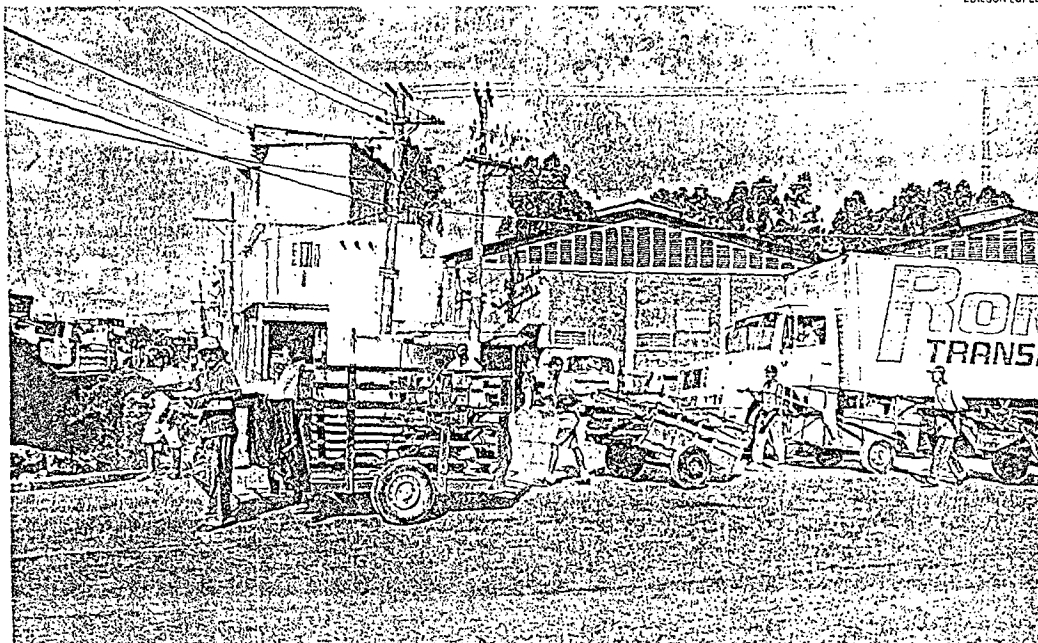
DAIENE CARDOSO

EDILSON LOPES

► A Prefeitura de São Paulo inicia em julho o programa de coleta de lixo seletiva solidária na cidade. Agregando os catadores que já contribuem para a reciclagem de resíduos sólidos, a Prefeitura pretende, até o final do ano, reaproveitar 262,5 toneladas das 15 mil toneladas de lixo produzidas diariamente na cidade — calcula-se que o lixo reciclável na Capital chegue a 5.250 toneladas, ou seja, 35% do total. Hoje, o governo municipal consegue reciclar apenas 0,03%. A intenção é contribuir para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e fazer a inclusão social dos catadores de lixo.

O projeto de coleta seletiva e reciclagem prevê a implantação de nove centrais de coleta e a criação de 200 pontos de entrega voluntária (PEV) em toda a cidade. As centrais serão instaladas em três prédios ociosos da Prefeitura e as outras seis serão construídas em aterros sanitários desativados. Para implantar a coleta seletiva, a Prefeitura vai gastar neste ano R\$ 6,4 milhões na compra de equipamentos, reforma e construção de galpões.

As primeiras centrais a entrar em funcionamento serão as da Mooca, na Zona Leste, da Favela Funerária (no antigo almoxarifado do Serviço Funerário), no Parque Novo Mundo, Zona Norte, e a da região da Sé. As outras funcionarão na Vila Albertina, Zona Norte, em Santo Amaro, Zona Sul, na Vila Leopoldina (ampliação da que já existe), Zona Oeste, em São Mateus e Penha, Zona Leste, e na Vila Mariana, Zona Sul.



CATADORES de lixo vão ser incluídos no programa para recolher o material nos postos e separá-lo nas centrais da Prefeitura

Já os contêineres de entrega voluntária serão colocados em praças, pontos de ônibus e em condomínios, sendo um para o lixo orgânico (restos de comida) e outro para o seco. "O motorador não precisará separar o vidro, plástico, papel e as latas porque o material será dividido na central pelos catadores. A população só terá o trabalho de levar até os pontos", disse a coordenadora do projeto, Inês Bertão. A Prefeitura não pretende estipular cores diferentes de sacos para distinguir o lixo seco do orgânico.

O programa será regionali-

zado e no primeiro momento não vai atingir toda a cidade. "Com nove centrais não dá para cobrir a cidade inteira. Tendo mais recursos, implantaremos mais centrais", disse a coordenadora. Embora os novos contratos prevejam a possibilidade de coleta seletiva, as empreiteiras continuarão recolhendo o lixo na porta das casas sem separação do material. A coleta seletiva deve ser feita uma vez por semana pelos catadores de lixo, nos pontos da cidade a serem definidos.

O novo programa é uma continuidade do projeto piloto

criado pela prefeita Luiza Erundina em 1991. O piloto era realizado na região da Vila Leopoldina e hoje é o único programa de coleta seletiva existente na cidade, respondendo pelos 0,03% da reciclagem feita em São Paulo.

Segundo o secretário de Serviços e Obras, Jorge Hereda, além de incluir os catadores, o principal objetivo do programa é esticar a vida útil dos aterros. São João (com expectativa de oito a 20 anos de utilização, se a reciclagem for implantada com sucesso) e Bandeirantes (que tem mais quatro anos de vida).



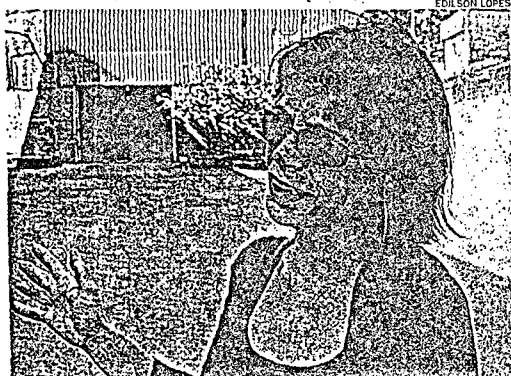
População deve ser orientada

► Para os especialistas no assunto, a implantação do programa de coleta seletiva é um grande avanço, mas chega atrasado. A principal preocupação é com a adesão da população, que não está

Folha nº 47 do proc.
nº 01-74 de 20 01

Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica

Registro



INÊS diz que a Prefeitura está dando condições aos catadores

Curso ensinará os autônomos

► O diferencial da coleta seletiva solidária é a inclusão dos catadores de lixo, estimados hoje em 20 mil trabalhadores na cidade. No início, a Secretaria de Serviços e Obras vai contar com 1.200, que se associarão em cooperativas para gerenciar as nove centrais da Prefeitura.

Os catadores, hoje autônomos, farão cursos de capacitação na Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade. Organizados em cooperativas, eles firmarão convênios com a Prefeitura e terão a vantagem de vender o lixo direto para as empresas de reciclagem. "Hoje os catadores já fazem a coleta seletiva. Agora estamos garantindo as condições de trabalho para eles. No novo trabalho, o catador chega com o material e vende direto, sem intermediários", disse Inês Bertão, coordenadora do projeto. A Prefeitura está firmando sete parcerias com empresas e entidades que reciclam lixo.

Com a ajuda da Secretaria de Assistência Social, a Prefeitura está fazendo reuniões com

os catadores autônomos e apresentando o projeto. Na Favela Funerária, Parque Novo Mundo, Zona Norte, 80 catadores da região já aderiram ao programa. "Para nós, é bom. O catador de papelão precisa de serviço e segurança", disse Creuza Manoel Silva, de 39 anos, que atua como catadora há quatro.

Na primeira reunião com os catadores da Favela Funerária, na segunda-feira, a maioria dos catadores gostou da ideia. "Trabalhando assim, o lucro será maior do que entregando ao ferro-velho", avaliou Jonas Alves Barbosa, de 17 anos.

Ex-mecânico, Ricardo Teotônio da Silva, de 25, trabalha há três anos como catador. Indeciso sobre a seriedade do projeto, ele não sabia se entraria no programa porque nunca havia trabalhado em conjunto com outros catadores. "Se o negócio for sério, sem exploração, eu fico", disse. Acostumado a recolher papelão, plástico e latas, o catador acredita que ele é indispensável para a construção de uma cidade mais limpa.

► O que isso muda no dia-a-dia

Catadores irão de casa em casa

► No programa de coleta seletiva solidária que será implantado pela Prefeitura de São Paulo, os moradores poderão levar o lixo em um dos 200 pontos de entrega voluntária (PEVs). Os catadores também farão o recolhimento de casa em casa, pelo menos uma vez por semana, em regiões onde houver maior organização dos trabalhadores. Essas regiões ainda não foram definidas.

► Os pontos de entrega voluntária (PEVs) devem ser instalados próximos às nove regiões onde serão montadas as centrais de coleta seletiva. Serão contêineres com separação para o lixo seco dos restos de comida.

► No programa, o morador não

precisará comprar sacos especiais para separar o lixo. Não haverá distinção do lixo por cor de saco.

► Não será preciso separar vidro, papel, latas, papelão e plástico em sacos diferentes. Todo esse material seco poderá ser entregue em um único saco. A separação será feita nas centrais de coleta seletiva da Prefeitura.

► A Prefeitura deve lançar uma campanha de orientação aos moradores, explicando desde a diferença entre o lixo orgânico e o seco até como será o programa de coleta seletiva.

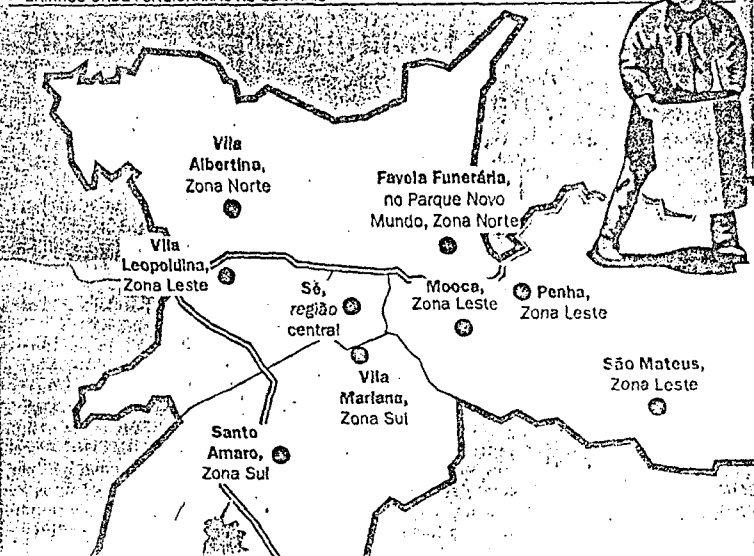
► Os catadores de lixo que fizerem parte do programa usarão uniformes, luvas e crachás. Assim, a população saberá distinguir quem são os trabalhadores do programa e so receberá sem medo nos dias de coleta.

acompanhada com a separação do lixo. Para Paulo Bezerril, engenheiro sanitário do Instituto de Engenharia, a Prefeitura deve investir em propaganda e orientar a população a separar o lixo. "Se não houver campanha educativa, a adesão será pequena. Se os pontos forem colocados em locais apropriados, a população vai criar o hábito de levar o lixo reciclável."

Já Elisabeth Grimberg, coordenadora do Fórum Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo, considera a iniciativa ousada e elogia a integração dos catadores ao programa. "Vai se integrar o que já existe, mas de forma coordenada. Na época da Erundina as pessoas faziam a entrega voluntária e os postos ficavam cheios. É uma demanda reprimida porque a consciência ambiental da população melhorou muito e as pessoas estão pressionando para a implantação da coleta seletiva."

COLETA SELETIVA

BAIRROS ONDE FUNCIONARÃO AS CENTRAIS



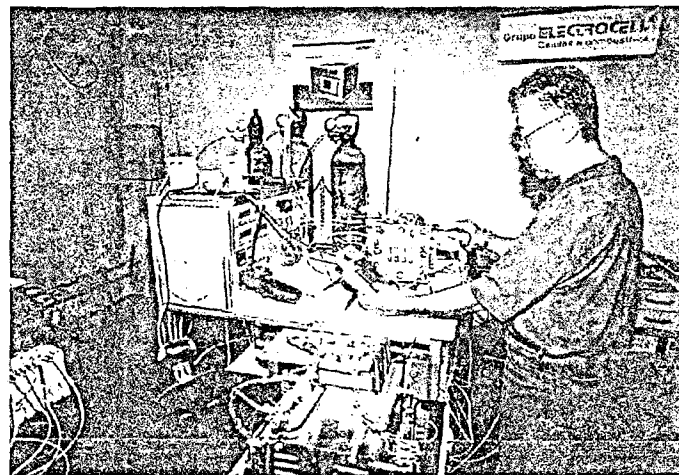
Heronides Macedo Herdeiros

Contatar Gabriela Peixoto

Fones: (13) 3222-1851 / 3222-3040



Márcio Abraham brincando com um dos protótipos, o Shot Ball



Ângelo Ebesui: energia de alta qualidade

PARCERIA

A Universidade voltada para a sociedade

Empresas e produtos criados a partir de projetos de professores e alunos de universidades públicas começam a aparecer no mercado. Outra conquista é a criação de empregos

■ ANDRÉ CHAVES DE MELO

Ensino, pesquisa, extensão cultural, atendimento à comunidade, incluindo a prestação dos mais variados serviços, notadamente os de saúde e os relacionados à terceira idade. Em todas essas atividades há um esforço das universidades públicas no sentido de colaborar com a sociedade e a economia, uma das metas responsáveis pela própria criação dessas instituições. Apesar do pouco tempo de existência, se comparadas com suas vizinhas latino-americanas, muitas com mais de 300 anos, nossas ins-

verdade, o Cietec é dividido em duas incubadoras, a de tecnologia e a de software e em um hotel ou espaço onde os projetos que ainda não estão prontos para se transformar em empresas incubadas ficam um determinado período de tempo, desenvolvendo melhor seu produto, enfim, se preparando para o próximo passo."

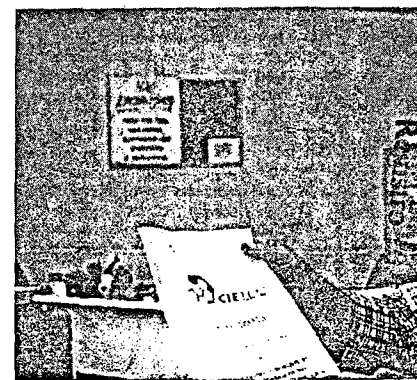
O Cietec ajuda as empresas incubadas a se preparar para o mercado dando infra-estrutura, assessoria administrativa, contratando

portação, por meio da participação em feiras nacionais e internacionais, atendimento às missões empresariais, contatos com agências de comércio exterior, cadastro no Banco do Brasil, obtenção de certificados de ISO 9000, confecção de materiais de propaganda e de sites que contenham textos em espanhol e inglês", explica Risola.

Outra empresa desse grupo é a LaserTols, especializada na tecnologia a laser de corte, furação e gravação de produtos feitos em diversos materiais que vão desde

vimentação de prédios, estruturas que permitem uma movimentação de todo o conjunto, evitando que a tensão cause rachaduras e desabamentos. Além de melhorar o desempenho dessas estruturas, o selante veda a estrutura, protegendo-a de vazamentos de água e gás.

Também merece destaque o Aquecedor Solar de Baixo Custo (ASBC), da Sunpower, recentemente transformada em uma ONG, a Sociedade do Sol. Seu inventor, o engenheiro Augustin Woelz, disponibilizou no site da



Mirandolina M.T. Lucças Assistente de Pesquisa

UNION
FOLHA Nº 618
SOL 01-14 de 2001
MATERIA

tuições estão mostrando, através de variados indicadores contidos em relatórios e anuários estatísticos, que sua atuação é cada vez mais importante no desenvolvimento brasileiro.

Na verdade, poderia-se escrever uma página inteira, talvez duas ou mais, listando ações das universidades públicas de ensino e pesquisa que são fundamentais para o progresso da sociedade. Convém, porém, centralizar as informações na questão do empreendedorismo com consciência social, ensinado na USP para os alunos desde a graduação, por meio de disciplinas que incentivam a criação de novas tecnologias e produtos e, principalmente, pelas incubadoras tecnológicas, sejam de empresas ou de cooperativas, mecanismos que permitem uma rápida inserção no mercado das novas tecnologias e conhecimentos gerados por professores, alunos e funcionários. "As incubadoras de empresas de tecnologia, à semelhança do processo que ocorreu anos atrás nos Estados Unidos, poderão mudar o patamar do desenvolvimento econômico e tecnológico do País", afirma Sérgio Wiggbert Risola, gerente do Centro Incubador de Empresas Tecnológicas (Cietec) e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP.

Inaugurado em maio de 1998, com sete empresas, a partir de um convênio entre a USP, o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae), o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o Cietec conta, atualmente, com 80 empresas incubadas e 150 produtos e prepara uma nova expansão: até o final deste ano serão mais 20, num total de cem. "Temos 114 projetos inscritos para a seleção, muitos de altíssima qualidade", diz Risola. "Na



Oliva: convênios e patentes

consultores que auxiliam os inventores a se preparar para enfrentar a concorrência e, muitas vezes, encontrando sócios que ajudam a viabilizar economicamente os empreendimentos. "Muitas empresas que saíram daqui já estão atuando no mercado, gerando tecnologia, empregos, impostos e, portanto, desenvolvimento social e econômico."

Uma das incubadas que estão obtendo sucesso é a Proline Enxertia Óssea. Atualmente com dez funcionários, dividida em um setor de produção e outro de vendas e marketing, a empreendedora já conta com mais de 300 clínicas em sua carteira de clientes, que representam um faturamento de cerca de R\$ 80 mil por mês. Seu produto, uma massa óssea bucal que estimula a reconstituição de partes danificadas por acidentes e outras causas dos ossos maxilares (as mandíbulas), representa um marco nessa área, pois possui qualidade, no mínimo, idêntica à encontrada nos produtos importados, muito mais caros. "Essa e mais três ex-incubadas farão parte de um grupo de empresas que o Cietec pretende preparar para entrar no mercado da ex-

metais até plásticos. Com 12 funcionários, seu faturamento gira em torno da mesma cifra que a da Proline. Para Risola, ambas estão abrindo grandes nichos de mercado, num pioneirismo fundamental para a sociedade brasileira.

Mas o destaque fica mesmo para a Hormogen, fabricante de um novo hormônio do crescimento que acaba de ser vendida para a Biolab, uma das maiores fabricantes de produtos farmacêuticos do País. "Trata-se da primeira empresa incubada brasileira que foi vendida antes mesmo de sair desse estágio inicial, o que mostra a qualidade do que é feito aqui", diz Risola. O anúncio oficial do negócio ainda não foi feito, mas estima-se que a transação envolveu milhares de dólares.

Mas a criatividade não pára por aí. A Eletrocell, outra incubada, resultado da união de duas empresas também incubadas, a Anodarc e a DCSysstem, desenvolveu uma nova tecnologia de fabricação de células de energia a partir de placas de grafite, hidrogênio e oxigênio. "Trata-se de uma energia mais limpa, sem interferências, ideal para ser utilizada em redes de micros, Internet e telecomunicações", explica Ângelo Massatoshi Ebessui, um dos sócios da empresa.

De acordo com Risola, o mais importante desse projeto é que sua execução está envolvendo seis incubadas. "A interatividade estimula novos negócios e a criação de novos produtos", ressalta. "A DCSysstem, por exemplo, já está fornecendo placas de rede para muitas incubadas."

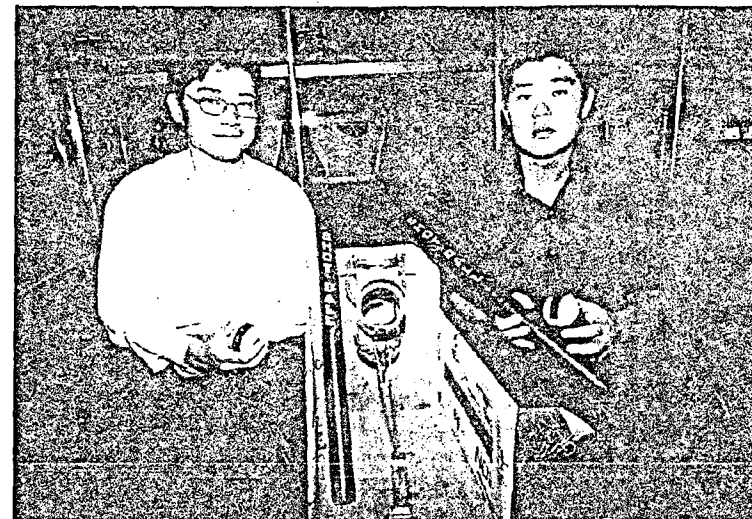
A Adespec, dirigida por Wang Shu Chen, dedica-se à fabricação de adesivos especiais para assoalhos, que acompanham a dilatação da madeira, evitando os tensionamentos que geram rachaduras. Um segundo produto, o selante à base de poliéster, está sendo utilizado em juntas de mo-

empresa (www.sunpower.com.br) um manual para qualquer pessoa que queira montar o... o qual, instalado, pode representar na



arquivado em 30/09/2015 00:00:00

fls. 70

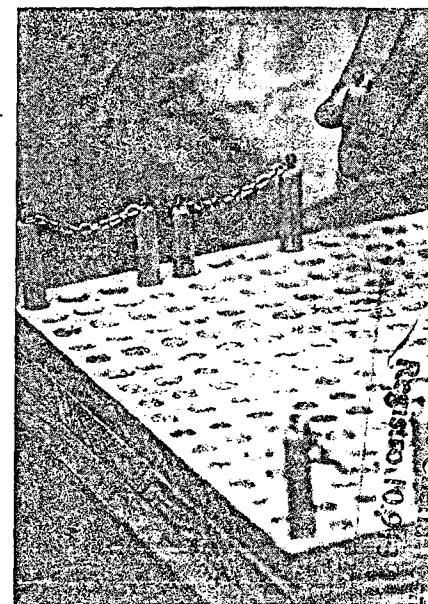


Da esquerda para a direita: Akama e Shinobe, inventores do Shot Ball

conta de energia a economia com o que é gasto, mensalmente, com um chuveiro elétrico.

Volta por cima

Além do Cietec, a USP tem outra incubadora, esta voltada para a formação de cooperativas. Trata-se da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), uma das representantes desse tipo de iniciativa, criada pioneiramente no Brasil, em 1992, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "A chave para o desenvolvimento das cooperativas é a solução de problemas locais a partir da união de todos os atores sociais envolvidos", explica Maria Paula Patrone, integrante da coordenação da incubadora, que tem projetos de destaque como a Escola Itinerante, voltada para a capacitação de



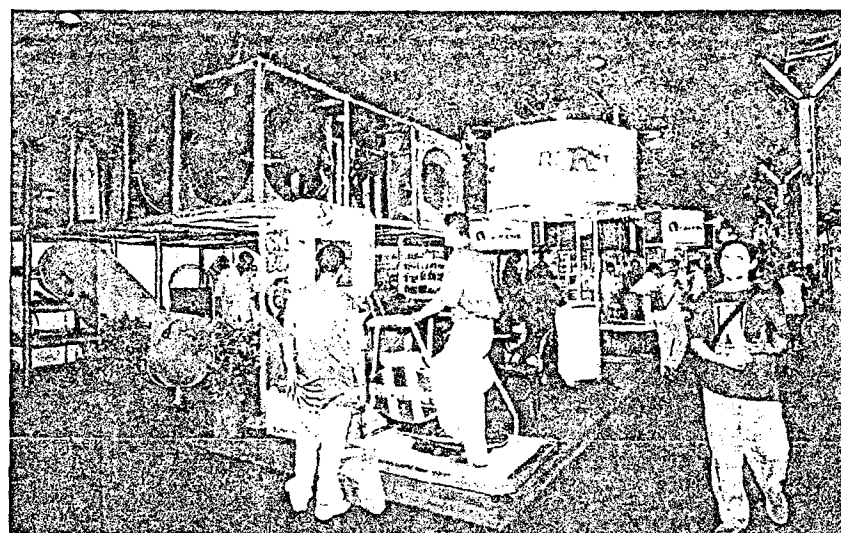
Folha nº 01-14 de 2006
Assistente de Chefia
Mirandolina M.T. Luccas
Registro nº 9.931.111-1

Matéria PL 1777/2005



Francisco Emalo

Cooperativa do Sabor: empregos foram mantidos



Cecilia Bastos

Um dos estandes da Abrin

comunidades para a atuação na construção civil, a Cooperbrilha, composta pelos primeiros jardineiros formados pela USP, e a Cooperativa do Sabor, restaurante criado e mantido pelos funcionários de outro estabelecimento da mesma natureza do que havia no local. "Há dois anos, estávamos sem emprego e sem receber nossos direitos trabalhistas quando procuramos o pessoal do Diretório Central dos Estudantes e da Incubadora, que nos ajudou a dar a volta por cima", recorda Maria José dos Anjos, uma das integrantes do Conselho da Sabor. "Claro que as dificuldades existem, mas temos que superá-las no dia-a-dia."

Atualmente, o Brasil possui cerca de 155 incubadoras, a maioria ligada às universidades e institutos públicos de pesquisa e ensino, e estão reunidas na Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias

setor agropecuário, que têm gerado uma série de benefícios para a sociedade."

Para João Amato, professor da Escola Politécnica e coordenador do Projeto Geração de Difusão do Conhecimento através das Redes de Cooperação e Organizações Virtuais: Conceitos e Modelos para o Potencial Competitivo das



Francisco Emalo



Francisco Emalo



Francisco Emalo

Cooperado da "Sabor" preparando os alimentos

cimento são as empresas, as universidades e o governo."

A Unesp e a Unicamp também têm suas iniciativas nessa área. A

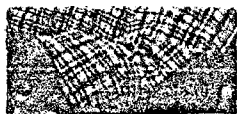
do, muitas vezes, aos professores da Universidade, o que contribui para uma melhor atuação dessas empresas no mercado", afirma

Registro 10.913

Miranda, M.T. Lúcio

Assistente de Chefia Técnica

Folha nº 50 do proc. nº 01-241 de 2001



Sérgio Risola:
um amplo e
fascinante
caminho a
ser trilhado

Avançadas, a Anprotec, que possui um site (www.anprotec.org.br) onde os interessados em saber mais sobre essa questão podem obter informações.

Sinergia e criatividade

De acordo com Jacques Marcovitch, secretário do Planejamento do Estado de São Paulo e ex-reitor da USP, o maior desafio para as empresas advindas das incubadoras e, de uma maneira mais ampla, para as pequenas e médias empresas, são os juros altos, problema que precisará ser, no futuro, equacionado. "Essa questão sobre a geração de tecnologia e empresas a partir das ações das universidades públicas merece um livro, mas cabe ressaltar as ações dessas instituições e da Fapesp no



Empresas, a inserção das empresas brasileiras, notadamente as de tecnologia, nas redes de produção globais pode trazer muitos benefícios sociais.

Segundo Carlos Vogt, ex-reitor da Unicamp e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sem uma profunda sinergia entre as universidades públicas de pesquisa, o governo e as empresas são poucas as possibilidades de geração de tecnologia competitiva face aos desafios atuais. "Sabe-se, porque já repetido à exaustão, que os atores indispensáveis ao sucesso de um sistema de geração e apropriação econômica e social da conhe-

cimento criou, em agosto do ano passado, a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Unicamp (Incamp), vinculada ao Centro de Tecnologia e Escritório de Difusão de Tecnologia da universidade, com apoio do Sebrae e outras instituições.

A Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da USP, a Cecaec, órgão ao qual a ITCP está vinculada, mantém também o Atual-Tec, que fornece cursos de capacitação para empresas de acordo com demandas específicas, e o Disque-Tecnologia desde 1991, que conta com o apoio do Sebrae e presta serviços de informação às empresas interessadas em solucionar dúvidas relacionadas à sua atuação. "Para isso, a equipe do Disque procura as informações necessárias, recorren-

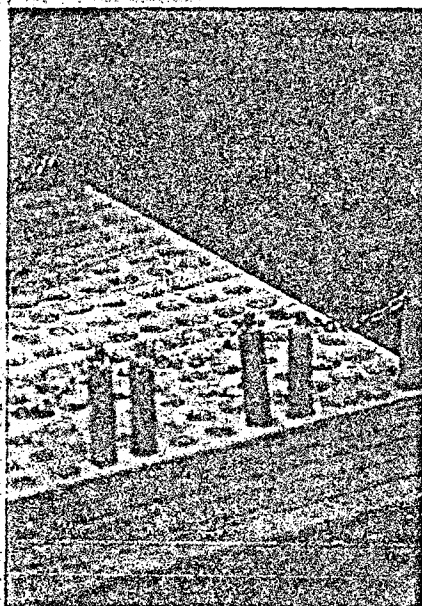
Sérgio Namiz Oliva Filho, coordenador da Cecaec. "Outras atividades que têm crescido muito são os convênios e o registro de patentes das descobertas geradas pela Universidade, forma de garantir a entrada de recursos obtidos com a comercialização desses inventos, os quais podem ser aplicados em novas pesquisas."

Para Risola, é difícil dimensionar a importância da universidade pública de ensino e pesquisa gratuita para a sociedade brasileira, na medida em que praticamente todas as suas ações são voltadas para o benefício da sociedade. "A USP e outras grandes universidades públicas são sempre exemplos a serem seguidos", afirma. "Especificamente com relação às incubadoras, elas representam um amplo e fascinante caminho a ser trilhado."

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

fls. 72

**Um dos jogos
criados pelos
alunos da Poli**



Cecilia Basso

É brincando que se aprende

Uma das iniciativas da Universidade voltada para a sociedade pôde ser vista, nos últimos dias 17 e 18, no estande da Associação dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), durante a realização da Anbrin, uma feira voltada para as empresas do setor. Trata-se de um conjunto de 30 protótipos, desenvolvidos por 42 alunos do curso de Engenharia de Produção da Escola Politécnica (EP), durante as aulas da disciplina Projeto e Produto. Criada em março e realizada em tempo recorde, a proposta de criar brinquedos surgiu a partir de duas preocupações: levar as alunos a desenvolver cada vez mais o

empreendedorismo, capacitando-os para se tornarem donos dos seus próprios negócios na medida em que aprendem a transformar suas ideias em realidade — passando pela definição da sua viabilidade econômica —, e estimulá-los no exercício da cidadania. "No início, a ideia era desenvolvermos produtos que pudessem ser utilizados por pessoas portadoras de deficiências", explica o professor Márcio Abraham, que junto com outro docente da Poli, Flávio do Amaral Gurgel, desenvolveu a proposta. "Posteriormente, resolvemos nos dedicar à confecção de brinquedos para

um público mais amplo, pois se caso alguma empresa tenha interesse em fabricar algum deles, os recursos advindos desse acordo poderão ser utilizados para a viabilização da produção dos brinquedos para pessoas que possuem necessidades especiais." A proposta conta com o apoio das empresas Procter & Gamble, Batatas Pringles e Fraldas Pampers, que premiam o melhor protótipo com equipamentos de informática; forma de incentivar ainda mais a atividade profissional e social dos alunos. Para criar seus brinquedos, os estudantes tiveram que levar em conta uma série de

aspectos, como normas de segurança, perfil pedagógica e faixa etária da público envolvida. Entre os brinquedos, merecem destaque os jogos voltados para a criação de consciência ambiental. "Um deles já despertou o interesse do Greenpeace", afirma Abraham, que durante seu mestrado, feita há mais de 15 anos, desenvolveu uma touca térmica para tratamento quimioterápico, projeto premiada e que está sendo produzido por uma indústria de Israel. "Através da lúdica, do interativo, da brincadeira, podemos levar para a população o conhecimento gerado pela Universidade."

Assistente de Chefe Técnica
Registro 10.913

Miraceli M. T. Lopes

BOJIN-SERVALVES-ILUNIO
Folha nº 51 do proc.
nº 01-74 de 2009

Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefe Técnica

Excerto 10.913

FÁTIMA FERNANDES
CLAUDIA ROLLI

DA REPORTAGEM LOCAL

De cada cem trabalhadores do Brasil, sete são profissionais reunidos em cooperativas. Desemprego e rigidez nas leis trabalhistas levam o país a expandir a força de trabalho por meio de sociedades de empregados. Eles já somam cerca de 5 milhões de pessoas. Isto é, correspondem a cerca de um terço dos autônomos do país, de 16,6 milhões de pessoas.

As cooperativas estão se alastrando pelas mais diversas atividades, especialmente nos últimos cinco anos. Mas as que puxam esse crescimento são principalmente as de trabalho (prestam serviços nas áreas de engenharia, informática, consultoria e tecnologia, por exemplo) e as de crédito.

A expansão das cooperativas no ramo de trabalho, segundo advogados, economistas e cooperados, é resultado do desemprego e da inclusão na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 94, de um artigo que permite que o cooperado preste serviço a uma empresa sem vínculo empregatício. A alteração foi feita por meio da lei 8.949, com o artigo 442 da CLT.

Essa medida foi encarada pelas empresas como uma flexibilização das leis trabalhistas. Isso porque abriu a possibilidade de reduzir encargos com as contratações, já que a cooperativa tem benefícios fiscais — não paga IR por ser entidade sem fins lucrativos.

O crescimento do número de cooperados coincide com o aumento do desemprego. Em 99, a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) registrou 5,01 milhões de cooperados. No mesmo ano, a taxa de desemprego, que variava de 4% a 6% entre 90 e 98, superou os 8% nas seis regiões metropolitanas do país pesquisadas pelo IBGE. A taxa está hoje pouco abaixo de 8%.

Pelo levantamento da OCB, existiam no país, no final do ano passado, 7.026 cooperativas registradas em 12 setores — isto é, 15,4% a mais do que em 2000 e o dobro de 1990. As de trabalho somaram 2.391 em 2001, 22,6% a mais do que em 2000.

A expectativa de quem estuda o fenômeno das cooperativas no Brasil, que participam com 7% do PIB (Produto Interno Bruto) do país, é que esses números são maiores, já que muitas operam sem registro na OCB ou nas suas filiais estaduais. A organização prevê que existam atualmente no país perto de 3.840 cooperativas só de trabalho, reunindo cerca de 640 mil cooperados — quase o dobro, portanto, dos 322,7 mil cooperados registrados no setor.

Muitas não são registradas na OCB por entenderem que a Constituição de 88 não contemplou a obrigatoriedade do registro. A organização considera esse argumento um equívoco, pois entende que a Constituição não contemplou a obrigatoriedade apenas de filiação: o registro é obrigatório.

Essa polêmica leva a OCB a acreditar que o fato de a cooperativa não buscar registro significa que ela pode estar em situação irregular ou sem cumprir o que diz a lei 5.764/71, que estabelece as regras para as cooperativas.

Entre as regras, não pode haver vínculo empregatício entre o tomador de serviço de uma cooperativa e o cooperado, nem entre o cooperado e a cooperativa. Mas o próprio Ministério do Trabalho reconhece que, nas fiscalizações, constata esses vínculos, informa Tânia Mara Costa, assessora da Secretaria de Inspeção do Trabalho e auditora fiscal do MTE. O que também se verifica é que muitas cooperativas acabam só acei-

tando sócios entre 18 e 25 anos.

"Há casos também em que o próprio trabalhador nem sabe o que é cooperativa", afirma Tânia Mara.

A explosão das cooperativas é vista de forma distinta pelos especialistas em mercado de trabalho. Alguns entendem que os cooperados estão apenas substituindo os assalariados, o que pode ser constatado pelo aumento do número de cooperados e diminuição

ção do emprego com carteira assinada nos últimos anos.

Em 89, 67,4% dos assalariados do setor privado eram contratados com carteira assinada na Grande São Paulo. Dez anos depois esse percentual caiu para 56% e praticamente se mantém até hoje, segundo o Dieese.

"A cooperativa não é uma alternativa ao desemprego. Se o país não cresce, há apenas substituição

do assalariado pelo cooperado", diz Anselmo Luís dos Santos, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp.

Outros especialistas consideram que a crise chegou a tal ponto que a cooperativa é bem-vinda, pois é melhor ser um cooperado, mesmo com direitos diferentes dos do trabalhador assalariado, do que um desempregado. É a

opinião de José Eduardo Pastore, advogado especialista em cooperativismo. "Além de tirar o trabalhador da informalidade, porque ele vai contribuir como autônomo para o INSS ao ser cooperado, a cooperativa gera trabalho e renda para um grupo de associados e também aquece a economia."

→ LEIA MAIS sobre cooperativas nas pags. B3 e B4

Cooperativas disfarçam crise do emprego

Fora das regras da CLT e com direitos flexibilizados, profissionais reunidos sob o regime somam 5 milhões no país

TRABALHO Empresas são atraídas pela vantagem de contratar serviços por tempo determinado sem arcar com custos da CLT

Cooperativa tira espaço de terceirizada

Editoria de Arte/Folha Imagem

O que é uma cooperativa?

É uma empresa que funciona como associação autônoma, formada para desenvolver atividade econômica

Como é registrada?

Tem de ter uma razão social, registro na Junta Comercial, na Receita Federal e na OCB, entidade que reúne as cooperativas

Como se forma uma cooperativa?

Pela lei 5.764/71, é preciso ter no mínimo 20 pessoas. Tem de haver uma assembleia para definir sua criação e um estatuto

Qual são os princípios da cooperativa?

A cooperativa baseia-se em ajuda mútua, democracia e participação

Diferenças entre empresa e cooperativa

Cooperativa: sociedade, sem fins lucrativos, de pessoas físicas. Busca benefícios socioeconômicos para os participantes

■ Legislação: Lei 5.764/71

■ Situação: cooperado é autônomo e, quando a cooperativa está regularizada, está protegido pelos princípios do cooperativismo

Empresa: organização civil ou pessoa jurídica que visa o lucro

■ Legislação: específica conforme a atividade

■ Situação: trabalhador é subordinado ao empregador e, quando registrado, está amparado pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)

Diferença entre o assalariado registrado e o cooperado

Direitos de quem tem carteira assinada

■ Descanso semanal remunerado

DA REPORTAGEM LOCAL

As cooperativas estão se tornando as grandes concorrentes das empresas que fazem serviço de terceirização —isto é, que prestam serviços a outras empresas. É que as cooperativas custam menos para quem contrata seus serviços, pois elas têm, por lei, tratamento diferenciado —ou benefícios fiscais— na comparação com uma empresa mercantil.

As cooperativas estão nos mais diversos ramos. A Serco Cooperativa de Serviços e Engenharia, por exemplo, fundada em 95 por 20 ex-funcionários da Embraer, reúne atualmente 920 cooperados, todos praticamente dedicados a serviços no setor aeronáutico. A Embraer e seus parceiros são os principais clientes.

Os 35 profissionais que estão prestando atualmente serviços à Embraer —nas áreas de engenharia, desenhos e projetos— recebem uma remuneração bruta mensal de cerca de R\$ 1.500.

Mário Antônio da Silva Waltrick, diretor-presidente da Serco, diz que a própria Embraer procurou pelos serviços da cooperativa. "A empresa entende que essa é uma forma moderna de terceirização, já que a cooperativa não vende mão-de-obra, mas o serviço, a capacidade do profissional de trabalhar", afirma.

A vantagem para a empresa, diz, é que ela contrata um serviço pelo período que necessita e não precisa arcar, portanto, com os custos de uma contratação por meio da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

"O cooperado não tem a segurança de um trabalhador com

carteira assinada, mas tem liberdade, pois é um autônomo. E, se negociar, pode tirar até 30 dias corridos de descanso, além de incluir as férias na remuneração."

Na área da saúde, a Coopserv, criada há seis anos por um grupo de profissionais sem trabalho, começou com cinco contratos e faturamento de R\$ 200 mil por mês. Hoje, a cooperativa tem entre os seus 150 clientes o hospital Albert Einstein, conta com 3.700 cooperados e, por mês, fatura R\$ 2 milhões. No ano passado, segundo Marcelo Cypriano, diretor-presidente da cooperativa, o faturamento foi de R\$ 25 milhões.

"No Einstein, nossos cooperados substituem profissionais afastados do trabalho temporariamente, como no caso de licença-maternidade, por exemplo", afirma. A Coopserv mantém um escritório dentro do hospital, com uma cooperativa.

"O cooperado não é nosso funcionário. Também não está subordinado ao hospital. Seu serviço é eventual", diz Mário Angeli no Filho, diretor de recursos humanos do hospital.

Rendimentos maiores

No ramo de tecnologia, a CTI (Cooperativa de Trabalho em Tecnologia da Informação) cresceu de 200 cooperados em 98, quando foi criada, para 3.800 associados em 2002. "Os profissionais cooperados recebem entre 30% e 40% a mais do que o mercado paga. Um consultor de tecnologia cooperado recebe R\$ 4.350, enquanto no mercado, pela CLT, receberia R\$ 3.047", diz Marta Reis, presidente da cooperativa. (FECR)

Explode número de cooperativas no Brasil

Número de cooperativas em 12 ramos de atividade

Quantidade de cooperados

2.883.036 4.779.147

em 2001



Trabalhadores da Serco Cooperativa, em Jacareí, fundada em 95 por 20 ex-funcionários da Embraer

Divisão das cooperativas por ramo

Agropecuária	1.587
Consumo	189
Crédito	1.038
Educacional	278

Cooperativas no país

São Paulo	1.119	Maranhão	150
Minas Gerais	956	Rio Grande do Norte	148
Rio de Janeiro	925	Goiás	143
Rio Grande do Sul	776	Paraná	121
Pernambuco	374	Rondônia	93

Matéria de 27/09/2001 RUBENS GONCALVES JUNIOR
Folha nº 53 do proc.
nº 01-74 de 2001
MIRIAM LIMA M. T. LUCAS
Assistente de Chefe Técnica
Registro 10.913

- Férias
- O empregador paga o INSS
- FGTS
- 13º salário
- Licença-maternidade (120 dias)
- Licença-paternidade (5 dias)

Direitos do cooperado

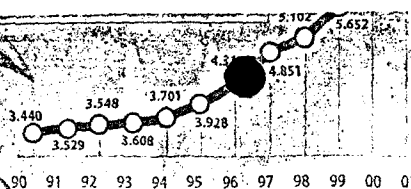
- Não tem repouso remunerado. O associado tem de negociar no contrato com a empresa que vai prestar serviço uma renda que inclua os dias não-trabalhados, como sábado e domingo
- As férias têm de ser negociadas com a empresa. O período de descanso varia de acordo com o contrato
- Se quiser pagar o INSS para ter direito a assistência médica pública e aposentadoria, terá de pagar o carnê do INSS por conta própria
- Não tem FGTS

Dicas para quem quer entrar numa cooperativa

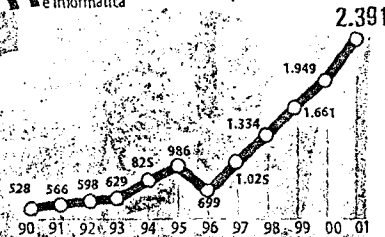
- É preciso identificar-se com o serviço prestado pela cooperativa
- Lembre-se de que participar de uma cooperativa envolve riscos, como por exemplo, colocar dinheiro do próprio bolso em caso de prejuízo
- Certifique-se de que a cooperativa está adequada à lei 5.764/71
- Saiba que terá de contribuir comprando a sua cota de participação na cooperativa, além de pagar taxa de administração e outras estabelecidas no estatuto

Dicas para quem quer contratar uma cooperativa

- Verifique se a cooperativa é registrada na OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), na Junta Comercial e se tem o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)
- Confira se o estatuto obedece a legislação específica das cooperativas
- O contrato tem de caracterizar a prestação de serviço e não a cessão de mão-de-obra. Isto é, os cooperados não podem estar subordinados às regras da empresa que contrata a cooperativa



Cooperativas de trabalho crescem mais
Essas associações são formadas por profissionais que prestam serviço em engenharia, consultoria, tecnologia e informática

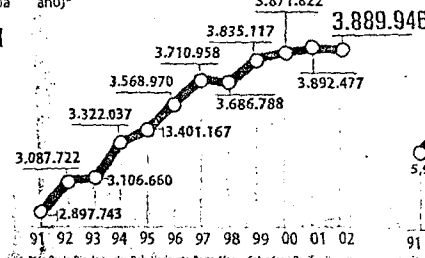


Habitacional	297
Infra-estrutura	187
Mineral	137
Produção	147
Saúde	863
Trabalho	2.391
Turismo e Lazer	5

(*) São as cooperativas locais formadas por pessoas portadoras de deficiência física ou mental que prestam serviços

Trabalhadores autônomos

Em 6 regiões metropolitanas (fevereiro de cada ano)*



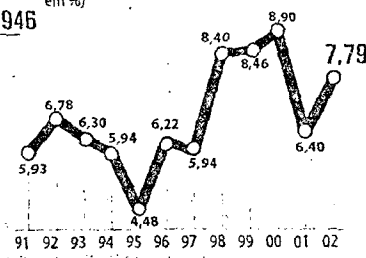
* São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Santa Catarina	311
Pará	299
Ceará	269
Bahia	239
Pernambuco	194
Mato Grosso do Sul	168
Mato Grosso	161
Distrito Federal	158
Espírito Santo	151

Fontes: OCB e Ctesp

Taxa de desemprego

Em 6 regiões metropolitanas (fevereiro de cada ano, em %)*



BC regula regras para cooperativa de crédito

DA REPORTAGEM LOCAL

As cooperativas de crédito existem no país desde 71, com a criação da Lei 5.764, que estabeleceu regras para o cooperativismo em todos os setores. No caso das de crédito, as regras foram depois normatizadas pelo Banco Central. Incentivadas pelo governo, elas surgiram no Brasil como um instrumento de política social e para distribuição de renda, segundo a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Em 2001, a organização tinha registro de 1.038 cooperativas de crédito no país. Mas esse número já está próximo de 1.300. Elas movimentam cerca de R\$ 6 bilhões e reúnem cerca de um milhão de cooperados em todo o Brasil. "As cooperativas de crédito estão crescendo porque oferecem mais benefícios do que os bancos", diz Geraldo Magela Antunes Couto, coordenador do conselho especializado de crédito da OCB. O que ele quer dizer é que a cooperativa de crédito tem vantagens tributárias e financeiras, como isenção de imposto de Renda e redução de IOF (Imposto sobre

Operações Financeiras). Em alguns casos esse imposto é zero.

Segundo a OCB, a cooperativa faz tudo o que um banco faz (cartão de crédito, banco 24 horas), com algumas exceções, determinadas pelo BC: não podem captar recursos em poupança, ter conta de reserva bancária, trabalhar com leasing e crédito imobiliário.

Outra vantagem: ela cobra menor taxa de juros nos empréstimos aos cooperados —entre 1,5% e 2% ao mês, enquanto essas taxas chegam a 5% ao mês, em média, nos bancos. "E toda a sobra da cooperativa vai para os cooperados. Nos bancos, o lucro vai para os acionistas majoritários."

Mas nem todos podem utilizar os serviços de uma cooperativa de crédito. Elas só podem ser formadas por setores organizados, como produtores rurais, advogados e empregados de uma determinada empresa. E só as pessoas ligadas a elas podem fazer aplicação ou pegar empréstimos.

Como são fiscalizadas pelo BC, as irregularidades nessas cooperativas não são numerosas. A OCB estima que menos de 1% delas apresentam situação irregular.

Sistema nasceu com tecelões, na Inglaterra

DA REPORTAGEM LOCAL

O cooperativismo surgiu em 1844, quando 28 tecelões da cidade de Manchester, na Inglaterra, criaram uma associação que, mais tarde, seria chamada de cooperativa.

Esses artesãos se sentiam explorados na compra de alimentos e roupas pelos comerciantes locais e decidiram montar um armazém por conta própria.

Com a associação, conseguiram reunir recursos para construir ou comprar casas para os tecelões. Também montaram uma linha de produção para empregar pessoas que tinham salários baixos e as sem emprego.

Desde então, as cooperativas existem em vários setores e em todo o mundo. Os valores e os princípios cooperativos foram preservados, com pequenas alterações, pelo modelo cooperativista adotado na Inglaterra.

Por definição, cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio

de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam em valores éticos como honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com seu semelhante.

Cooperativas no mundo

Nos Estados Unidos e no Canadá, as cooperativas têm importante participação na economia. Estima-se que existam hoje 100 milhões de americanos envolvidos em 47 mil cooperativas espalhadas pelo país.

No Canadá, são 21 milhões de pessoas que participam de algum tipo de cooperativa.

Nos EUA, as cooperativas participam com 25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na Europa, esse percentual é de 37%, em média. Em Israel, 75% do PIB é gerado por meio de kibutz —sistema de fazendas coletivas adotadas desde a criação do país. (CRF/F)

Folha de Juntar e Assinar
nº 01-74 de 20 01
Assistente de Câmara Técnica
MIRACOLINA M. T. LUCAS
Registro 10.913

TRABALHO Empresas demitem funcionários em regime CLT e recontratam como terceirizados para reduzir custos sociais

Falsas cooperativas fazem intermediação ilegal de mão-de-obra

DA REPORTAGEM LOCAL

As falsas cooperativas estão geralmente concentradas no setor de trabalho. Elas são criadas por ex-patrões ou por ex-funcionários com cargo de chefia numa empresa com a intenção de reduzir os custos da força de trabalho.

Na maior parte dos casos, a empresa fecha um setor, demite seus empregados, até então contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e mantém os ex-funcionários como cooperados, trabalhando da mesma forma (horário; atividade e salário).

Só que os empregados, segundo os casos que são denunciados a fiscais, sindicatos de trabalhadores, Ministério Público e Justiça do Trabalho, acabam não se enquadrando nem na condição de autônomo nem de cooperado.

Pela lei do cooperativismo, a cooperativa deve ser uma sociedade de pessoas com um objetivo principal: buscar atividades e garantir o trabalho remunerado para os seus membros.

Para Marcelo Mauad, advogado trabalhista e autor do livro "Cooperativa de trabalho e sua relação com o direito do trabalho", nesse caso, as cooperativas fraudulentas têm como meta apenas disponibilizar mão-de-obra terceirizada, mais barata para as empresas.

"Não há divisão de lucros de forma equitativa em falsas cooperativas. Se o cooperado tem chefe, está subordinado a alguém, entrega seu produto e é remunerado,

de que forma isso o diferencia do empregado por excelência?", questiona Mauad. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filial à CUT) intensificou há três anos o combate à mão-de-obra irregular em parceria com a Justiça do Trabalho e o Ministério Público.

De acordo com o departamento jurídico da entidade, em 1998, cerca de 20 metalúrgicas da região empregavam mão-de-obra de cooperados de forma irregular.

"Hoje estamos acompanhando oito empresas. E, em alguns casos, temos decisões de Varas do Trabalho que já multam as empresas em até R\$ 5 mil por dia por cooperado", disse Mauad.

As fraudes, segundo a Procuradoria Geral do Trabalho, saíram das cooperativas que atuavam no meio rural para as chamadas cooperativas urbanas, especialmente a partir de 97. Isso coincide com o fato de o Ministério do Trabalho combater com mais força as fraudes no campo. Isso trouxe as falsas cooperativas para as cidades.

No meio rural, os bóias-frias muitas vezes nem sabiam que eram cooperados. Chegavam a trabalhar até 15 horas por dia sem qualquer benefício oferecido por uma cooperativa, como por exemplo receber as sobras de dinheiro geradas em um ano.

O Ministério do Trabalho informa que não tem estatísticas, mas admite que é expressivo o número de cooperativas, especialmente de trabalho, que funciona como intermediadora de mão-de-obra.

FRASES

Se o cooperado tem chefe, está subordinado a alguém, entrega seu produto e é remunerado, de que forma isso o diferencia do empregado por excelência?

MARCELO MAUAD
advogado trabalhista

As cooperativas refletem fortemente a deterioração do mercado de trabalho, a informalidade e o patrocínio da ideologia da flexibilização das leis do trabalho

ANSELMO LUÍS DOS SANTOS
economista do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp



COOPERATIVISMO

Folha nº 56 do proc. autuado em 30/09/2015 00:00:00.
nº 01-74 de 2001 fls. 77

Mirandelly M. P. Vazquez

Assistente de Chefe Técnica

Ex-funcionários da Unilever criam cooperativa e vão disputar mercado de detergentes

Trinta e quatro ex-funcionários da Unilever decidiram se unir em uma cooperativa e, com o mesmo maquinário da fábrica que fechou, produzir detergentes, material de limpeza e ainda mais: produtos de higiene pessoal. Tudo começou, de acordo com Mauro Cartolari, presidente da CooperUni (nome provisório da cooperativa), quando a fábrica decidiu terceirizar a produção, vender as máquinas e demitir os funcionários.

Com no mínimo dez anos de empresa, eles decidiram juntar o dinheiro da rescisão e virar donos da produção. "Procuramos o SEBRAE para nos orientar, pois embora já tivésse-

mos tomado a decisão, estávamos um pouco perdidos."

Foram realizadas várias reuniões com técnicos do SEBRAE/ER Lapa, nas quais foram discutidas questões cooperativistas, estatutárias e organizacionais, formação do Projeto de Cooperativa de Produção e Plano de Negócios. Todo o material elaborado foi apresentado à diretoria da Unilever e a partir daí deu-se a negociação do maquinário e desenvolvidas as estratégias de atuação no mercado. A cooperativa ainda não está produzindo, mas o estatuto já está aprovado, situação documental regularizada nos órgãos públicos e o galpão, de 2 mil m² em Santana de Parnaíba, já

está recebendo as primeiras máquinas.

O público-alvo também está definido: os cooperados querem colocar seu produto em pequenos e minimercados da região metropolitana. Segundo Mauro, é mais fácil expor nas prateleiras e conquistar a clientela com preço menor. "Queremos a fatia que está aí com a saída de outras marcas." O próximo passo é elaborar um estatuto interno, para regulamentar as funções dos cooperados. Na sequência, os dirigentes serão capa-



Mauro com cooperados: produção segmentada

citados em Cursos do SGE, Empretec e consultoria especializada. "Vamos procurar também cursos do SEBRAE porque para nós administrar uma empresa é uma experiência nova e temos muito que aprender", diz Mauro. ■

Resultado da área de Associativismo e Cooperativismo é recorde

O trabalho do Núcleo de Ações Associativistas em 2001 foi recorde. No total, foram constituídas 62 associações e cooperativas e outras 55 estão em formação. Significa um percentual mais de 350% acima da meta estabelecida. A área esteve em todos os setores, desde Agronegócios até Turismo e Cultura.

Nas 580 palestras realizadas em todo o Estado para debater o tema, estiveram presentes 17 mil participantes. Entre balcão e telefone, foram atendidos mais de 6 mil interessados em mais informações sobre o programa. De acordo com a área, vários foram os fatores que contribuíram para

este crescimento. Entre eles, a realização de cinco seminários de capacitação técnica para atendimento, que contou com a participação de 87 técnicos dos ERs.

Outro ponto é a efetiva parceria com secretarias estaduais com a de Emprego e Relações de Trabalho, Agricultura e Abastecimento e SENAC. A demanda de prefeituras municipais também é apontada com destaque. Por meio dos ERs ou em contato direto com a equipe da sede, foram vários trabalhos, como a organização de trabalhadores urbanos, coleta seletiva de lixo, confecções, entre outros. ■

O que é uma cooperativa

Cooperativa é uma associação de pessoas unidas voluntariamente que obrigam-se a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, em proveito comum, por meio de uma empresa democraticamente controlada, sem objetivo de lucro. Para a sua formação são necessárias, no mínimo, 20 pessoas físicas.

Nessa modalidade pode-se adotar qualquer gênero de serviço, operação ou atividade buscando sempre a eliminação de intermediários, reduzindo custos, diminuindo preços, por meio da racionalização e operação em grande escala.

O SEBRAE-SP oferece serviços de apoio, por meio da Área de Ações Associativistas, que disponibiliza um programa destinado a orientar grupos em formação e fornece subsídios para grupos já constituídos. O programa tem um ciclo de palestras de sensibilização dirigida a grupos em formação, reuniões de trabalho com dirigentes de cooperativas e entidades ligadas ao cooperativismo, e consultoria especializada nas áreas administrativa e jurídica dirigida a grupos já constituídos. ■

conexão

10

Mirandolina M.T. Lucas
Assistente de Chefe Técnica
Registro 10.913

'Legalistas' querem banir os 'fora-da-lei'

DA REPORTAGEM LOCAL

A revolta das cooperativas que cumprem a legislação com as que desobedecem a lei levou o Sindicato Nacional das Cooperativas do Trabalho, formado em julho do ano passado, a procurar o Ministério Público do Trabalho e a Procuradoria Geral do Trabalho.

O sindicato apresentou a essas entidades na semana passada propostas para coibir as atividades das cooperativas irregulares. O que ele quer é que o governo estude até mesmo a possibilidade de formar uma agência reguladora para o setor.

"Estabelecemos em um documento pontos éticos, modelos de contratos, benefícios oferecidos aos cooperados, como planos de aposentadoria e de saúde, que podem servir como normas de orientação aos procuradores na investigação das falsas cooperativas", diz Maria Dulcelina Vaz da Costa, presidente do sindicato. Ela também preside a Cooperdata, corporação formada por nove cooperativas de trabalho de profissionais em processamento de dados e informática.

A idéia, segundo ela, é mostrar quem cumpre e quem não cumpre a lei do cooperativismo. Ela diz que alguns procuradores chegam a "perseguir" as cooperativas sem distinguir as fraudulentas das idôneas e até a questioná-las na Justiça sem antes fiscalizá-las.

O sindicato também deve apresentar um anteprojeto para propor a criação de uma agência reguladora para fiscalizar a atividade das cooperativas no ramo de trabalho, a exemplo do que faz a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) no setor de telecomunicações e a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), na área de saúde privada.

Para Maria Aparecida Gugel, coordenadora da Câmara de

Coordenação e Revisão do Ministério Público, a atuação dos procuradores pode ser vista de forma negativa pelas cooperativas, já que quando há denúncia, a investigação geralmente leva à constatação de uma fraude.

A Câmara, segundo ela, vai estudar as propostas do sindicato, pretende realizar audiências públicas em todos os Estados e promover ainda um dia nacional de debates sobre o sistema cooperativista. Até o final deste mês, deve reunir as entidades que representam as cooperativas para discutir regras para o setor.

A OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) também encaminhou um projeto de lei ao governo para regulamentar as cooperativas de trabalho.

A proposta está nas mãos do senador Iris Rezende (PMDB-GO). "Queremos dar o poder de denúncia às cooperativas", diz Rozani Holler, representante do ramo de trabalho na organização. Ela estima que apenas 5% das cooperativas no setor estejam irregulares. "Daria facilmente para ser combatido com fiscalização."

Reação

"O fenômeno das cooperativas é parte do processo de fugir da legislação trabalhista, geralmente de uma forma legal, pois é caro para o trabalhador e para o empresário se adequar a ela. Portanto, é melhor ser um cooperado do que um desempregado", diz José Márcio Camargo, professor de economia da PUC-RJ.

"Certamente as cooperativas de trabalho cresceram por causa da pressão das empresas para substituir o trabalho formal. As empresas querem diminuir os encargos e acabam pressionando os trabalhadores para formarem cooperativa", afirma Sérgio Mendonça, diretor-técnico do Dieese.

(CR E FF)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, juntado nesta data, _____ rubricado sob
folha nº 58 a 60 a) [assinatura]

Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913

Folha nº 58 do proc. nº 01-74 de 20 01

Mirandolina M.T. Lucas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913



Câmara Municipal de São Paulo

DEFERIDO

★ 17 JUL 2002 ★

1 - L

PRESIDENTE

REQUERIMENTO 13 - RDS
10-1524/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2002.

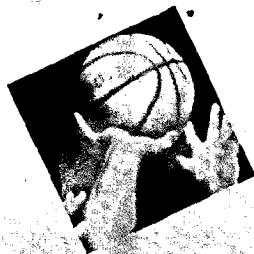
Carlos Neder
Carlos Neder
Vereador - PT

Seção de Publicação e Edição de Anais - DT-10

18 JUL 2002
12:00h

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, juntado nesta data, _____ rubricado sob
folha nº 012164 a) _____

Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.912



esporte

Folha nº 59 do procl. 82
nº 01-074 do 20 0h

Mirandolli, Lucas

Assistente de Chefe Técnica

Porque uma andorinha

sozinha não faz verão,

diversos atletas de um

passado não muito distante,

muitos deles sem nenhuma

outra fonte de renda,

fundaram uma cooperativa

para trabalhar integrada à

Secretaria Municipal de

Esportes de São Paulo

Texto: Luiz Ramos / Fotos: Isabel Mojica



Saída pela cooperativa



Materia PL 74/2001. RUBENS GONCALVES JUNIOR



Kalunga

Ano XXX - JUN 02 - nº137

contrário, parece que é uma coisa ruim, que não adianta ter porque o outro não tem. Dinheiro traz coisas boas: o lazer, a roupa que se gosta, a educação. O que não é legal é esbanjar. E, caso o dinheiro sobre, deve ser aplicado, para que no futuro ele seja usufruído de outra maneira. Há alunos que têm uma ansiedade enorme e vai gastar toda a sua mesada. Costumamos sugerir que eles guardem uma parte. Assim, se ganhar R\$ 100,00, que aplique R\$ 20,00. Caso contrário, dificilmente terá os R\$ 20,00 ao final do mês. Isso significa 20%, uma grande aplicação hoje em dia", comenta.

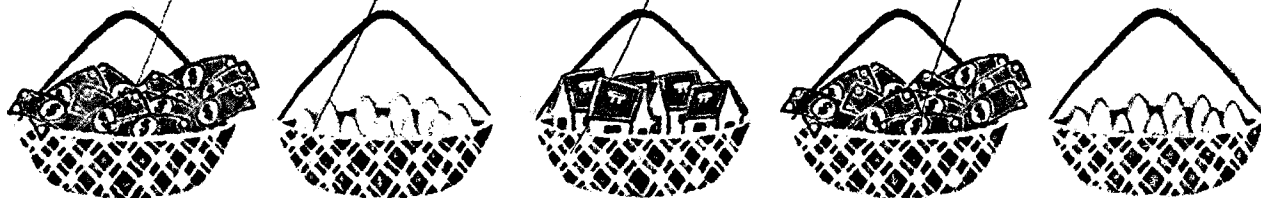
A criança precisa aprender administrar o dinheiro que ganha, no entender da psicopedagoga. Isso significa



Lígia: "O que não é legal é esbanjar"

que os pais não devem "cobrir" os gastos extras. E muito menos devem trocar presentes ou quantia de dinheiro por boas notas e/ou excelente desempenho escolar. "Isso é obrigação da criança", acentua. Ainda com relação a valores, Lígia aponta a importância de trabalhar a questão da discriminação. "Não se deve discriminar aquele que tem mais ou menos. O que tem mais também é discriminado. Ele pode passar por arrogante e prepotente. Existem alunos que têm muito e ninguém sabe, ou seja, ele nunca quis contar para não ser discriminado", relata.

Nos casos em que a criança ou adolescente trabalhe, é importante que os pais guardem (aplique) o dinheiro dela. Mas é importante também que ela sinta que parte está sendo utilizada em sua própria educação. "Assim o pai mostra que o trabalho dignifica e ao mesmo tempo valoriza isso. Tem uma frase que eu acho perfeita: dinheiro não agüenta desaturo. Se hoje você tem muito, nada garante que amanhã você vá ter muito também. É preciso ver de onde vem essa fonte de renda dos pais. É de herança, de família, ou eles conseguiram batalhando? Quando é o último caso, você pode ter certeza que o pai vai mostrar para o filho que uma parte do dinheiro está sendo aplicada e outra empregada para ele (o filho) para seu uso futuro", encerra.



A idéia do cooperativismo no esporte, principalmente no futebol, vôlei e basquete, está sendo levada em São Paulo para além das quadras, melhor, para além da carreira de muitos atletas bem-sucedidos no passado, hoje "aposentados". Na prática, cooperativas existem oficialmente no País desde 1971, a partir da Lei Federal 5.764/71, que estabeleceu as normas para o funcionamento dessas entidades. Com o fim do "Projeto Futuro", da Secretaria Municipal de Esportes (Seme), e a conseqüente extinção das escolinhas de esportes que empregavam esses profissionais, eles foram incentivados a criar a Cooperativa de Trabalho de Esportistas Práticos (Cooperesportes).

Predominantes no setor agropecuário, a princípio, o sistema cooperativo de transferência de atividades ainda tem uma participação exígua em outros campos. Muito embora seja uma alternativa saudável de distribuição de renda para profissionais de vários segmentos de um país, que padece de grave crise de desemprego. Some-se a isso o fato de que, da última década para cá, houve um incremento na utilização dos serviços cooperativados por parte de empresas privadas; em seguida, as empresas públicas de sociedade mista; e mais recentemente os órgãos públicos.

No caso da secretaria paulistana, uma das vantagens proporcionada pela Cooperesportes é a eliminação dos compromissos tributários advindos dos contratos individuais com os ex-atletas. Aliás, dificuldades financeiras foram o principal motivo alegado pelo órgão para acabar com o "Projeto Futuro". Dentro dele, os ex-jogadores emprestavam seus serviços aos clubes desportivos municipais distribuídos pela periferia de São Paulo, e também na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), a um salário de R\$ 1 mil.

"O nosso trabalho era muito mais social que esportivo. A garotada de rua está sempre à beira da marginalidade; em alguns casos, nós mesmos, como instrutores corríamos riscos. Teve colega que chegou a sofrer ameaças. Na realidade eles são muito carentes e, quando recebem atenção, correspondem", atesta Ivan Manuel de Oliveira, o "Badeco", ex-jogador da Portuguesa e presidente da cooperativa.

Badeco foi um dos ex-atletas presentes ao lançamento do "Projeto Mais Esporte" que vai substituir o "Projeto Futuro" e dar espaço à cooperativa. À cerimônia, no dia 5 de abril último, no CDM Burgo Paulista (Zona Leste de S. Paulo), compareceram também



A secretária Nádya e o presidente da Cooperesportes, Badeco a prefeita Marta Suplicy e a secretária de Esportes, Nádya Campeão. Entre os ex-atletas, destaque para Basílio, Ataliba, Dudu, Félix, Wilsinho, Adãozinho e Nilza, ex-jogadora de basquete (ver box).

BEM COLETIVO

A formação da cooperativa representa a recuperação de prestígio, dignidade e de sobrevivência para alguns dos ex-jogadores envolvidos. Mas o presidente lembra que a entidade não surgiu apenas em razão do fracasso do "Projeto Futuro" e da falta de orçamento da prefeitura. Segundo comprovam os ex-jogadores Wladimir, Ataliba, e ele próprio, a idéia surgiu há mais ou menos quatro anos com Mirandinha, ex-jogador do São Paulo e Corinthians, que procurou alguns companheiros e revelou a proposta que, somente em meados do ano passado, começou a ganhar corpo.

"O que aconteceu foi que a prefeitura acabou com o antigo projeto e deixou os jogadores sem receber por mais de quatro meses. E, o pior, os garotos, cerca de 30 entre 7 e 17 anos, que estavam sendo assistidos ficaram desamparados", lamenta o presidente da Cooperesportes.

Diante da nova realidade, Badeco resolveu encarar a difícil tarefa de viabilizar a criação da cooperativa. Com formação superior, aposentado como Delegado Federal, Ivan Manuel de Oliveira era o nome ideal para tomar ciência de todos os procedimentos necessários para a legalização da entidade. Este era apenas um dos problemas, talvez o menor. O maior foi partir para a conscientização dos colegas profissionais.

Graduação em esporte

O projeto "Mais Esporte", preparado no ano passado, visa integrar esporte e educação, ao atuar como complemento ao ensino fundamental. Segundo a secretária municipal de esportes paulistana, Nádia Campeão, com ele, o aluno pode complementar sua formação com atividades livres de esporte, cultura e recreação.

O programa está previsto para ser desenvolvido em 42 centros esportivos, em 25 CDMs e em 10 campos de futebol comunitários. A Secretária Municipal de Esportes de São Paulo (Seme) espera atender 30 mil interessados até o final do ano. Os alunos, ainda segundo a secretária, receberão assistência médica e alimentação. Além dos ex-atletas, atuam como instrutores técnicos de educação física e estagiários da Seme.

O "Mais Esporte" foi estruturado em módulos, de 350 crianças cada, à custo anual de R\$ 70 mil para o patrocinador que se interessar em firmar parceria com a prefeitura. A verba da prefeitura é de R\$ 1,7 milhão, inicialmente, para contratação de 52 ex-atletas e 52 agentes comunitários; contratação de oficinas esportivas de artes marciais, jogos de salão, capoeira, circos etc.; aquisição de material esportivo e transporte.



Marta Suplicy no lançamento do projeto



Algodão doce e esporte à crinçada

"Tem um problema fundamental que envolve a nossa categoria: a falta de visão do futuro. O jogador não se preocupa com a vida depois da bola. A aposentadoria é um grande problema. A lei exige que, para se compor uma cooperativa, pelo menos 20 cooperados se associem. Agora, a todos os integrantes da cooperativa é exigida a declaração do Imposto de Renda. E qual jogador, quando em atividade, se preocupa em declarar imposto?", pergunta Badeco que teve problemas, em inscrever a cooperativa na licitação aberta pela prefeitura, exatamente por encontrar dificuldades em cumprir algumas exigências legais de documentação.

Superados os impasses, Badeco, ao lado da sua diretora, Nilza Monte Garcia, ex-jogadora de basquete da Seleção Brasileira, também psicóloga e professora aposentada, se anima com as perspectivas que se abrem para a cooperativa. A licitação para o trabalho em São Paulo já foi aprovada. Só falta a publicação no *Diário Oficial*. Existe a possibilidade de transferir as atividades dos cooperados para prefeituras de outras cidades, e para projetos esportivos e educacionais internamente ou para comunidades.

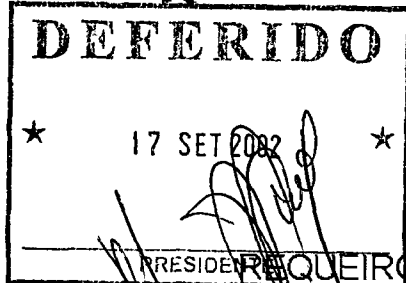
"Estamos conseguindo despertar interesse em outros atletas. Já iniciamos um trabalho em parceria com o Denarc sobre drogas. É um curso de orientação muito bom, pois nos dá uma noção completa de como enfrentar o problema com a garotada. Nossa capacidade de atender outros clientes é muito boa, podemos arregimentar mais atletas. Só em CDMs são 52 na Capital de São Paulo", finaliza o presidente da Cooperesportes.

SERVIÇO:

Informações pelos telefones (00xx11) 5084-4452 e 5574-0766 (ramal 277)



Câmara Municipal de São Paulo
Assessoria: Chefia Técnica
Registro 10.913

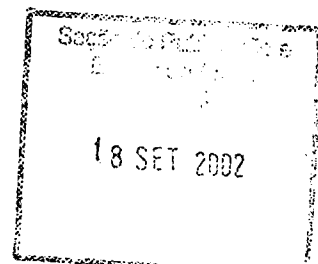


REQUERIMENTO 12 - RDS
AC-2123/2002

REQUERIMENTO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento a justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2002.

Carlos Neder
Vereador - PT



EXPANSÃO NO CAMPO Associações de produtores contribuíram para aumentar produtividade e renda da agropecuária

Cooperativa eleva ganhos da agroindústria

DA REPORTAGEM LOCAL

O desempenho de algumas cooperativas agrícolas é comparável ao de grandes agroindústrias. A prova disso pode ser vista no ranking dos maiores exportadores no ano passado.

Os dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior) revelam que a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool do Espírito Santo e a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) estão entre os 40 primeiros colocados.

A OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) estima que neste ano o faturamento das cooperativas agrícolas deverá superar a marca de US\$1 bilhão.

Uma das maiores do Brasil, a Coamo faturou US\$ 272 milhões com exportações no ano passado, o que representou um crescimento de 59% em relação a 2000.

Para este ano, a cooperativa, que comercializa 3,3% da produção nacional de grãos, prevê apenas a manutenção dos valores obtidos com as exportações em 2001. Um dos motivos é a previsão de queda na exportação de milho. Muitos produtores estão migrando para a soja, dados os bons preços desse grão no mercado externo.

Segundo dados do Ocepar (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), a soma dos faturamentos das cooperativas paranaenses corresponde a 50% do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola do Estado. Em 2001, foram R\$ 6,8 bilhões. A previsão é que, em 2002, sejam alcançados R\$ 7,8 bilhões. Desse total, 20% é proveniente de exportações, notadamente para a Europa e para a Coreia do Sul.

Com sede em Rio Verde (GO), a Comigo (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) é outro exemplo de cooperativa com bastante atuação na área industrial. Entre outras atividades, possui uma joint venture com a empresa holandesa Dalland para o melhoramento genético de suínos.

"O faturamento da Comigo cresce continuamente desde 1994.

Em 2002, prevemos R\$ 420 milhões. Um aumento de 9,3% em relação a 2001. A explicação para isso é a diversificação dos negócios da cooperativa", diz o presidente, Antonio Chavaglia.

Atitude favorável

O trabalho das cooperativas com seus participantes, estimulando o investimento em tecnologia e em administração, foi importante para criar uma cultura empresarial entre os produtores. Assim ficou mais fácil para eles enfrentar tanto o mercado interno como o externo.

"Por não contarem com proteções tarifárias, os brasileiros tiveram que se tornar competitivos", diz Mauro Lopes, economista da FGV.

Eduardo de Carvalho, presidente da Unica (União das Indústrias Canavieiras de São Paulo), vai mais longe: diz que o protecionismo mundial é também uma resposta à competitividade brasileira, muito dela conseguida por meio do trabalho de cooperativas.

"A 'farm bill' americana não está aí por acaso", disse ele durante um congresso em Ribeirão Preto.

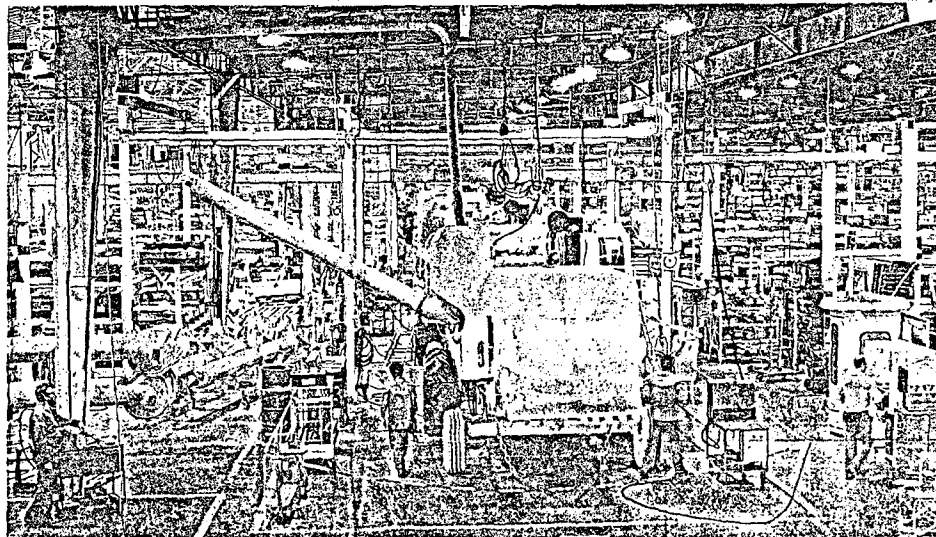
O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola também é prejudicado por dois fatores, segundo Lopes: ausência de crédito estatal para o planejamento estratégico do agronegócio e a falta de investimentos na capacitação da mão-de-obra do campo. Enquanto esses problemas não forem solucionados, mesmo a competitividade superior do agronegócio brasileiro pode ser sufocada.

Ainda assim, mesmo que não aumente sua competitividade, o país tem como aumentar sua produção. Segundo o ministro da Agricultura, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, existem 90 milhões de hectares de terra disponíveis para cultivo. Essa área equivale praticamente ao que é plantado hoje nos EUA e na China, dois grandes produtores mundiais que não têm mais espaço para crescer.

"E essa expansão, inclusive, não depende de alterações na lei ambiental hoje em vigor. É possível crescer tudo isso com a lei que já temos", diz Pratini. (USO E CC)



Trabalhador colhe batatas em Agual, em uma plantação que movimentou os setores de insumos químicos, máquinas e sementes



Linha de montagem de colheitadeiras da CNH, em Curitiba (PR), que mantém plano de investimento de US\$ 120 milhões até 2003

Jun 17 2002
Folha nº 62
nº 74 de 20/01
Mirandolina M.T. Lencas
Assistente de Chefe Locum
Registro 10.913

Matéria PL 74/2001 - JUN 17 2002

Investimentos devem garantir saldo do setor

DA REPORTAGEM LOCAL

Os US\$ 6,9 bilhões de saldo positivo da balança comercial do agronegócio brasileiro têm tudo para se repetir neste ano.

Com os altos investimentos na promoção de exportações, feitos pela maioria das grandes empresas do setor no país, é possível, inclusive, que o país volte ao patamar em que estava em 2000. Naquele ano, o saldo, de acordo com o Ministério da Agricultura, foi de US\$ 13,3 bilhões.

Em 2001, essas companhias alcançaram bons ganhos com suas vendas ao exterior e, neste ano, as projeções são de resultados ainda melhores.

Um exemplo é a Coinbra, controlada por um grupo francês, que exporta oleaginosas e suco de laranja. Em 2001 a empresa exportou US\$ 860 milhões e, neste ano, espera atingir os US\$ 960 milhões. Para conseguir esse crescimento, a companhia investiu no plantio de 800 mil novas laranjeiras e na compra de uma unidade processadora de grãos de soja na região do Alto Araguaia (norte de Tocantins).

Outra empresa que registrou bons resultados com exportações em 2001 foi a Perdigão. As vendas ao exterior passaram de US\$ 283 milhões em 2000 para US\$ 436 milhões no ano passado. O resultado, porém, foi devido em muito à crise de febre aftosa e de doença da vaca louca na Europa. Com a estabilização do problema, as exportações recuaram.

"Com medo de contaminação, os europeus compraram bastante de nós no ano passado. Mas, no começo de 2002, com a normalização da questão sanitária no continente, nossas exportações já foram menores", diz Nildemar Secches, diretor-presidente da Perdigão.

De acordo com ele, porém, os

preços já estão se normalizando e, no segundo semestre, devem voltar aos patamares de antes do início da crise.

A Bunge Brasil, uma das maiores empresas de agronegócio do país, também não ficou atrás. O resultado consolidado com exportações de suas subsidiárias (Bunge Alimentos, Bunge Fertilizantes e Ceval/Seara) cresceu 32% no ano passado em relação ao anterior. Em 2001, a empresa exportou US\$ 1,3 bilhão em fertilizantes e produtos alimentícios derivados de soja e trigo.

A subsidiária da Bunge que mais contribuiu com ganhos de exportação é a Seara. Segundo Ivo Dreher, diretor financeiro da empresa, mesmo antes da compra da empresa pela Bunge, a Seara já era bastante direcionada para o mercado externo.

"O Brasil é muito vantajoso como plataforma de produção e exportação", diz Dreher. De acordo com ele, os altos índices de produtividade e os baixos custos de produção são as principais vantagens para as empresas do setor que operam a partir do país.

A decisão de buscar o mercado externo funcionou no caso da Seara. De 1998 até o fim do ano passado, a empresa viu aumentar em 98,6% as suas exportações, principalmente para os mercados europeu e japonês.

Quinta colocada no ranking das maiores agroindústrias exportadoras em 2001, a norte-americana ADM Exportadora e Importadora prevê crescimento de 24% nas vendas externas neste ano. Com isso a empresa espera comercializar 2,6 milhões de toneladas de soja.

Para impulsionar as exportações, a empresa, que possui seis fábricas de processamento de soja no Brasil, investiu US\$ 50 milhões em infra-estrutura nos últimos dois anos.

MAIORES AGROINDÚSTRIAS EXPORTADORAS

Empresa	Localização	Sector	Faturamento com exportação em 2001 (em US\$ mil)
Bunge Alimentos	SC	Alimentos	1.204
Cargill Agrícola	SP	Alimentos	750
Comércio e Indústrias Brasileiras Coinbra	SP	Sucos	524
Sadia	SC	Alimentos	521
ADM Exportadora e Importadora	GO	Celulose	509
Aracruz Celulose	ES	Trade (serviços)	475
Bertin	SP	Alimentos (carnes)	367
Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do ES	ES	Sucroalcooleiro	357
Sucofrutro Cutrale	SP	Sucos	348
Perdigão Agroindustrial	SC	Alimentos	342
Seara Alimentos	SC	Alimentos	333

Excedente de matéria-prima e localização explicam desempenho

DA REPORTAGEM LOCAL

Investir na instalação de uma fábrica em regiões com boa infraestrutura e facilidade de acesso a mercados consumidores é, segundo as empresas, uma das explicações mais evidentes para o desempenho favorável alcançado por elas.

Essa opinião é compartilhada pelo coordenador do Centro de Estudos Agrícolas da FGV-RJ, Mauro Lopes. "Empresas ou produtores que estiverem isolados não conseguirão tirar proveito do momento de expansão das agroindústrias. A formação de 'agrigusters' [pólos agroindustriais] é o caminho natural para atuar num cenário cada vez mais competitivo", afirma.

O problema, explica, é que muitos empresários brasileiros ainda encaram seus possíveis parceiros apenas como concorrentes, desperdiçando a chance de fazer

alianças de negócios vantajosas.

Plataformas regionais

Com um total de 18 municípios, a região de Rio Verde, no sudoeste de Goiás, reúne empresas de destaque como Bunge e Perdigão.

A última investiu US\$ 400 milhões em 2000 para a instalação de uma fábrica de processamento de carnes de suínos e aves na região, onde são produzidas 6.000 toneladas de produtos por mês.

Segundo Nelson Hacklauder, gerente de novos negócios da Perdigão, a escolha pela região foi motivada pela abundância de matéria-prima para a produção de ração. A região é exportadora e acumula excedentes de milho e soja. A inexistência de concorrentes diretos também pesou na decisão.

Já para a Syngenta, empresa americana de sementes, as regiões escolhidas para produzir foram os municípios de Itulaba (MG) e

Matão (SP). A razão alegada por Jorge Luiz Borges de Souza, diretor de desenvolvimento de negócios para a América Latina da empresa, foi o alto grau de mecanização dos agricultores da região, que impulsiona a demanda pelos produtos da empresa.

Segundo o consultor Carlos Cogo, a instalação de agroindústrias no vale do rio São Francisco, que sedia exportadoras de sucos, como Maguary e Fronorte, também é promissora.

Um grande problema dessas áreas é que, na maioria dos casos, falta infra-estrutura. As empresas, em geral, são obrigadas a atender essas necessidades antes de se instalarem na região. É o caso da Perdigão em Rio Verde, onde parte do investimento foi para preparar a cidade para suportar o aumento na movimentação de pessoas e dinheiro trazidos pela nova fábrica.

(CCF/JSO)

Comunidades recebem apoio das empresas

DA REPORTAGEM LOCAL

O crescimento das agroindústrias brasileiras não é um bom negócio apenas para elas. Movidas por leis de incentivo ou para manter bom relacionamento com as comunidades em que estão inseridas, praticamente todas as companhias do setor investem na área social. A forma de atuar das empresas, porém, varia bastante.

Algumas, como a Bunge, preferem não realizar diretamente ações sociais na comunidade, mas dão apoio e incentivos para que seus funcionários o façam. Atividades como mutirões de vacinação são organizadas pelos empregados da empresa, que cede espaço e material.

Outra forma é a praticada pela John Deere, que trabalha na área social pensando na formação de futuros profissionais e na contribuição de futuros funcionários aposentados.

A montadora tem programas de apoio para que seus aposentados abram negócios próprios, sempre em atividades relacionadas indiretamente à produção de suas fábricas na região. Além disso, para a formação de mão-de-obra, tem parcerias com universidades nas regiões onde tem fábricas. Recentemente firmou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para que aulas de engenharia de produção sejam oferecidas dentro de sua fábrica, na cidade de Horizontina.

A Monsanto, fabricante norte-americana de fertilizantes e sementes, tem um projeto no cerrado para qualificação dos pequenos produtores rurais da região do Parque Nacional das Emas, no sudeste de Goiás.

O objetivo do projeto é ensinar técnicas de agricultura que agredam menos o ambiente, preservando assim, também a região em volta da reserva. (USO e CC)

autuado em 30/09/2015 00:00:00.

fls. 88

Mirandolina M. T. Luccas
Assistente de Chefe Técnica

Registro 10.913

Folha nº 63
de 20
do processo nº 74

Folha nº 64 do doc. 89
nº 74 de 20 01
Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913

Publicação: FSP. Negócios
Data: 25 / 08 / 02
Pág.: 02

Centro de incubação oferece 30 vagas

FREE-LANCE PARA A FOLHA

Você tem uma idéia inovadora na área de tecnologia, mas não dispõe de meios para colocá-la em prática nem sabe quem pode ajudar? A solução pode ser colocar seu projeto numa incubadora, com apoio gerencial e de pesquisa de entidades como USP (Universidade de São Paulo), IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares).

A oportunidade é oferecida pelo Cietec (Centro Incubador de Empresas Tecnológicas), que está com edital aberto para o preenchimento de 30 vagas.

São aceitas empresas não-residentes (que já têm instalações próprias), residentes (que precisam desse apoio físico), de software (podem permanecer por apenas dois anos) e pré-incubadas (que não precisam de capital inicial para começar a pesquisa).

O edital convocatório de novas idéias pode ser retirado até quinta-feira, dia 29, e a proposta, entregue até o dia seguinte. Os projetos passarão por avaliação de consultores de todas as entidades envolvidas. O resultado final sai em 29 de novembro. O serviço de assessoria é gratuito. Os projetos selecionados precisam ser inovadores e comercialmente viáveis.

Workshop

O Sebrae de São Paulo também é parceiro do Cietec e oferecerá em setembro um workshop para os aprovados na pré-seleção.

O gestor-executivo do Cietec, Sérgio Risola, afirma que as empresas incubadas terão auxílio em diversas áreas, como projetos para a captação de recursos, cursos e consultorias, apoio jurídico, além de contato com pesquisas realizadas no Ipen, no IPT e na USP.

O centro anunciou que deve começar em outubro a construção

do São Paulo ParqTec, o primeiro parque tecnológico do país. Será um condomínio empresarial para abrigar projetos de tecnologia.

Nos Estados Unidos, já são mais de 1.000 incubadoras criadas nos últimos 21 anos contra apenas 155 em 18 anos no Brasil.

No futuro, o núcleo do parque será composto, em São Paulo, pelo condomínio empresarial, o Centro de Modernização Empresarial, os Centros de Pesquisa Cooperativa e pelo Cietec que, juntos, formarão o Centro Empresarial de Inovação.

O diretor de administração do Ipen, Edson Roman, diz que a primeira fase do projeto ParqTec custará R\$ 3,1 milhões e ocupará 7.000 m². (NATHALIA BARBOZA)

Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas): www.anprotec.org.br;
Cietec: 0/xx/11/3039-8300.

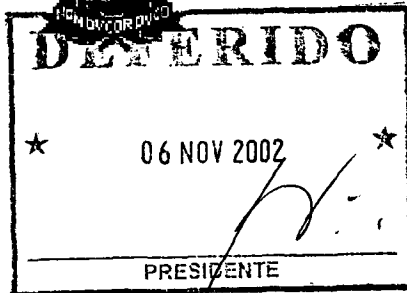
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, juntado nesta data, _____ rubricado sob
folha nº 65972 a) _____

Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, juntado nesta data, _____ rubricado sob
folha nº _____ a) _____



Câmara Municipal de São Paulo



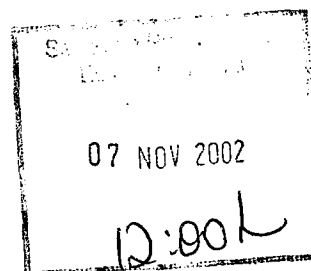
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-2509/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT



O empreendedorismo está em alta



A cada ano mais pessoas no Brasil tentam a sorte como empreendedores. Tanto que, o país aparece em quinto lugar neste quesito, segundo pesquisa realizada pela London Business School. Um em cada quatro brasileiros economicamente produtivos possui uma empresa.

Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as pequenas empresas compõem 99,3% do total de estabelecimentos comerciais e industriais do Brasil. As principais razões para a abertura de novas empresas são o sonho de ter um negócio próprio e a identificação de uma boa oportunidade no mercado. Nesta edição, o Notícias Aexam conversou com Hazime Sato, professor e diretor da Escola de Administração Mauá, sobre o empreendedorismo. Acompanhe os principais momentos da entrevista.

Notícias Aexam – O que é ser empreendedor?

Hazime Sato – Por volta de 1803, o economista francês Jean Baptiste Say dizia que o “empreendedor transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”. Hoje, focamos o empreendedor segundo o que o economista Joseph Schumpeter postulava em 1911: “desequilíbrio dinâmico provocado pelo empreendedor inovador ... é a norma de uma economia sadia ...”

“Um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (L. J. Fillion, 1991); o empreendedor é um agente de mudanças e inovações, que identifica oportunidades e busca recursos para transformar conhecimento em riqueza.

Notícias Aexam – Como identificar as oportunidades?

Hazime Sato – Segundo Peter Drucker, pensador e teórico austríaco de Administração, as “fontes” de oportunidades são:

- O sucesso inesperado ou o fracasso inesperado ou o evento externo inesperado (como aproveitar este “inesperado” e convertê-lo em uma oportunidade?);
- A incongruência entre a realidade como ela é e a realidade como “deveria ser” (como explorar e converter esta “incongruência” em uma oportunidade?);

- Uma necessidade do processo (o objetivo do processo é claro? existe uma forma melhor para o processo? um “elo fraco ou restritivo” ou um “elo que falta” no processo?);
- Mudanças estruturais no setor ou do mercado (o que é o nosso negócio? o setor está crescendo rapidamente? existem tendências de convergência tecnológica no nosso negócio?);
- Mudanças demográficas (quais são os valores e as expectativas, as necessidades e os desejos dos vários grupos etários? o que os profissionais procuram?);
- Mudanças em percepção, disposição e significado;
- Um novo conhecimento científico ou não-científico.

Notícias Aexam – Como definir um modelo de negócio?

Hazime Sato – Cada negócio tem características específicas, determinadas pelas suas peculiaridades e o seu inter-relacionamento com o mercado. A sua estrutura deve ser adequada à estratégia traçada para o negócio, de tal forma que permita o seu melhor desempenho. O processo de criação de empresas passa, de acordo com Fernando Dolabela, especialista em empreendedorismo, pelas seguintes fases:

- Da motivação à idéia inicial (o sonho e a visão): Estratégias para identificação de uma oportunidade.
- Da idéia inicial ao Plano de Negócios: Estratégias para “agarrar” uma oportunidade.
- Do Plano de Negócios ao início das operações: Estratégias para buscar e gerenciar recursos neces-

sários para viabilizar a oportunidade.

- Sobrevivência, consolidação, crescimento: Estratégias para gerenciar rumo ao crescimento.

O Plano de Negócios é um roteiro que indica o caminho a ser percorrido pelo empreendedor a partir da idéia inicial.

Notícias Aexam – O que são incubadoras? Quais são as vantagens que apresentam?

Hazime Sato – As incubadoras são infra-estruturas montadas para propiciar condições adequadas de sobrevivência inicial e de consolidação de um novo negócio. Compreendem além das necessidades físicas operacionais, assessorias nas diferentes áreas/funções para a operacionalização do negócio: assessoria contábil-fiscal-financeira, assessoria tecnológica, assessoria de marketing etc.

Para um novo empreendimento ser aceito pela incubadora, passa por um processo de análise e seleção, em que um dos fatores considerados é o Plano de Negócio. Paralelamente, são negociados o financiamento necessário e a forma de “associação” com as instituições que fomentam o empreendedorismo e fornecem o capital de risco. Transformar conhecimento, nascido de um sonho e da identificação de uma oportunidade em riqueza, através da realização da visão concebida a partir deste sonho, é uma jornada de muito trabalho que requer do empreendedor diversas características comportamentais.

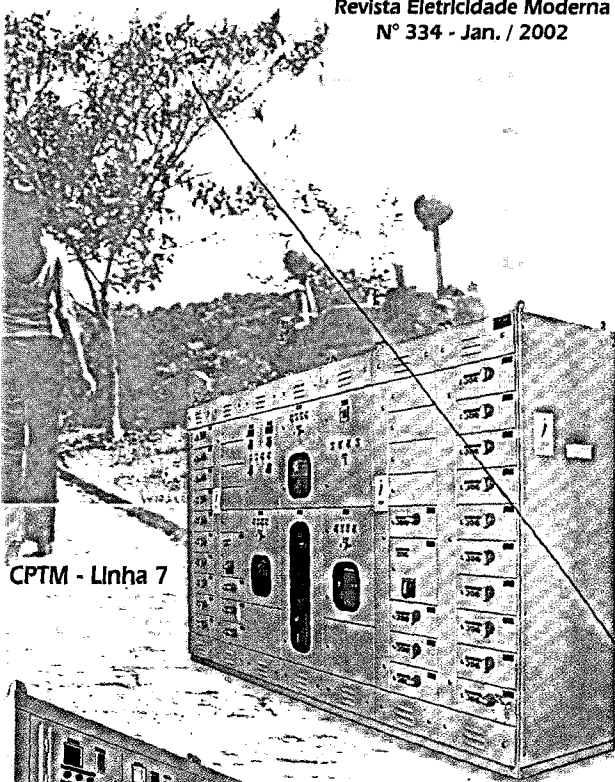
Notícias Aexam – Cite estas características.

Hazime Sato – É um sonhador, mas realista; cultiva a imaginação e sabe definir visões do que quer; é orientado para resultados, para o futuro; tem a percepção e a capacidade de descobrir nichos; tem perseverança e tenacidade para vencer obstáculos; tem iniciativa, autonomia, autoconfiança, otimismo, necessidade de realização. Considera o fracasso um resultado normal, aprende com os próprios erros; traduz seus pensamentos em ações; sabe fixar metas e alcançá-las; tem forte intuição; tem alto comprometimento: acredita no que faz; dedica-se intensamente ao trabalho e concentra esforços para alcançar resultados; sabe buscar, utilizar e controlar recursos; aceita o dinheiro como uma medida de seu desempenho e estabelece e cultiva “redes de relações” internas e externas.

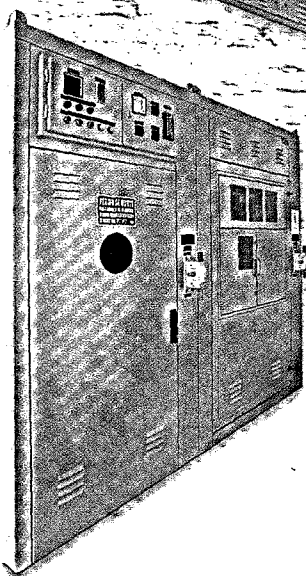
O SEGREDO DO SUCESSO CREDIBILIDADE



Fonte
Revista Eletricidade Moderna
Nº 334 - Jan. / 2002

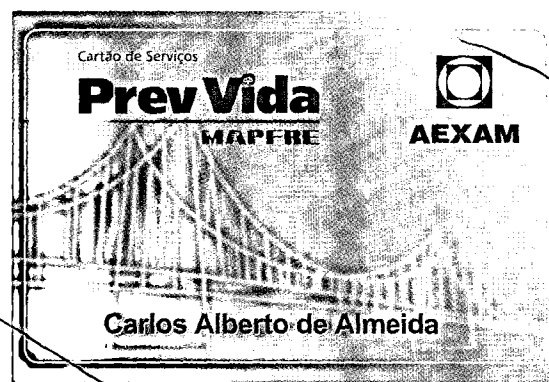


CPTM - Linha 7



Estações CPTM - Linha 7

HIGH 295-6509



Cartão de Benefícios Aexam

A partir de setembro, o associado da Aexam terá uma nova oportunidade a cada mês. É que a Aexam em parceria com a MaxiConsult PGN vem desenvolvendo e implantando benefícios personalizados e alinhados com o perfil dos ex-alunos.

No próximo mês, a instituição oferecerá a seus associados o "Cartão de Benefícios Aexam" com coberturas exclusivas e, o que é melhor, totalmente grátis. Confira mais esta vantagem:

Contratação de Planos de Seguro de Acidentes Pessoais e de Assistência Decessos – o melhor serviço de assistência funeral do mercado, com a assinatura da VERA CRUZ Vida e Previdência. A cobertura será estendida até o vencimento da próxima trimestralidade e é renovada automaticamente mediante pagamento em dia. Esta é a única oportunidade de os associados com mais de 65 anos terem este benefício – na próxima renovação, a adesão para este público será limitada.

As coberturas oferecidas aos associados são:

- Morte acidental: R\$ 5.000,00;
- Invalidez permanente total por acidente: R\$ 5.000,00;
- Decessos plano individual de R\$ 1.500,00;

O plano inclui ainda sorteios realizados pela Loteria Federal nos quatro últimos sábados de cada mês de *R\$ 1.500,00 em Título de Capitalização garantidos pela APLUB.

*Prêmio sem o percentual destinado ao Imposto de Renda

Pioneira neste tipo de seguro, a VERA CRUZ Vida e Previdência pertence à MAPFRE, maior grupo segurador da Espanha e um dos maiores da Europa e da América Latina, presente em 38 países. O faturamento do Grupo em 2001 superou US\$ 8 bilhões, com mais de US\$ 18 bilhões de ativos. Fundada há 47 anos no Brasil, é hoje a segunda maior empresa de seguros de vida em grupo, dentre as não vinculadas a bancos. Sua missão é prover qualidade de vida para os seus 2 milhões de clientes e familiares.

Mais informações,
ligue para
0 xx (11) 4427-4456

e Instalações GIMI Ltda.
P 08696-000 - Suzano - São Paulo - SP
00 - FAX: (0**11) 4752-9919
w.gimi.com.br

Brasil é 3º país em total de incubadoras

A economia instável e a alta carga tributária levam cada vez mais empresas a procurar o auxílio dessas "parteiras" para sobreviver, revela estudo

A busca pela sobrevivência em uma economia marcada pela instabilidade, pacotes econômicos de "última hora" e carga tributária incompatível ao bolso dos pequenos empreendedores fez do Brasil o terceiro maior país do mundo em quantidade de incubadoras de empresas. Para vingarem no turbulento mercado nacional, novos negócios, sobretudo os de base tecnológica, buscam cada vez mais o auxílio dessas "parteiras". A idéia parece tão atraente que, no último ano, o número de

incubadoras brasileiras saltou de 150 para 234 em decorrência do aumento na procura por esse tipo de serviço.

"Cria-se um ambiente propício ao desenvolvimento de novos negócios, além de os recursos serem aplicados na geração de renda e empregos", afirma o presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec), Luís Afonso Bermúdez. No momento, de acordo com a 5ª edição do Pa-

norama das Incubadoras de Empresas no Brasil divulgada pela entidade, há 1.731 empresas sendo geradas.

O mais forte indício de que as incubadoras tornaram-se necessárias para o desenvolvimento dos novos negócios e obtiveram êxito em sua tarefa é o índice de mortalidade das empresas incubadas, em comparação à taxa de sobrevivência dos empreendimentos que não passam pelo mesmo período de gestação. Segundo a Anprotec, 75% dos negócios

cujo embrião passou por uma incubadora sobrevivem no mercado. No outro caso, apenas 25% continuam disputando um lugar ao sol.

O que são — O levantamento da Anprotec, realizado desde 1996, considera empresas incubadas aquelas que utilizam infra-estrutura e serviços da incubadora, incluindo espaço físico por tempo limitado. "Quando começamos a medição, em 1996, o número de incubadoras era 38", conta Bermúdez. "E há 14 anos, eram

apenas 2". Somente em 2002, foram investidos diretamente nas incubadoras R\$ 14 milhões e outros R\$ 12 milhões em parques tecnológicos, que auxiliam o trabalho das entidades. Tais recursos, segundo a Anprotec, são provenientes de empresas privadas, institutos de pesquisa, do Sebrae, CNPq, prefeituras e universidades. No mesmo período, as empresas incubadas geraram, segundo o Sebrae, 15 mil postos de trabalho.

No Brasil, predominam as incubadoras de fomento a empresas de base tecnológica — 57% do total. "Empresas de software e biotecnologia, por exemplo, são o grande atrativo". Tanto que, segundo o levantamento, 87% do total de incubadoras em atividade no País está vinculado a universidades ou centro de pesquisas. O levantamento aponta ainda que 29% das incubadoras brasileiras são destinadas a empresas de setores tradicionais (nos Estados Uni-

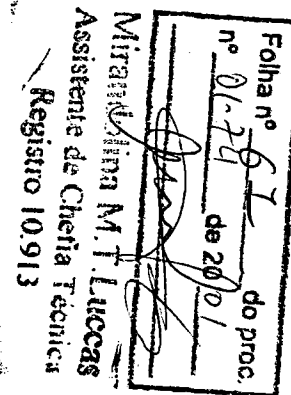
dos, por exemplo, esse índice é de 50%) e outros 14%, mistos.

Apesar da geração de emprego e garantia de renda, há sim algo de filantrópico nas incubadoras. Segundo o levantamento da Anprotec, os principais objetivos das entidades são incentivar o empreendedorismo, para 88% delas, seguido pelo interesse no desenvolvimento econômico regional (72%) e desenvolvimento tecnológico (70%). O lucro é o principal objetivo de apenas 32%.

O tempo médio de permanência de uma empresa na incubadora, segundo Bermúdez, é de três anos.

O sistema de incubação de empresas nasceu nos Estados Unidos, em meados de 1980. Desde então, os norte-americanos constituíram mais de 700 incubadoras, número que cresce no ritmo de 20% ao ano. Na Europa, até o final do ano serão 900 os empreendimentos deste tipo em funcionamento. (AE)

Há seis anos, havia apenas 38 incubadoras no País; hoje, são 234, segundo levantamento da Anprotec.



Desconfiança entrava o crédito

ELEAZAR DE CARVALHO FILHO

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Eleazar de Carvalho Filho, 45, afirma que tem viabilizado novos caminhos para que pequenos empresários adquiram empréstimos a taxas de juros mais baixas que as do mercado. Mas ressalta: capital de giro só é financiado se associado a um projeto de investimento. Em entrevista concedida à **Folha**, ele diz que, embora falte aos agentes financeiros maior confiança nos pequenos empreendedores, estes, por sua vez, procuram financiamento sem apresentar um projeto bem elaborado. A seguir, os principais trechos da entrevista.



Folha - Como as pequenas empresas são vistas no mercado de crédito?

Eleazar de Carvalho Filho - Elas têm dificuldades de acesso a recursos não só aqui como em outros países. É um problema de garantia, de um maior risco de crédito, o que é uma limitação. O BNDES tem feito uma série de esforços para superar isso, como o Fundo de Aval, que fornece aos bancos um instrumento adicional para mitigar riscos. Se houver inadimplência, se as operações são bem-feitas e realizadas dentro das regras, esse fundo permite que o banco tenha acesso a um reembolso ou recuperação de uma parcela do que deixou de receber. Outro instrumento são os postos avançados que nós abrimos nas entidades empresariais pelo Brasil. A idéia é orientar o pequeno empresário sobre os produtos do banco e também mostrar como é que ele atua junto ao agente financeiro, que é o nosso canal de distribuição. Temos feito também uma série de mudanças no que diz respeito à própria relação do BNDES com seus agentes [bancos credenciados], para procurar induzi-los a ajudar os microempresários: eles têm maior acesso aos



recursos do banco para financiar as empresas grandes caso emprestem recursos às pequenas e médias empresas.

Folha - O que é determinante para a pequena empresa obter crédito no mercado?

Carvalho Filho - É preciso apresentar um cadastro e um projeto que comprove as garantias possíveis de serem prestadas. No caso dos empréstimos solicitados aos bancos, que são de longo prazo, existe, por trás deles, um projeto. É muito importante que o empresário possa detalhá-lo e mostrar como será o retorno do investimento ao longo do tempo. É por ele que o banco vai analisar a capacidade do empreendedor.

Folha - O presidente Fernando Henrique

Cardoso declarou que, na verdade, há problemas de acesso aos recursos do BNDES por parte das micro e pequenas empresas. Quais são as grandes dificuldades para se conseguir empréstimo, afinal?

Carvalho Filho - Não é um problema de volume. É questão de ter garantias adequadas e um projeto sustentável. Temos todo interesse em aumentar o financiamento desse setor. É uma cobrança não só da sociedade, mas também que o próprio planejamento estratégico do BNDES define claramente. Na verdade, a pequena e a média empresa não têm acesso a financiamento de capital de giro. Só o financiamos quando ele está associado a um investimento.

Folha - Qual a porcentagem de pequenas empresas que tiveram seus projetos de financiamento aprovados no ano passado?

Carvalho Filho - Não tenho como calcular essa porcentagem, mas posso dizer que, em 2001, o BNDES financiou 136.825 projetos de micro, pequenas e médias empresas, que corresponderam a 95% do número de operações do banco.

Folha - Que tipo de investimentos costumam ser financiados pelo BNDES?

Carvalho Filho - Ativos fixos ou semifixos, ou seja, máquinas, equipamentos e investimentos de longo prazo e de capacitação.

Folha - E o que não pode ser financiado?

Carvalho Filho - Tem uma lista extensa, que inclui capital de giro, isoladamente, aquisição de veículos leves, importação de equipamentos usados, casas, motéis, além de uma série de atividades, como atividades financeiras e comércio de armas.

Folha - Qual é o prazo do pagamento da amortização de um financiamento?

Carvalho Filho - Depende do tipo de empreendimento, mas, de modo geral, até cinco anos para equipamentos. Para projetos, é montado um cronograma de acordo com as necessidades do empreendedor.

Folha - Quanto tempo demora a avaliação do processo para a emissão de crédito?

Carvalho Filho - Se for uma empresa que já tem um relacionamento com o banco, é só fazer um contrato. Se o projeto for complexo, pode demorar alguns meses.

Folha - Quanto custa, em média, um financiamento com recursos do BNDES?

Carvalho Filho - Uma das bases desse custo é a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), que hoje é de aproximadamente 10% anuais. Outras envolvem o dólar norte-americano e uma taxa de juros externa, fixa ou flutuante. Há também a remuneração do banco. Em suma, falamos de uma taxa nominal de cerca de 15% ao ano.

FÓRUM DE IDÉIAS

Qual o papel de micro e pequenos empresários na economia brasileira?

MARCELO CHERTO

"Numa economia como a brasileira não pode haver microempresários. Ou o cara é empresário ou dança. Precisa ter estofo

Recentemente, ela divulgou um estudo que mostra que a vasta maioria dos empregos no Brasil é gerada por micro e pe-

Por outro lado, menos de 5% das franquias instaladas no Brasil (também micro e pequenas empresas) fecham suas portas

PARA SABER MAIS

Livros

"Como Criar, Manter e Sair de uma Sociedade Familiar"; Renato Bernhoeft, 144 págs., ed. Senac, R\$ 18

"Como Operar um Pequeno Negócio Guia do Dono!"; Betty M. Bivis, 168 págs., ed. Qualitymark, R\$ 25

"O Segredo da Vida"

embora o mundo

Coleção do EMPREENDEDOR

FOLHA DE S. PAULO ★ DOMINGO, 8 DE SETEMBRO DE 2002 ★ SEBRAE

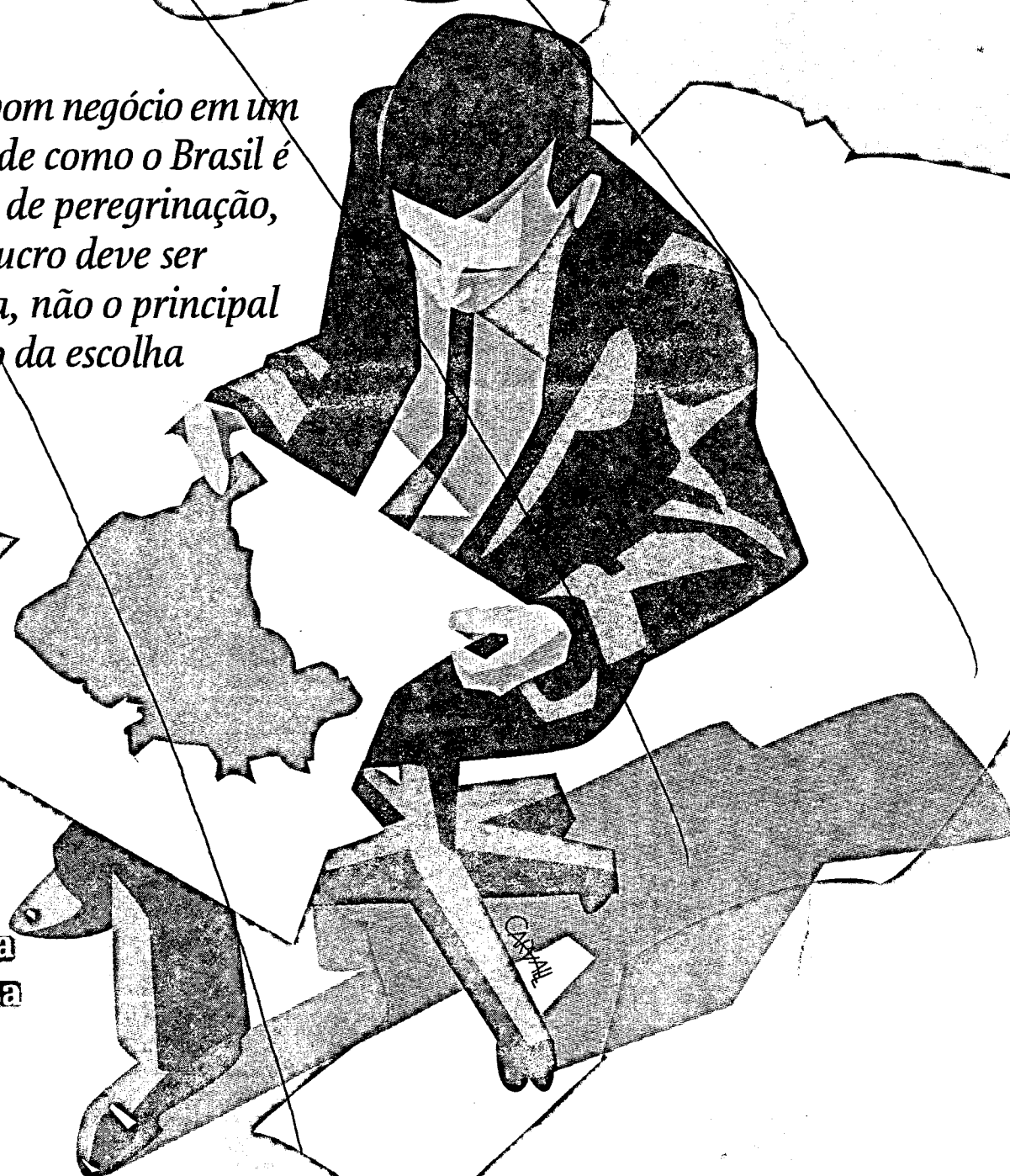
Fascículo 2

O mapa das oportunidades

Enxergar um bom negócio em um país tão grande como o Brasil é um trabalho de peregrinação, onde o lucro deve ser consequência, não o principal motivo da escolha

No próximo fascículo

- ★ Passo-a-passo para abrir uma empresa
- ★ A busca por fornecedores
- ★ Como montar o



Publicação: OESP
 Data: 19 / 09 / 02
 Pág.: B-14

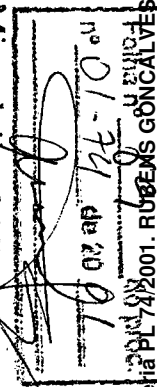
Trabalho cooperativo

A Cooperativa Lavalan, na Província de Buenos Aires, é uma das centenas surgidas na Argentina nos últimos meses, como alternativa para o desemprego. Os operários lavam, penteiam e empacotam lã para exportação. A tendência de formação de cooperativas começou em agosto de 2000, com a falência fraudulenta de uma metalúrgica situada em Avellaneda, ao sul da capital. Durante seis meses, os

empregados se esforçaram junto aos proprietários para que mantivessem o estabelecimento aberto. Não conseguiram. Tentaram o confisco dos equipamentos na Justiça, e enquanto não conseguiam, ocuparam a fábrica. Nesse período, contam, os trabalhadores viviam de caridade. Mesmo sem capital e crédito, formaram a Cooperativa União e Força e puseram a firma para funcionar. O presidente dessa

cooperativa, Roberto Salcedo, é um dos 54 operários que conseguem sobreviver desta forma. "Tivemos de aprender a comprar, a vender, a fazer orçamentos", conta Salcedo. Nas cooperativas argentinas, todos os salários são iguais. Calcula-se que 100 empresas foram transformadas em cooperativas, gerando aproximadamente 10 mil postos de trabalho. (Agências internacionais)

Mirandolina M.T. Luccas
 Assistente de Chefe Técnica
 Registro 10.913



Matéria PL 78/2001. RUBENS GONÇALVES JUNIOR

Sucesso das incubadoras

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) tem obtido bons resultados na difícil tarefa de aumentar a longevidade de pequenas e médias empresas utilizando o processo de "incubadoras de empresas". Essa iniciativa envolve a criação de centros de formação e desenvolvimento de empresas ligados a universidades, instituições de pesquisas, associações de classe, enfim, todo tipo de apoio que sustente o sucesso do empreendimento. Os dados da Fiesp mostram que, há cinco anos, metade das empresas que participavam dos projetos de incubadoras acabava desaparecendo. No ano passado, esse índice caiu para 15%. O mais importante é que a empresa que sobrevive depois de "incubada" avança no mercado, aumenta o faturamento e o volume de clientes.

O coordenador do programa de incubadoras da Fiesp, Armando Picerni, afirmou que, "apesar de ser uma escola, as incubadoras geram emprego e tributos". A Fiesp gerencia 17 dessas iniciativas e a previsão é atingir 24 incubadoras até o final deste ano. Em Limeira, que já é um centro de produção de bijuterias no País, uma empresa que existia desde 1986, depois de "incubada", aumentou sua receita em 400%. O posicionamento da empresa no mercado mudou porque o empresário recebeu treinamento qualificado. O dono da empresa de Limeira mencionada como exemplo resumiu sua própria evolução: "A empresa surgiu antes, mas o empresário nasceu na incubadora." Ao longo de dois anos, esse empresário, por meio de parcerias com instituições de ensino, recebeu formação gerencial, suporte técnico, administrativo e mercadológico

**Já existem
mais de 230
incubadoras
de empresas
funcionando
no Brasil**

co para estar melhor preparado, desde a fase de planejamento até a produção e venda de seus produtos. Antes do período de incubadora essa empresa empregava 6 pessoas. Dois anos depois, a empresa tem 25 funcionários.

Em setembro, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec) listou 234 incubadoras de empresas no Brasil, um pouco menos que as 250 que existem na Coreia, mas muito menos que as mais de 1.500 que atuam nos Estados Unidos. As incubadoras de empresas ainda apresentam forte concentração em certos setores: segundo os dados da Anprotec, 72% das incubadoras

se dedicam à área de informática e 47% à eletroeletrônica. O grande espaço para o desenvolvimento das incubadoras está, porém, nas pequenas e mi-

croempresas da indústria de transformação e serviços.

Aspecto importante do projeto das incubadoras é que as empresas que passam por esse processo mantêm vínculos com os institutos universitários mesmo depois de "graduadas", como ressaltou o coordenador de programa da Fiesp. Várias entidades parceiras, universidades ou centros de formação como o Sebrae, conseguem, através da manutenção desse vínculo, sustentar os núcleos de capacitação profissional e de repasse de novas tecnologias. Não é apenas em tecnologia de ponta que a incubadora pode consolidar empresas e gerar empregos: parcela considerável dos pesquisadores nas universidades lida com "baixa tecnologia" e pode colocar à disposição de empresários soluções novas para problemas antigos de produção em diversos setores.

18-09-02

12 - EMPRESAS

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Brasil já é o terceiro maior incubador de empresas

EXISTEM 234 CENTROS DE DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS NO PAÍS. EM 2001 ERAM 150.

O Brasil está cada vez mais preocupado em buscar soluções próprias, idéias inovadoras e novos processos para melhorar sua economia. Prova disso é o número crescente de incubadoras, centros que incentivam micro e pequenas empresas a se lançar no mercado de forma competitiva. Existem atualmente 234 incubadoras no País, contra as 150 computadas no ano anterior.

O Brasil já ocupa a terceira posição no ranking dos maiores países incubadores do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e Coréia. A mortalidade das empresas brasileiras incubadas também está caindo. Passou de 42% para 23%, segundo levantamento da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec).

De acordo com pesquisa da entidade, 57% das incubadoras brasileiras são de base tecnológica, 29% são tradicionais e 14% são mistas. Para o presidente da Anprotec, Luís Afonso Bermúdez, o crescimento das incubadoras se deve principalmente à política do governo de apoio às empresas de in-

formática. "É uma área que exige pouco investimento e boas cabeças, o que o Brasil tem muito", diz Bermúdez.

Universidades – A maioria das incubadoras está ligada a universidades e centros de pesquisa. Metade delas está localizada num raio de até 1 km de distância dos centros.

No ano passado, 34% das incubadoras tiveram uma entre quatro empresas graduadas que permaneceram no mercado, 52% delas com faturamen-

to médio de R\$ 180 mil e 17% com faturamento médio de R\$ 360 mil. Dentro das incubadoras existentes já foram formadas no total 1.731 empresas.

As empresas em gestão nas incubadoras compartilham o mesmo espaço físico e têm, em média, três anos de uso comum do ambiente. Depois partem sozinhas rumo à competição de mercado.

Casos de sucesso – A Lasertools, que desenvolveu um tipo de laser dos mais precisos já

encontrados no mundo, é um caso de empresa bem sucedida. Entre seus clientes está a Ford americana e a Telefônica.

A empresa fatura cerca de R\$ 80 mil por mês, conta com 14 funcionários e vem se destacando por suas inovações. Para a Ford, desenvolveu uma solução de gravação de chassis que é impossível de ser alterado. Depois de 3 anos e meio hospedada em uma incubadora, já desenvolveu 3 tipos de laser.

Tsuli Narimatsu

OPINIAO

COOPERATIVAS DE TRABALHO: POR QUE CONTRATÁ-LAS

É certo que as empresas não contratam porque querem, mas porque precisam da força de trabalho de terceiros.

Isso não deve ser motivo de vergonha em afirmar, mas sim uma análise objetiva. Porém, nem por isso essa realidade deve ser analisada somente sob esse enfoque.

De todas as formas de contratação existentes, certamente o contexto das cooperativas de trabalho apresenta o maior grau de desconhecimento, preconceitos, conceitos mal-formados basicamente por dois motivos: o primeiro, por ser um fenômeno absolutamente novo em relação a outras modalidades de contratação; o segundo, por propor o trabalho fora do contexto do emprego.

A contratação de cooperativa desse tipo está prevista na Constituição Federal, legislação ordinária e até na CLT. No entanto, a sua contratação requer a compreensão de alguns aspectos. Ao se utilizar uma cooperativa de trabalho, o empresário deve entender que:

a) o risco de reclamações trabalhistas advindo desse fato não é maior nem menor do que a contratação em qualquer das modalidades celetistas conhecidas;

b) as cooperativas de trabalho não servem para diminuir o passivo trabalhista de quem as contrata, tampouco fazem a "mágica" de impedir reclamações trabalhistas, uma vez que o acesso ao poder judiciário é um direito constitucional. Ou seja, como se verifica, as cooperativas de trabalho não são "boas" nem "más", como acreditam alguns analistas superficiais. O que faz a diferença,

e muita, é a forma de sua utilização que, se bem feita, poderá trazer inequívocos e desejáveis ganhos para todos, principalmente para o sócio-cooperado.

A fim de corroborar com o que acima afirmamos, podemos com segurança garantir que todos aqueles empresários que contratam cooperativas de trabalho adequadamente têm colhido frutos pra lá de positivos. Tanto é assim que o Poder Judiciário, em identificando a idoneidade da relação entre tomador de serviços e cooperativas de trabalho, têm exarado inúmeras sentenças favoráveis tanto às cooperativas quanto às empresas que as contratam. O con-

Os empresários que contratam cooperativas de trabalho adequadamente têm colhido frutos pra lá de positivos

trário também é verdadeiro, uma vez que o mau exemplo está em toda a parte como, por exemplo, de um promotor que mata a esposa grávida, como recentemente ocorreu, ou de um juiz que se envolve em desvio de verbas públicas na construção de determinado tribunal, como aconteceu, bem como de empresário que se refugia no exterior para não ser preso em seu país por apropriação de verbas públicas, como há pouco foi noticiado.

Os benefícios aos sócios-cooperados ocorrem quando o empresário contrata corretamente a cooperativa de trabalho, proporcionando-lhe trabalho e renda, por exemplo. A cooperativa adequada eleva em média o rendimento nominal do sócio cooperado em 35% em relação

ao trabalhador celetista que exerce a mesma atividade. Além de proporcionar-lhe maior flexibilidade de jornada de trabalho, retirar a crença de que precisa da tutela do estado para gerir sua atividade laborativa, quebra da sua condição de hipossuficiência, remetendo-o à condição de supersuficiência, dentre muitos outros aspectos.

O tomador de serviços desse tipo de contratação também se beneficia. O sócio cooperado, sendo dono de seu negócio, trata-o de forma muito mais responsável e séria, que reflete inapelavelmente no aumento de produtividade de sua atividade. A natureza jurídica

da sociedade cooperativa permite uma redução dos encargos sociais para quem a contrata, o que não deve ser em hipótese alguma motivo de vergonha, pois abemos que o ônus na contratação celetista é da ordem de 102%.

Mas tudo isso só ocorre se o contratante de cooperativa tomar as devidas cautelas, que se observadas possibilitam a geração de trabalho, renda e produtividade. Esse fato só serve de estímulo ao funcionamento da própria economia calcada nos princípios da livre iniciativa (capital) e consumo (trabalho). Eis o sistema capitalista funcionando em sua plenitude. com isso que devemos nos preocupar. ●



**José Eduardo
Gibello Pastore**

Advogado
especializado
em direito associativo

cooperativas passaram não só a ser administradas pela Prover como também são assistidas em outros âmbitos. "Damos orientações técnicas, comerciais e participamos de algumas negociações com fornecedores, bancos e clientes", explica Ferreira. Elas continuam com vida financeira independente e remuneram o sistema Prover com um percentual de seu faturamento.

As vantagens para as três cooperativas que atualmente compõem o sistema Prover são muitas. "É a força do grupo", diz o assistente, lembrando que as negociações, nesse caso, são mais vantajosas.

Uma delas é a otimização dos custos com o setor administrativo. Há um escritório central com toda a infraestrutura necessária e funcionários para atender a demanda das cooperativas. Isso dispensa a necessidade de cada uma manter sua própria administração.

Além disso, a Prover conseguiu montar um pacote de benefícios para os cooperados que possui, atualmente, mais de 21 itens. Além da tradicional assistência médica e odontológica, há convênios com óticas e farmácias, linhas de crédito pré-aprovadas e fundos para férias, dentre outros.

Outro diferencial – uma conquista da Prover para as cooperativas de seu sistema – é o oferecimento de um seguro contra reclamações trabalhistas. "A cooperativa que se vir envolvida num processo trabalhista em que foi derrotada, pode acionar o seguro para pagar o cooperado", explica Ferreira.

O cooperado não foi deixado de lado pela Prover e as vantagens vão além do pacote de benefícios. Segundo Ferreira, há sempre um grupo de gestores que pode ser contactado facilmente. São pessoas que encaminham as requisições que possam existir por parte dos cooperados.

As cooperativas do sistema Prover – A Prover Condomínios atende a demanda dos serviços de condomínio – portaria, limpeza e zeladoria, entre outros.

Fundada em 1998, possui cooperados nas cidades de Curitiba, Salvador, Goiânia, Fortaleza e São Paulo.

Ao todo, a Prover Condomínios conta com 800 cooperados. Segundo Juarez Ferreira, a cooperativa destaca-se por sua estrutura, organização, desenvolvimento tecnológico e qualidade de seus serviços.

Os cooperados da Prover Condomínio chegam ao posto de trabalho prontos para a função. Ferreira explica: "o tomador de serviços elabora um memorial descritivo com suas necessidades e o treinamento é feito com base nisso".

A Conserv – Cooperativa Nacional de Serviços – atua na prestação de diversos serviços para empresas. São eles processamento eletrônico de documentos, organização de arquivos, administração de centros de processamento de dados, digitalização e digitação de documentos, trabalhos gerais de escritórios, desenvolvimento de aplicativos de informática, pesquisa e prospecção de mercado, entre outras atividades.

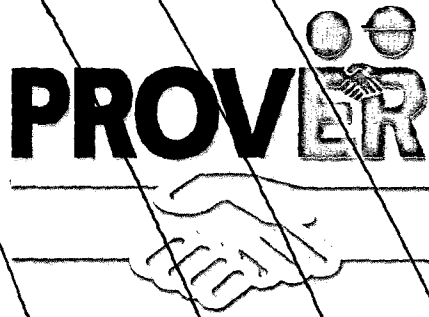
Desde que aderiu ao sistema Prover, a Conserv passou por uma reestruturação profunda que, já foi de 30 para 400 sócios-ativos.

A Coopserv é outra cooperativa que faz parte do sistema. Ela pretende atender hotéis, clubes, flats e restaurantes com camareiros, cozinheiros, recepcionistas e serviço de bar.

A cooperativa, assim como aconteceu na Conserv, está sendo reformulada e, em breve, estará atendendo esse setor.

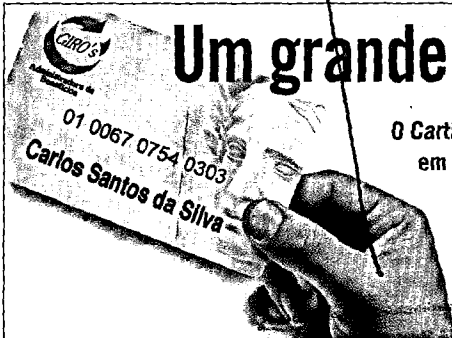
SERVIÇO

Sistema Prover de Cooperativas de Trabalho e Produção
 Rua Joaquim Antunes, 668 - Pinheiros - São Paulo - SP
 Tel: (11) 3066-3250 - e-mail: prover@provercoop.com.br
 site: www.provercoop.com.br



Um grande aliado para facilitar a sua vida

O Cartão Giro's é um cartão de benefícios, que proporciona descontos e vantagens em inúmeros estabelecimentos, trazendo conforto e praticidade para os associados. Conheça as vantagens exclusivas do cartão Giro's.



R. Joaquim Antunes, 668 - 2º and. - São Paulo - SP - CEP 05415-010
 Tel: 11-3062-4399 - e-mail: girosbeneficios@girosbeneficios.com.br
www.girosbeneficios.com.br



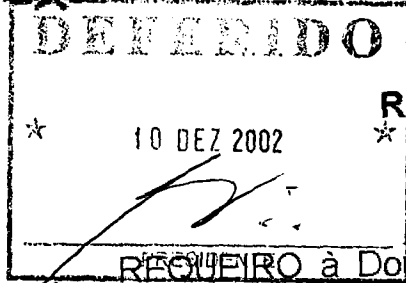
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEQUE, juntado nesta data. rubricado em
 folha nº 73276
 Assistentente de Chetia Tecnie

EASYCOOP



Câmara Municipal de São Paulo

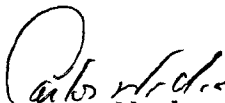


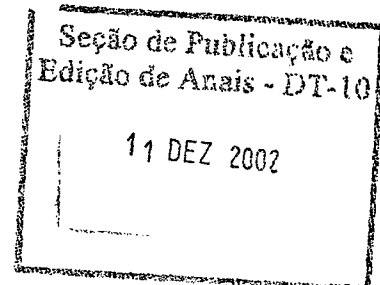
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-2811/2002

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2002.


Carlos Neder
Vereador - PT



A NOVA BURGUESIA

Para o físico Sylvio Goulart Rosa Filho, o País precisa construir um modelo em que universidade e poder público criem pequenas empresas

CLÁUDIO CAMARGO

Ele corresponde exatamente à imagem que as pessoas fazem de um cientista: loquaz, agitado, muito falante e apaixonado pelo trabalho. Aos 62 anos, o físico Sylvio Goulart Rosa Filho, ex-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), dirige a Fundação ParqTec, a primeira "incubadora" (entidade criada para desenvolver pequenas empresas) do Brasil, localizada na cidade paulista de São Carlos. A maior das 234 incubadoras de empresas do Brasil, a ParqTec é a menina dos olhos de Rosa Filho. Com apenas 17 anos, a entidade promove e gerencia uma união de esforços entre universidades (USP e Universidade Federal de São Carlos, a UFscar), empresas e poder público que permitiu a transferência rápida de tecnologia para a produção, transformando a região num dos maiores pólos de tecnologia do País. Um dos principais resultados desses esforços foi o desenvolvimento do design de cerâmica de decoração, tornando o Brasil o terceiro maior exportador. Não é à toa que algumas indústrias da região e até funcionários altamente qualificados de grandes empresas estão sendo atraídos para São Carlos. No mês passado, a cidade realizou a Oktobertec, um mês de tecnologia no qual se destaca a Feira de Alta Tecnologia (Feal-



ROSA FILHO: "Tecnologia nas empresas significa produtos e serviços mais competitivos"

tec). Em 2003, está prevista a inauguração do Science Park, que vai transformar a região numa megaincubadora capaz de acolher 56 empresas. Rosa Filho está convencido de que o modelo gerido pela ParqTec – transferência rápida de tecnologia gerada nas universidades para a pequena empresa – é a maneira mais eficaz de o Brasil se inserir na economia globalizada. "A riqueza hoje é o conhecimento. Está na hora de criarmos um novo empresário. Não somos mais o país do futuro. Isso é tarefa para uma ou duas gerações", diz.

ISTOÉ – A Fundação ParqTec transformou São Carlos num pólo de alta tecnologia. Qual foi a origem dessa idéia de unir esforços entre universidade, em-

presas e poder público para transferir tecnologia à produção?

Sylvio Rosa Filho – A fundação foi criada em 1984 por iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para fazer a interação universidade-empresa, isto é, para promover o pólo de tecnologia de São Carlos, numa iniciativa do então presidente do CNPq, prof. Rynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Foram criadas cinco dessas fundações: Campina Grande (PB), São Carlos (SP), Amazonas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo inicial era formar incubadoras de empresas. O prof. Rynaldo tinha visto que esse fenômeno se desenvolvia de maneira muito vigorosa na Europa, que seguia, com certo atraso, aliás, os EUA, e viu que o Brasil precisava tomar uma

iniciativa e esta teria que ser resultado de políticas públicas. Assim o CNPq criou os mecanismos de produção de conhecimentos gerados na universidade para transferência para o setor produtivo via criação de empregos. A incubadora é um espaço físico, com estrutura de apoio às empresas nascentes, onde elas têm um ambiente amistoso no período de crescimento. É como um ser vivo. Tentamos produzir as condições ideais para que as empresas nascentes, que são muito frágeis, se desenvolvam. Os nossos empresários têm boa qualificação técnica, mas pouca tradição no conhecimento da gestão empresarial. Mesmo numa empresa de base tecnológica, o componente de gestão tem um peso fundamental; só tecnologia não garante o crescimento empresarial. Depois fornecemos recursos: no início, os candidatos a empresários têm projetos e idéias sobre quais serão os produtos, e a Fundação ParqTec fornece o laboratório para que eles possam desenvolvê-los e colocá-los no mercado. Esse esforço é apoiado por várias entidades como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o CNPq. O projeto cresceu tanto que 30% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade está ligado à ciência e tecnologia.

ISTOÉ – *A concepção desse modelo é voltada para o pequeno empresário?*

Rosa Filho – O modelo desenvolvido aqui em São Carlos é a pequena empresa. Para nós, esse tipo de modelo é a maneira como o Brasil deve se inserir na economia mundial. Se não tivermos tecnologia nas empresas, não teremos poder de barganha. Tecnologia nas empresas significa produtos e serviços mais competitivos. Isso é uma condição necessária, mas não suficiente. Veja-se o exemplo dos agronegócios. O Brasil hoje se tornou o País mais competitivo do mundo neste setor porque juntou o empresariado moderno com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Fez-se uma revolução no campo. Para vencer todas as barreiras, necessita-se de tecnologia na empresa e de políticas públicas de “meter os cotovelos”, para abrir os mercados lá fora. Isso é o que todo mundo faz. E isso mostra que o Brasil pode ser competitivo, através da educação de qualidade acessível e da promoção de todos os

mecanismos de transferência de tecnologia. A parte forte, aqui, está na universidade. Temos a USP, a UFScar e as duas Embrapas. Nosso forte são as ciências exatas – física, química, computação e engenharia de todas as variedades. Temos uma concentração muito grande de talentos qualificados: em cada 30 habitantes, uma pessoa faz pesquisa. Isso é o que faz a diferença. Temos na região de 100 a 120 empresas de base tecnológica, que formam o complexo do pólo tecnológico de São Carlos, no qual a Fundação ParqTec atua como articuladora. Nosso modelo indica como o Brasil pode deixar de ser pobre. Esse pólo foi uma ação de articulação política: construir um modelo de desenvolvimento baseado em educação de qualidade, democraticamente acessível, aberto, em que as pessoas se integrem nesse esforço. É valorizando

Em 300 anos de escravagismo, criamos uma elite de baixa categoria, que desmatou, poluiu e roubou. Precisamos criar um novo empresário, uma nova mentalidade

No Brasil, tudo é desestimulado. Temos que dar oportunidade às pessoas de arriscar

o espírito empreendedor. Assim, trata-se de um processo de gerar tecnologia com o conhecimento nas universidades, estimular o empreendimento também nas universidades, criando-se “canais desenfartados” para transferir essa tecnologia.

ISTOÉ – *Mas não se pode dizer que todas as idéias apresentadas pelos pretendentes a empresários empreendedores sejam boas...*

Rosa Filho – Aqui na fundação nunca dizemos não, mesmo que a idéia não seja tão boa. Dizemos: vamos estudar mais, elaborar um pouco. Estimulamos a pessoa a estudar mais, a melhorar a percepção de seu produto para aperfeiçoá-lo, antes de se tornar empresário. Porque a história do Brasil sempre foi a história da negação. Aqui tudo é desestimulado.

A nossa idéia é justamente proporcionar para quebrar esse círculo. Temos que dar oportunidade às pessoas de arriscar. Temos a incubadora mais antiga da América Latina. Tanto é assim que temos empresas que vêm de outras cidades para se beneficiar da nossa experiência.

ISTOÉ – *Pode-se dizer que a locomotiva de São Carlos é a tecnologia de informação?*

Rosa Filho – Sim, é a mais frequente. As universidades daqui são boas em engenharia de automação, física, química, engenharia química, computação, engenharia de ciência dos materiais, automação óptica. São Carlos hoje é o centro de óptica de precisão mais importante do Brasil. Temos nove ou dez pequenas de empresas óptica de precisão aqui.

ISTOÉ – *Quais foram os principais setores em que a tecnologia desenvolvida através da ParqTec gerou frutos?*

Rosa Filho – Um dos mais importantes é a prototipia, permitindo que pequenas empresas obtenham protótipos de seus produtos a baixo custo para participar de concorrências. O outro foi a cerâmica de decoração. Em termos gerais, nosso modelo foi baseado na experiência da Emiglia Romana, na Itália. Lá, no pós-guerra, foram criados vários mecanismos de associações de apoio a pequenas empresas. Elementos de modernização tecnológica, como laboratórios baseados nas universidades, auxiliaram a formação daquele complexo de pequenas empresas. Os produtores se congregavam em cooperativas, associações e sindicatos. Para dar suporte a isso, foi criado um centro de pesquisa para garantir a qualidade, padrão, denominação de origem dos produtos. A região produz alimentos, madeiras, móveis, tecidos, além de cerâmica de revestimento.

ISTOÉ – *Como a tecnologia da cerâmica de decoração colocou o Brasil na vanguarda dessa atividade?*

Rosa Filho – Volto à experiência da Itália. Na região em volta de Bolonha, por causa da argila de lá, foi constituído um conglomerado de empresas de cerâmica. E aqui perto de São Carlos existe uma floração de argila de qualidade. Assim, nossas cerâmicas estão montadas literalmente em cima dessas lavras de argila.

Não nos restringimos apenas às cerâmicas de tijolos e calhas. Aqui, todo esse setor foi modernizado, criamos laboratório e desenvolvemos a cerâmica de decoração, agregando uma identidade nacional ao produzir design próprio. E isso representa um valor agregado enorme. O Brasil se tornou o terceiro maior exportador mundial de cerâmica de decoração. Os principais produtores são China, Itália, Espanha e, agora, o Brasil.

ISTOÉ – Como é possível uma empresa de pequeno porte se tornar competitiva no mercado global?

Rosa Filho – Veja o exemplo da Ferrari. Hoje, ela pertence à Fiat, mas surgiu como uma empresa familiar de Maranello. Todos os componentes dos carros eram feitos por pequenas empresas. Esse é um dos exemplos mais marcantes de que elas podem ser competitivas e entrar no mercado mundial. As empresas exportadoras de luvas na Itália são todas pequenas, mas têm padrões de qualidade, alta tecnologia, etc. Esse é o nosso modelo. Para viabilizá-lo, fizemos um estudo: qual era a oferta tecnológica desta região? O que temos de excelência em termos de professores, pesquisa, programas de graduação e pós-graduação? Fizemos um mapeamento da oferta tecnológica. Depois, um mapeamento da demanda das indústrias regionais. E aí, fizemos o cruzamento.

ISTOÉ – Grandes empresas, como a Volkswagen, a Embraer e a TAM estão na região de São Carlos. Essas conglomerados têm alguma participação no processo no pólo tecnológico?

Rosa Filho – Elas também fazem parte desse "ecossistema". A TAM, por exemplo, está nacionalizando os componentes de suas aeronaves que antes ela comprava no Exterior. Uso a imagem do ganso para fazer o foie gras: temos que alimentar a pequena empresa da mesma maneira. Dando comida em intervalos curtos, com gestão administrativa, modernização tecnológica. Afinal, o empresário tem que renovar os produtos, senão a empresa fica tecnologicamente envelhecida. E, em terceiro lugar, é necessário injetar recursos.

ISTOÉ – Como obter recursos num momento de crise?

Rosa Filho – Na fase inicial, são recur-

sos do próprio candidato a empresário, amigos, familiares, etc. Mas aqui, na ParqTec, ele terá uma sala, telefone, internet, sala de reunião, sala de treinamento. É como no cinema novo: uma idéia na cabeça, uma câmera na mão. O candidato a empresário vem e desenvolve sua idéia com o apoio da fundação. No começo, entramos mais com suporte administrativo. Depois existem linhas de apoio, como a da Fapesp. O empresário pode ganhar bolsa se o projeto for aprovado. Temos também feiras de tecnologia, como a Oktobertec, que mostram as atividades tecnológicas da região e dão visibilidade a essas empresas e às tecnologias por elas desenvolvidas.

ISTOÉ – A participação do poder público é independente da cor política do governo que ocupa a prefeitura?

O Brasil deveria optar pelo desenvolvimento tecnológico. Senão, ficará sempre exportando sapato, suco de laranja e soja

Não somos mais o país do futuro. A mudança é tarefa de uma ou duas gerações. A riqueza hoje é o conhecimento

Rosa Filho – O pólo tecnológico é resultado de ações políticas da comunidade nos últimos 50 anos. A vinda da USP para cá foi uma mobilização para se trazer a escola de engenharia. A prefeitura doou o terreno. Houve ainda a mobilização para trazer a Universidade Federal, a primeira federal de São Paulo. O município também doou terreno onde está instalada a federal. Eu diria que essa vocação faz parte da cultura da cidade.

ISTOÉ – O Brasil tem uma política industrial coerente?

Rosa Filho – O Brasil teria que ter uma política pública de nacionalização de tecnologia. Um governo normal não pode fazer escolhas baseado apenas em critérios econômicos, tem que ter uma política industrial. A Petrobras, em vez de

desenvolver tecnologia de plataforma aqui, encomenda lá fora na Noruega e em Cingapura. Se o custo de fabricação for maior aqui, o governo deveria entrar com a diferença. No caso da Embraer, também. Mesmo que esse avião que eles oferecem à FAB (a Mirage 2000-5, em consórcio com a Dassault, com transferência de tecnologia) não seja tão bom, o Brasil deveria optar pelo desenvolvimento tecnológico. É uma questão de política. Senão o País ficará sempre exportando sapato, suco de laranja e soja. Hoje nós não temos o poder de fazer preços. Como se sentar à mesa onde é discutida a divisão da riqueza no mundo? Uma condição é tecnologia própria. Precisamos insistir nesse caminho.

ISTOÉ – Mas será que a globalização deixa alternativas? A própria Ferrari,

que o sr. citou como um exemplo de pequena empresa que se viabilizou, acabou comprada pela Fiat, a gigante italiana automobilística...

Rosa Filho – O que ocorre com o Brasil é que perdemos os controles da economia, não estamos no comando dos botões. Por que isso? Na história do Brasil, o rico sempre roubou do pobre, desmatou, poluiu, enfim, dilapidou a natureza. Foram 300 anos de regime escravocrata que produziram uma elite de baixa categoria, totalmente descomprometida com o futuro do País. Aliás, nem sequer com o futuro da própria família: o que o pai roubava, o filho desperdiçava e o neto precisava roubar novamente. Não é como aconteceu na Inglaterra,

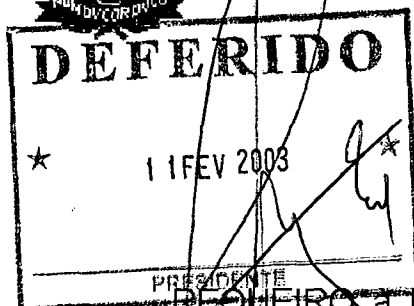
onde a elite, no início, roubou, mas depois de um tempo se saciou. Criou-se a normalidade e o estupro parou. No Brasil, o estupro continua. O País não é aceito na mesa de negociação dos grandes porque não tem credenciais para tanto. Uma das razões é a baixa tecnologia. Veja-se a Índia, que desenvolve muita tecnologia. Outra questão brasileira é a miséria, a desigualdade. Não temos mais tempo, o Brasil não é mais o país do futuro. A mudança é tarefa de uma ou duas gerações. A riqueza hoje é o conhecimento. Precisamos criar confiança, auto-estima, empresários que sabem que vão vencer porque têm conhecimento. Nada a ver com arrogância. O modelo de capital e tecnologia desenvolvido na ParqTec é uma tentativa de abandonar essa herança do escravagismo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, juntado nesta data, rubricado sob
folha nº 77a 80, 12/02/09
~~Mitochondria~~ M.T.L. Luccas
Assistente de Ordem Técnica
Registro 10.913



Câmara Municipal de São Paulo

atualizado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 74 do processo nº 107
nº 74 de 20 01
Mirandolina M. T. Mendes
Assistente de Chefia
10.913



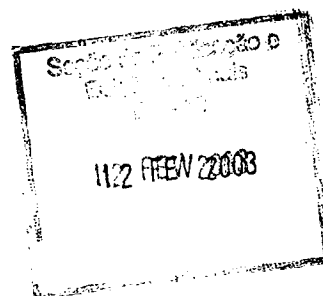
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0034/2003

REQUEIRO a Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2003.


Carlos Neder
Vereador - PT



PRINCÍPIOS DE TRABALHO DA ITCP-USP

A fim de possibilitar um trabalho de resgate das experiências cooperativas, muitas vezes não reconhecidas pelas pessoas das comunidades com quem trabalhamos, nós nos apoiamos na forma de trabalho desenvolvida pelo Prof. Paulo Freire.

A interdisciplinaridade na composição de nossas equipes de trabalho e na abordagem das questões com os grupos são também um fundamento de nosso trabalho. Como resultante desses princípios, além de colocar em questão a própria organização do trabalho através da auto-gestão, questionamos os núcleos dos saberes específicos das disciplinas parcelares da universidade, visando constituir um outro poder.

REDE NACIONAL DE ITCPs

Além de um projeto interessante para a própria USP, a ITCP-USP vem se consolidando como uma forma de ação universitária nacional: São mais de 23 universidades que hoje executam esse tipo de trabalho em todo o país.

Desde 1999 diversas ITCPs compõem a Rede Nacional de ITCPs, com coordenações regionais e nacional eleitas em reuniões plenárias. A professora Sônia Kruppa da ITCP-USP coordena nacionalmente a Rede de ITCPs desde Dezembro de 2002.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

Av. Prof. Lúcio M. Rodrigues Trav. 4, nº 256
Cidade Universitária, São Paulo - SP
CEP 05508-900 Fone/Fax: 3091.5828/4400
e-mail: itcpusp@hotmail.com

CONTATOS DE ALGUMAS COOPERATIVAS:

Cooperlimpabem

5833-6971
3749

Cooperativa de Reciclagem e Artesanato do Capão

Redondo

5821-3917

CooperRemo

3091-5828

Cooperativa Esperança

5873-4412 / 5821-2125

Verso Cooperativa de Psicologia

3865-7618

Cooperbrilha

3091-5828

Cooperativa Microconfecções e Moda

6498-6516

Cooperativa de Costura de A a Z

5833-0474

Cooperativa Começar de Novo

5823-4591 / 5824-9901

Cooperativa de Culinária Delícias

5831-4252

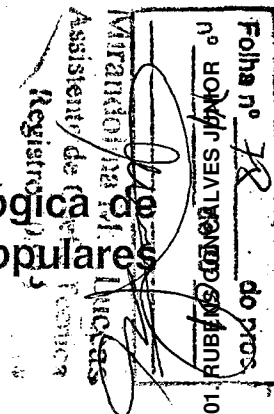
Cooperativa do Sabor

9366-4187



Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
Universidade de São Paulo

Incubadora Tecnológica de
Cooperativas Populares



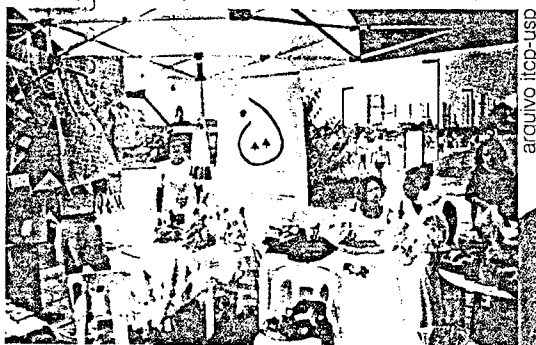
HISTÓRICO DA ITCP-USP

Em setembro de 1998 um conjunto de professores, funcionários e estudantes da Universidade de São Paulo, convidados pelo Prof. Dr. Paul Singer, começaram a planejar a criação de um projeto que, à semelhança de uma experiência da COPPE/UFRJ, fizesse o acompanhamento de grupos populares para a formação de cooperativas.

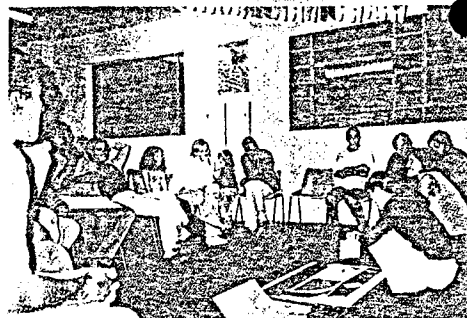
Em novembro do mesmo ano começaram a discutir o cooperativismo com moradores da região do Rio Pequeno, próxima à USP. Esses moradores formam, desde de abril de 1999, a Cooperbrilha - Cooperativa de Trabalho Força da Lua Brilhante. A exemplo dessa experiência, o projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP seguiu conhecendo novos grupos no intento de iniciar novos processos de incubação.

A ITCP-USP foi lançada oficialmente como projeto da CECAE-USP no auditório da Escola Politécnica em maio de 1999. Em julho daquele mesmo ano celebramos nosso primeiro convênio com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, dentro do Proninc - Programa Nacional de Incubadoras e, junto a ele a aquisição de material permanente da Fundação Banco do Brasil. Há quatro anos desenvolvemos o projeto da Incubadora firmando novas parcerias.

Divulgação das cooperativas na USP



arquivo itcp-usp



Formação em Cooperativismo

A CNM/CUT - Confederação Nacional dos Metalúrgicos e a SERT/SP - Secretaria do Estado de São Paulo de Relações do Trabalho foram outras parcerias que fizemos ainda em 1999. Ambos previam a formação de grupos em regiões diversas de nosso Estado. Desse trabalho resultou a formação de alguns grupos distribuídos por toda a grande São Paulo e no interior e litoral do Estado (Vale do Paraíba e Praia Grande).

Outros trabalhos foram sendo acertados, valendo ressaltar que a partir do ano de 2001 iniciamos atividades diretamente com prefeituras, as quais visavam formar cooperativas populares a partir de programas sociais. Dois projetos ainda se encontram em desenvolvimento com a Prefeitura de São Paulo, e dois outros estão sendo feitos em convênio com a Prefeitura de Guarulhos. Tais experiências vêm nos colocando novas questões com referência à Economia Solidária como política pública, cuja discussão é eminentemente uma pauta central de nossa Universidade.

O QUE SOMOS E ONDE ESTAMOS NA USP?

No dia 20 de agosto de 2001, por meio de uma portaria do então Reitor da USP, Prof. Dr. Jacques Marcovitch, passamos a ser, de Projeto da CECAE, a Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP com um Conselho Acadêmico, conseguindo, com isso, maior reconhecimento institucional. Nosso espaço de trabalho, desde 1999, localiza-se no barracão 28, atrás do antigo Hospital Veterinário.

RESUMO DAS AÇÕES DA ITCP-USP

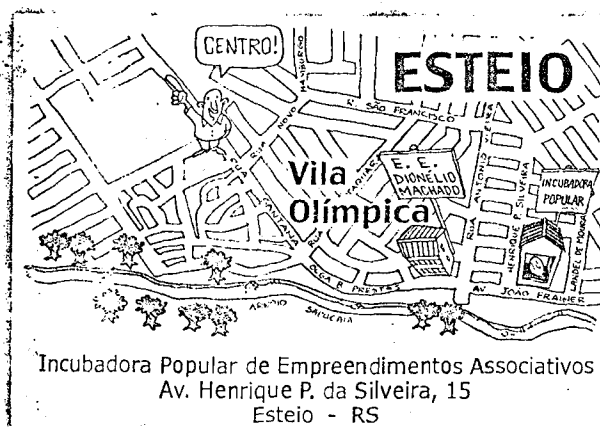
fls. 109

A partir de 1998 nossas atividades passaram por um processo de crescente ampliação, sendo que em meados de 2002 a ITCP-USP já havia trabalhado com milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados em quase uma centena de grupos. Muitos desses não chegaram a se transformar de fato em cooperativas, no entanto, o trabalho de formação resgata sentidos políticos muitas vezes perdidos nas vidas dessas pessoas, bem como das nossas.

Em outubro de 2002 cerca de 4 projetos estão em andamento, desdobrando-se em dezenas de formadores organizados em diversos GEPEMs - Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar, a célula de trabalho da ITCP-USP, onde um conjunto de formadores se responsabiliza por todo o processo de incubação dos grupos.

Dos projetos em andamento, dois são realizados com a Prefeitura de São Paulo e dois com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. Os projetos paulistanos estão localizados na Zona Sul da capital onde a ITCP-USP, a partir dos programas de bolsa da Prefeitura, realiza o acompanhamento dos grupos beneficiados.

De modo semelhante é o que ocorre também em Guarulhos onde a meta é a formação de uma estrutura do próprio poder público no apoio aos empreendimentos. Quicá nesse projeto tenhamos a formação de novas ITCPs. O segundo projeto é o Escola Itinerante, uma parceria com três entidades (o Instituto Vereda, a Integra Cooperativa e o Escritório Piloto da USP) que visa a formação de trabalhadores na área de construção civil, através de capacitação técnica, formação em Cooperativismo e Educação básica.



CENTRAL AUTOGESTIONÁRIA
Central de Cooperativas e Associações Autogestionárias do RS
Praça Rui Barbosa, 220 - 90030-100 - Centro
Porto Alegre - RS
centralautogestionaria@bol.com.br

METROPLAN
Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
Rua Carlos Chagas, 55 - 1º andar - Sala 105 - Centro
Porto Alegre - RS
programaintegrado@metroplan.rs.gov.br
www.metroplan.rs.gov.br

Apoio:

 central autogestionária

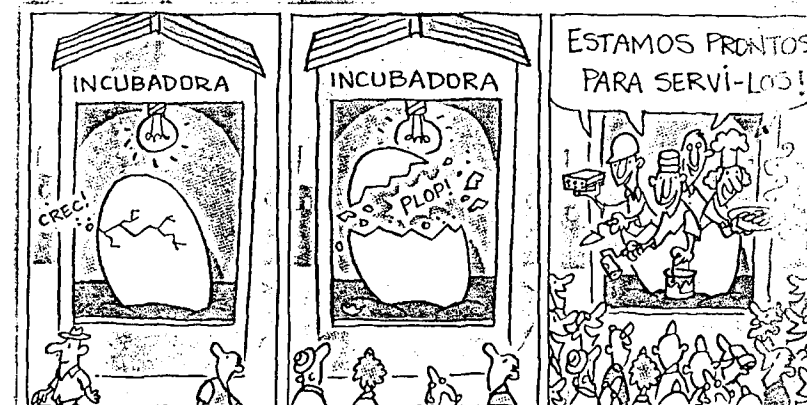
 gtz
Sociedade Alemã de
Cooperação Técnica

Realização:

 Programa Integrado
Gestão Participativa - Inclusão Social
Desenvolvimento Sustentável
Núcleos Comunitários de Desenvolvimento
Fórum da Sub-Bacia do Arroio Sapucaia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento



Incubadora Popular de Empreendimentos Associativos

Assessoria de Comunicação
Miranda/na M.T.L.
Registro 10.913

Folha nº 19
Rubens Gonçalves
Meyreia, PL 74/2001
09/20/01

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da METROPLAN, está implantando o Programa Integrado para Recuperação de Áreas Degradadas na sub-bacia do Arroio Sapucaia.

O Programa Integrado busca promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da comunidade, restabelecendo a cidadania com dignidade e qualidade de vida, realizando obras e serviços demandados pela comunidade no Orçamento Participativo Estadual.

A comunidade de Esteio conquistou, nas assembleias do OP-RS, a implantação da Incubadora Popular.

É um espaço estruturado para viabilizar o processo de discussão, formação e legalização de cooperativas e associações, apoiando os interessados com assessoria especializada.

que COOPERATIVA

A cooperativa ou associação é a união coletiva e voluntária de pessoas que tenham objetivos em comum, neste caso a produção de produtos e serviços.

As cooperativas baseiam-se em valores ético-solidários, de honestidade, de responsabilidade social, de ajuda mútua, de democracia e participação.

São ações alternativas para a geração de trabalho e renda em nível local, nas comunidades, para os trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo.

O trabalho como produção de vida, valorizando as relações humanas ao invés da exploração de pessoas, onde o trabalho coletivo e cooperado supera o individualismo e a competição predatória.

São iniciativas onde os trabalhadores e trabalhadoras são os gestores do negócio e a sobra (lucro) remunera o trabalho ao invés de gerar a acumulação de capital ou a sua remessa para o exterior.

Venha conhecer nosso trabalho, temos produtos e serviços de qualidade, feitos por profissionais da comunidade.

O objetivo é a criação de redes solidárias de negócios e consumo, fazendo com que o dinheiro circule dentro da própria comunidade, gerando desenvolvimento econômico local.

O sucesso desta Incubadora vai torná-la uma referência para novos empreendimentos como este. Isto será uma vitória da comunidade contra o desemprego e a exclusão social.

Participe do Núcleo Comunitário de Desenvolvimento e conheça estas iniciativas.

Idade quer dizer experiência,

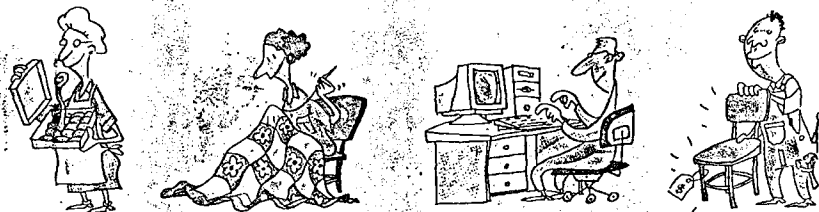
cada gota de suor tem valor,

cada calo na mão representa uma conquista.

Venha conhecer nosso trabalho,

somos todos aqui da comunidade.

ABRA A PÁGINA DE UMA NOVA VIDA!



Principais parcerias:
Principales parcerias
Main partnership
Principali Partner

. Programa Oportunidade Solidária Secretaria
de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade
Prefeitura do Município de São Paulo

. Programa Incubadora de Cooperativas
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Social e do Trabalho Prefeitura do Município
de Santo André

Algumas cooperativas associadas:
Alcunas cooperativas associadas
Some associetad co-operâtives socities:
Alcune cooperative associate

UNIFORJA

- . Coopercon
- . Cooperlfe
- . Coopertratt
- . Cooperfor

PLASTCOOPER
TEXTILCOOPER
CONES
COOPERINCA
UNIWIIDIA



Unisol Cooperativas
Rua João Basso, 231
Centro - São Bernardo Do Campo/SP
09721-100
Fones: 55-11-4127 47 47
55-11-4128 4200, Ext. 4291
E-mail: unisol@smabc.org.br
unisolcooperativas@bol.com.br

Apoio:



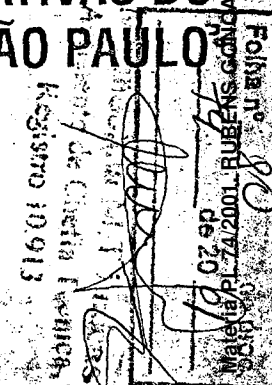
Patrocínio:



PETROBRAS



**UNIÃO E SOLIDARIEDADE
DAS COOPERATIVAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO**



A UNISOL Cooperativas
tem como missão promover e organizar
cooperativas autênticas e democráticas,
objetivando a inclusão social, política e
econômica dos trabalhadores

La Unisol Cooperativas tiene como misión
promover y organizar cooperativas
auténticas y democráticas, con o objeto de
la inclusión social, política y económica de
los trabajadores.

UNISOL Cooperativas has the mission of
promoting and organizing authentic and
democratic co-operatives in order to
achieve the social, political and economic
inclusion of the workers.

UNISOL Cooperativas ha come scopo
promuovere ed organizzare cooperative
autentiche e democratiche, obietivando la
inclusione sociale, politica ed economica dei
lavoratori.

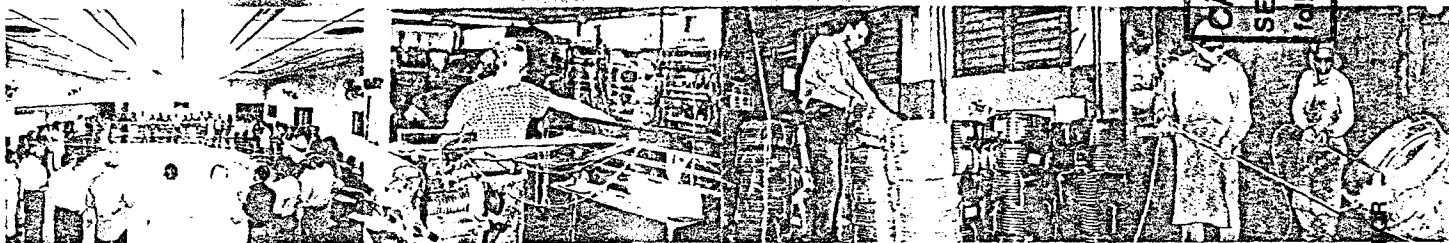


A UNISOL Cooperativas tem desenvolvido uma série de
atividades visando a formação e consolidação de
cooperativas autênticas. Entre estas, destacam-se:

- . assessoria e consultoria jurídica, contábil e
administrativa;
- . cursos de formação para o cooperativismo
- . cursos de formação e capacitação administrativa e
gerencial;
- . gerenciamento de programas de incubadora de
cooperativas.

UNISOL Cooperativas has developed a series of
activities to support and consolidate authentic co-
operative society, as well as:

- . advising and consulting in juridical, accounting
and administrative issues;
- . offering courses of co-operative training and
management training for the workers who take
part in co-operative societies;
- . promoting co-operative incubation programs.



La Unisol Cooperativas tiene desenvuelto una série de
actividades con vistas a la formación y consolidación de
cooperativas autênticas. Entre estas, se destacan:

- . asesoría y consulta jurídica, contabil y
administrativa;
- . cursos de formación en lo cooperativismo;
- . cursos de formación y capacitación administrativa y
gerencial;
- . gerenciamento de programas de incubadora de
cooperativas.

UNISOL Cooperativas sviluppa varie attività con
finalità di promuovere la formazione e consolidazione
delle cooperative autêntiche. Come distachi, sono
realizzate:

- . assessoramento e consulenza giuridica,
contabile ed amministrativa;
- . corsi di formazione per il cooperativismo;
- . corsi di formazione e capacitazione
amministrativa e gerenziale;
- . gerenciamento di programme
accompagnamento di cooperative.



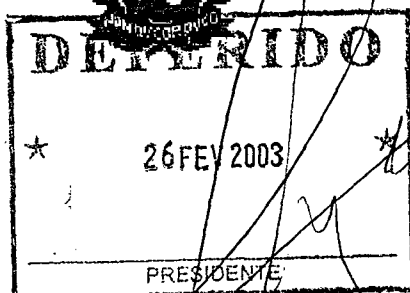
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, lido e assinado, a rubrica do Sr.
Miguel Antonio M. de Moraes
Assistente de Chifre Técnica
Registro 10.913

Materia 74/201. RUBENS GONÇALVES JUNIOR



Câmara Municipal de São Paulo

Atm
nº 74/2001
Assessoria de Chefia Técnica
Registro 10.972



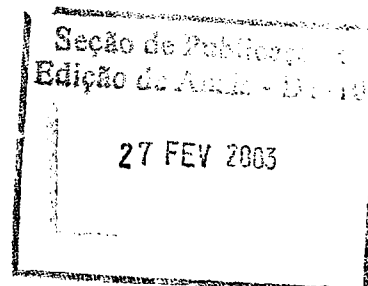
REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0160/2003

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2003.

Carlos Neder
Vereador - PT



Textilcooper lança coleção de colchas

Registro 10.913

Jurídico

O novo Código Civil e as cooperativas

No dia 12 de janeiro de 2003 entra em vigor o novo Código Civil que passa a considerar como empresas as sociedades cooperativas. Algumas mudanças interessam às cooperativas reunidas na UNISOL: maioria aos 18 anos para todos os atos; constituição de cooperativa sem formação de capital; constituição de cooperativas com nove cooperados; registro das cooperativas no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; distribuição dos resultados proporcional ao valor das operações realizadas pelo sócio com a sociedade.

Os maiores destaques estão na responsabilidade que os sócios das cooperativas passam a assumir diante da gestão que venham a realizar:

- é ineficaz qualquer pacto separado, contrário ao disposto no Estatuto;
- administrador da sociedade deverá ter cuidado e diligência que todo homem probo emprega na administração dos próprios negócios;
- distribuição de sobras de forma ilícita ou fictícia acarreta a responsabilidade dos administradores que a realizarem e dos sócios que a receberem;
- administrador responde por perdas e danos se realizar operações em desacordo com a maioria;
- administradores respondem solidariamente se gerirem mal a cooperativa;

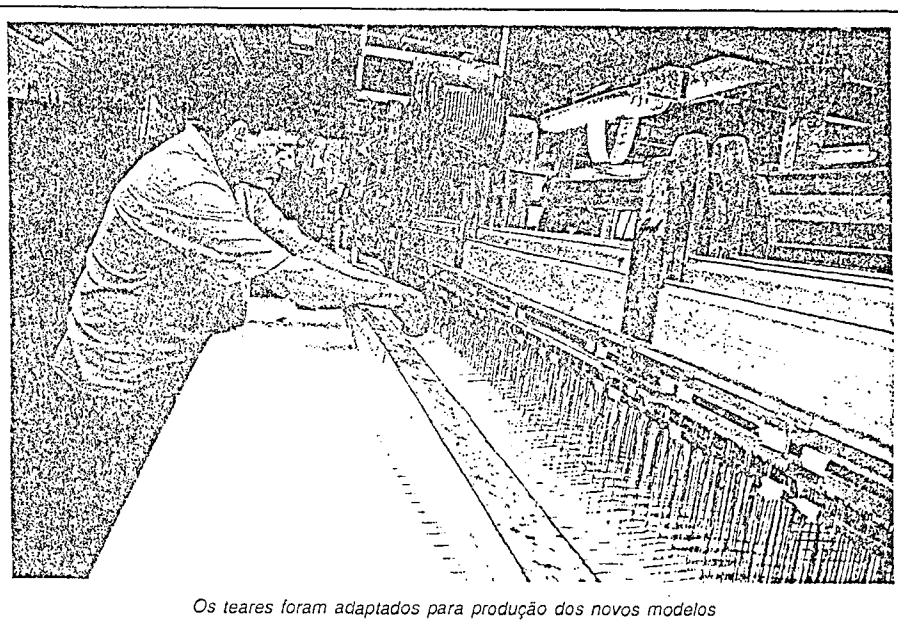
• administrador que, sem consentimento escrito dos sócios, aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros, terá de restituí-los à sociedade ou pagar o equivalente com todos os lucros resultantes e, se houver prejuízo, por ele também responder;

• administradores são obrigados a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração e apresentar-lhes o inventário atualmente, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

As medidas são positivas por exigir seriedade e cuidado na administração das empresas.

Marcelo Mauad
Advogado da UNISOL

Matéria PL 74/2001. RUBENS GONÇALVES JUNIOR



Os teares foram adaptados para produção dos novos modelos

Para ocupar a fábrica em tempos de ociosidade, a Textilcooper, de Santo André, lançou três novos modelos de colchas para camas de casal e infantil. São colchas tipo piquê em algodão cru, cuja coleção foi batizada de Guimarães, para lembrar a região de Portugal onde surgiram.

O coordenador de produção da cooperativa, Almir Ramos Rodrigues, disse que foram necessárias algumas adaptações nos teares que antes só trabalhavam com linhas de acrílico. Segundo ele, as colchas ocupam 10% da produção total, mas até o final do ano que vem deve

chegar a 40%. "Nosso pique de produção é no primeiro semestre porque até agora só fazíamos mantas e cobertores. Como esses produtos vendem bem até o inverno, ficávamos com a tecelagem ociosa uma parte do ano", explicou Almir.

Segundo ele, as amostras enviadas a lojistas foram bem aceitas e as vendas diretas são um sucesso. Almir aproveita para dizer que quem quiser conhecer e comprar as colchas e outros produtos pode ir à lojinha da cooperativa que atende de segunda-feira a sábado, na rua 24 de maio, 237, Vila Pires (em frente ao estádio Bruno Daniel).

Gaúchos inauguram cooperativa

Os metalúrgicos de Porto Alegre também estão desenvolvendo o cooperativismo. No último dia 10 foi inaugurada a Cooperativa dos Trabalhadores da Zago – Cooperzago. A cooperativa será formada por 25 funcionários da ex-empresa Zago Radiadores, que teve falência decretada há quatro meses e deixou dívidas trabalhistas em torno de R\$350

mil. Os cooperativados serão responsáveis pela produção e manutenção de radiadores.

A cooperativa funcionará nas instalações da ex-Zago e os trabalhadores poderão utilizar todo o espaço físico. Na época da falência eram 40 trabalhadores e 15 ex-funcionários ainda deverão integrar a Cooperativa, conforme for aumentando a produção.

ESPECIAL CONGRESSO DE MUNICÍPIOS

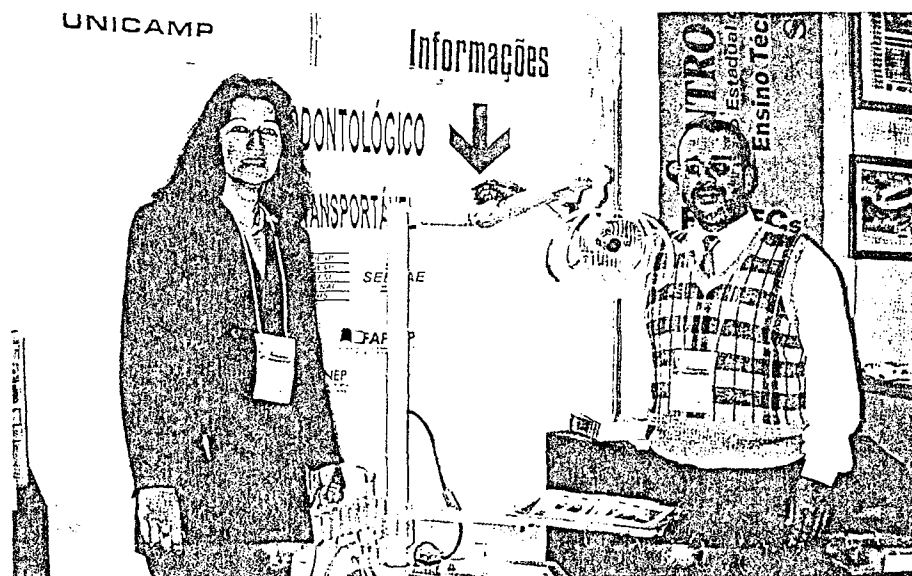
Produtos de incubadoras vão de próteses a vassouras

Buscar a criação e o fortalecimento de empresas inovadoras é um dos objetivos do Programa de Incubadoras de Empresas do SEBRAE-SP. Durante o Congresso de Municípios, em Serra Negra, a entidade procurou levar ao conhecimento de prefeitos e demais autoridades públicas presentes ao evento a função das incubadoras, bem como os produtos ou serviços por elas oferecidos que podem ser contratados pelas administrações públicas, sejam do município, Estado ou União. Instalar uma incubadora no município não só auxiliaria no desenvolvimento da cidade, por meio da geração de renda e postos de trabalho, como também facilitaria o acesso das prefeituras a produtos e serviços com preços competitivos e alavancaria as empresas desses novos empreendedores.

No Congresso, duas incubadoras, com três empresas, estiveram presentes (veja matéria à página 10 desta edição), como a Oral Health, da Incubadora de Rio Claro, produtora do Módulo Odontológico Transportável, mas muitas outras já desenvolvem produtos e serviços com vistas a atender as administrações municipais. Uma delas é a UNI Indústria e Comércio de Materiais

Médico Hospitalar (Traumedic), da Incubadora de Jardinópolis, que fabrica material de implante, fixador externo, material para implante de coluna em titânio e instrumentos para ortopedia em geral. A empresa pode atender a centros médicos.

Já a Incubadora de Mococa possui duas empresas com produtos de interesse



Aparelho Módulo Odontológico Transportável apresentado no Congresso pode ser usado em programas de saúde bucal nos municípios

das prefeituras. A Hivian Confecções produz camisetas, camisas pólo e uniformes para indústrias. A empresa Vassouras Monte Santo produz vassouras coloniais, de piaçava, de nylon, de pêlo, noviça, rodos em geral e vassourão, próprio para o trabalho de limpeza dos logradouros públicos. VIDA - Produtos Biodescartáveis é uma empresa da Incubadora de Bariri. Ela fabrica artigos hospitalares e odontológicos, como aventais, lençóis, além de embalagens para alimentos.

Na Incubadora de Empresas de São José dos Campos já são oito as empresas instaladas, com 39 postos de trabalho. A Sanevale Tecnologia Ambiental presta consultoria e assessoria técnica para diversos tipos de tratamentos industriais, reciclagem de lâmpadas, alternativas para disposição de resíduos, gerenciamento

ambiental, elaboração de procedimentos, regularização e licenciamento ambiental, implantação de programas de coleta seletiva, operação de sistema de tratamento, remoção e transporte de resíduos e centro de tratamento de resíduos oleosos e treinamentos para a preservação do meio ambiente. A Sanevale já atende a prefeitura de São José dos Campos, a Petrobrás e a Gates do Brasil. Para a Prefeitura, a Sanevale desenvolve um programa de coleta de resíduos de fossas sépticas.

A Floss Fio Dental, da Incubadora de São José do Rio Preto, produz um fio dental pessoal. Quarenta centímetros de fio dental são enrolados em um anel plástico e embalados individualmente. A Floss pretende atender prefeituras pois o produto pode ser usado em campanhas de educação e prevenção. ■

Mais informações:

UNI Indústria e Comércio de Materiais Médico Hospitalar (Traumedic)
 Carlos Alberto da Silva
 Tel.: (0xx16) 3663-8222-ramal 22
 cel. (xx16) 9129-4847

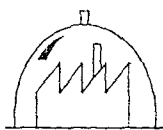
Hivian Confecções
 Ana Maria Batista Geraldi
 Tel.: (0xx19) 656-0404

Vassouras Monte Santo
 José Aparecido de Lima
 Tel.: (0xx19) 656-0404

Sanevale Tecnologia Ambiental
 Luis Fernando de Souza Santos
 Tel.: (0xx12) 382-9333

Floss Fio Dental
 Dante Brazão Bento
 Tel.: (0xx17) 223-1190-ramal 22 e 23

Vida - Produtos Biodescartáveis
 Maria Helena Caliani C. Granado
 Tel.: (0xx14) 662-5221



Edital abre espaço para criação de novas incubadoras

O SEBRAE lançou, em maio, em Brasília, o III Edital de Incubadoras de Empresas. O edital tem o objetivo de investir na implantação de novas incubadoras e na melhoria do atendimento aos micro e pequenos empresários das incubadoras já existentes.

Incubadoras de empresas são ambientes dotados de infra-estrutura técnica e gerencial, especialmente planejados para acolher micro e pequenas empresas nascentes ou em operação, durante um prazo determinado. Neste ambiente, o objetivo é transformar idéias em produtos que resultem em empreendimentos competitivos e realizar a comercialização dos produtos da incubadora. No Estado de São Paulo existem 36 incubadoras, com 335 empresas e 1,6 mil postos de trabalho. Além destas, 62 municípios aguardam a instalação de incubadoras. Encontros regionais em Manhiã, Barretos e Campinas organizaram a nova proposta de apoio às incubadoras para atendimento da demanda dos municípios e instituições de pesquisas. Escritórios regionais do SEBRAE-SP, gestores das incubadoras e os parceiros em cada município mobilizam-se para a nova fase do programa. A meta do SEBRAE-SP é ter 50 incubadoras em funcionamento ainda em 2001. Para dezembro de 2002, 90 incubadoras. Silvério Crestana, coordenador do programa de Incubadoras de Empresas do SEBRAE-SP, afirma que o objetivo do uso de incubadoras de empresas é criar, desenvolver e consolidar empresas competitivas que venham a contribuir para o fortalecimento da tecnologia nacional e o desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo. ■



Fernando Leça, diretor superintendente do SEBRAE-SP, durante Encontro Regional

Agroindústria é nova modalidade

O SEBRAE-SP vai inaugurar ainda este ano as incubadoras agroindustriais. O objetivo é apoiar empresas atuantes em cadeias produtivas ligadas ao agronegócio, que possuem unidades de produção externas à incubadora e utilizem seus módulos para processamento de produtos e outras atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico, agregando valor e aprimorando a gestão empresarial. Para a instalação da Incubadora Agroindustrial é necessário que o SAI - Sistema Agroindustrial Integrado - esteja em estágio avançado de atuação no município. O SAI é o programa do SEBRAE-SP em parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo que visa transformar o produtor rural em empresário rural. Cidades como Bragança Paulista, Jaboticabal, Jacareí, Jales, Limeira, Piraju e Votuporanga devem ser as primeiras cidades contempladas com a nova modalidade. Além da incubadora agroindustrial, existem as seguintes:

Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - Apóia empresas atuantes em setores tecnologicamente dinâmicos e que têm na inovação tecnológica o diferencial do seu negócio.

Incubadora de Empresas de Setores Tradicionais - Apóia empresas de setores tradicionais da economia que agregam tecnologia aos seus produtos e serviços.

Incubadora Mista - Apóia tanto empresas de base tecnológica como as de setores tradicionais.

Incubadora de Cooperativas e de Outras Formas de Associação - Apóia cooperativas de trabalho e outras formas de associação.

Incubadora Virtual - Apóia somente empreendedores e empresas localizadas fora de seu espaço físico, por meio de um atendimento integrado e diferenciado.

Hotel de Projetos / Idéias - Apóia empreendedores que queiram transformar idéias e projetos em produtos, processos e/ou serviços, que resultem em empreendimentos competitivos. ■

Requisitos para a implantação de uma incubadora

Diagnóstico e estudos de viabilidade que identifiquem oportunidades de negócios na região. Estes estudos poderão ser oriundos de programas tais como: Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, Programa de Emprego e Renda, Sistema Agroindustrial Integrado, estudos e estatística da Fundação SEADE, IBGE etc.

Empreendedores interessados

Engajamento efetivo de pelo menos 3 parceiros: entidades públicas, privadas e parceiras locais comprometidas com o empreendimento

Espaço físico apropriado

Plano de Negócios da incubadora

Gestão da incubadora por instituição sem fins lucrativos e não-governamental

Disponibilidade de recursos humanos, laboratoriais e infra-estrutura de apoio à incubadora

Exclusões

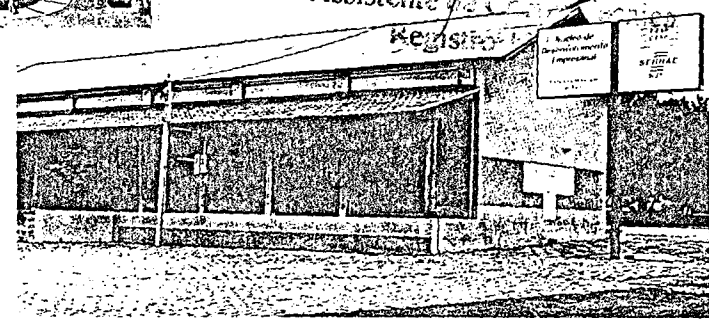
As incubadoras não poderão isentar as empresas da taxa de ocupação de espaço, água, luz e telefone.

As empresas não poderão permanecer por tempo indefinido na incubadora.

Não serão aceitas empresas sem plano de negócio,

Não serão aceitas empresas que não queiram participar de treinamentos, projetos de desenvolvimento tecnológico, feiras e rodadas de negócios.

Não serão aceitas empresas que não queiram regularizar a situação trabalhista dos seus funcionários.



Fachadas das Incubadoras de Jardinópolis (à esquerda) e Bariri acima; no detalhe, maquete produzida pela empresa de Rogério Paiva

Produtos e serviços diversos

Rumo ao mercado, dezenas de empresas residentes nas incubadoras apoiadas pelo SEBRAE-SP desenvolvem produtos e serviços que começam a conquistar clientes. Ingressar na Incubadora de Empresas de Bauru foi o empurrão que faltava para a empresa Rogério Paiva Maquetes, que vivenciou um crescimento significativo com a ampliação do número de funcionários.

Quando o crescente mercado de entrega de cartas (cartões de crédito), talões de cheques e encomendas, a empresa GILJA das Especiais, da Incubadora de Bauru, vem se destacando junto a clientes como Bradesco, Unibanco, HSBC e Telefônica. A empresa Mangueiras Ultraflex, da Incubadora de Bariri, fabrica

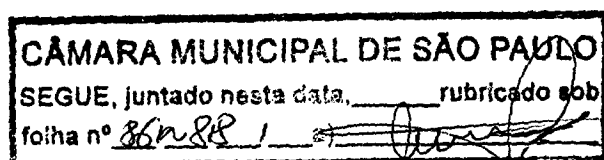
mangueiras de jardim a partir da reciclagem de PVC, matéria-prima obtida no mercado pelo descarte das indústrias. Todo o processo de reciclagem é feito na incubadora. As mangueiras já foram exportadas. Em Tupã, um dos destaques é NELMAC - Máquinas e Equipamentos para Açougues e Frigoríficos. Depois das consultorias, o empresário iniciou a construção de sua própria empresa. A Empresa A.D.B. Materiais de Segurança iniciou suas atividades na Incubadora de Empresas de Jardinópolis com apenas três funcionários. Hoje, com 11, ela é fabricante de luvas de raspa de couro e está fechando um pedido de 200 mil pares.

Já a ENALTA Inovações Tecnológicas desenvolve tecnologias no segmento de equipamentos eletroeletrônicos e softwares voltados para a agricultura de precisão na Incubadora da Fundação ParqTec de São Carlos. Já lançou no mercado um controlador eletrônico para irrigação e pulverização. ■

Incubadoras de Empresas apoiadas pelo SEBRAE-SP			
	E. R. SEBRAE-SP	INCUBADORA - MUNICÍPIO	OBSERVAÇÃO
1	AGÊNCIA BARRA FUNDA	Capital - IPEN/CIETEC	Vagas abertas
2	ARAÇATUBA	Birigui	Completa
3	ARAÇATUBA	Ilha Solteira	Vagas abertas
4	ARAÇATUBA	Penápolis	Vagas abertas
5	ARARAQUARA	Araraquara	Vagas abertas
6	BARRETOS	Barretos	Vagas abertas
7	BARRETOS	Bebedouro	Vagas abertas
8	BARRETOS	Guaíra	Vagas abertas
9	BAURU	Agudos	Completa
10	BAURU	Bariri	Vagas abertas
11	BAURU	Bauru	Vagas abertas
12	BOTUCATU	Botucatu	Vagas abertas
13	CAMPINAS	Campinas CIATEC	Vagas abertas
14	CAMPINAS	Campinas SOFTEX	Vagas abertas
15	CAMPINAS	Campinas UNICAMP	Vagas abertas
16	FRANCA	Franca	Completa
17	FRANCA	Guará	Vagas abertas
18	FRANCA	S.Joaquim da Barra	Vagas abertas
19	MARÍLIA	Garça	Vagas abertas
20	MARÍLIA	Marília	Vagas abertas
21	MARÍLIA	Tupã	Completa
22	PIRACICABA	Limeira	Completa
23	RIBEIRÃO PRETO	Jaboticabal	Vagas abertas
24	RIBEIRÃO PRETO	Jardinópolis	Vagas abertas
25	RIBEIRÃO PRETO	Orlândia	Vagas abertas
26	RIBEIRÃO PRETO	Sertãozinho	Completa
27	SANTO ANDRÉ	Mauá	Vagas abertas
28	S.B.DO CAMPO	São Bernardo do Campo	Completa
29	SÃO CARLOS	Porto Ferreira	Completa
30	SÃO CARLOS	Rio Claro	Completa
31	SÃO CARLOS	São Carlos Parqtec	Vagas abertas
32	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	Mococa	Vagas abertas
33	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	S.J.Campos - Univap	Vagas abertas
34	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	S.J.Campos - Petrobras	Vagas abertas
35	SÃO JOSÉ RIO PRETO	S.J.Rio Preto	Vagas abertas
36	SOROCABA	Itu	Vagas abertas
37	VOTUPORANGA	Sta. Fé do Sul	Vagas abertas

Fonte: Coordenação do Programa de Incubadoras

Obs.: Os telefones dos Escritórios Regionais se encontram na página 15 desta edição



Mirandolina M.T. Luccas
Assistente de Chefia Técnica
Registro 10.913



DEFERIDO

08 ABR 2003

FREQUENCIA

FREQUENCIA

REQUERIMIENTO

13 - RDS
13-0448/2003

REQUEIRO a Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 74/2001**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2003.


Carlos Neder
Vereador - PT

09 ABR 2003

Os meses de férias oferecem boas opções para quem quer ser selecionado por incubadoras de empresas

É tempo de se tornar um 'Incubado'

TATIANA DINIZ
DA REPORTAGEM LOCAL

Somar um projeto inovador em fase embrionária a uma infra-estrutura de baixo custo e alto potencial de suporte, a fim de viabilizá-lo comercialmente. Esse é o princípio básico das incubadoras.

Se a fórmula parece adequada para você, fique atento. Janeiro e fevereiro são os meses que mais concentram processos seletivos para quem quer emplacar uma empresa "incubada" antes de se lançar em definitivo no mercado.

O Cietec (Centro Incubador de Empresas Tecnológicas) da USP (Universidade de São Paulo), por exemplo, receberá propostas de interessados até o dia 20.

O centro, que já tem 70 empresas, deve chegar a 90 "incubadas" neste ano. "O principal critério seletivo é a inovação", diz o gestor-executivo Sérgio Risola, 53.

Entre os benefícios de optar pela incubação, está o fato de contar com infra-estrutura física de custos reduzidos. Em geral, os "incubados" arcam com despesas de condomínio, luz e telefone, que ficam em torno de R\$ 500 por mês.

Há ainda os chamados hotéis de projetos, etapa anterior à incubação, durante a qual a empresa já selecionada tem a chance de amadurecer sua proposta. E algumas incubadoras, como a Supera em Ribeirão Preto (SP), admitem também empresas associadas,

que recebem suporte, mas ficam instaladas externamente.

A Innova, que está situada em Santo André, na Grande São Paulo, pretende selecionar de três a cinco empresas em 2003.

"Haverá uma pré-seleção baseada numa apresentação preliminar dos projetos. Depois daremos as orientações para o preparo do plano de negócios", comenta Luís Paulo Bresciane, 43, diretor de desenvolvimento econômico da Prefeitura de Santo André.

Preparação

O momento é ideal para amadurecer idéias e transformá-las em projeto, elaborar o plano de negócios e identificar qual centro incubador é atraente ao seu perfil.

Para aumentar as chances de ser selecionado por uma incubadora, o melhor é se preparar com grande antecedência. Um dos primeiros passos é identificar o público e verificar se há possibilidade de obter resultados concretos. Isso porque a maioria dos selecionadores valoriza quem já demonstra possuir noções empresariais. Ser prático em relação às finanças da companhia é outro ponto-chave.

"É preciso destrinchar ao máximo a parte financeira. Nenhuma incubadora vai apostar num projeto que não tem possibilidades óbvias de resultado", avisa Alexandre Vancini, 25, gerente da Ilesbec (Incubadora de Empresas de São Bernardo do Campo),



Os sócios Julio Avero e Arnaldo Majer, da Majer & Majer

BOAS IDÉIAS

Experiências pessoais ajudam

DA REPORTAGEM LOCAL

Quando o administrador de empresas aposentado Arnaldo Majer, 60, teve a ideia de criar um software para acompanhar a distância as ações da Bovespa (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo), sua meta era o uso pessoal.

"Queria fazer um programa que facilitasse a minha vida. Algo bem simples, para ajudar quem não tem familiaridade com o computador", explica o diretor da empresa "incubada" Majer & Majer. Em 2000 Majer tomou conhecimento do edital do Cietec pelos jornais e resolveu apresentar sua proposta. Teve seu projeto aceito e recebeu indicação para adotar o estudante de computação Julio Cesar Avero, 23, como sócio.

A parceria deu certo. Avero tem domínio das linguagens de informática e otimiza a construção do software, conta.

Já o físico Spero Penha Morais, 50, resolveu aproveitar a experiência com laser para lançar a Laser Tools (fabricante de ferramentas industriais a laser). "Saímos do Cietec há dois meses e já temos mais de 5.000 negócios",

Planejar negócio é o principal desafio

DA REPORTAGEM LOCAL

Os gerentes de incubadoras são unânimes quanto à maior deficiência apresentada pelos projetos que enfrentam as seleções: falta de planejamento financeiro.

"Muitas vezes os candidatos trazem planos que não falam sobre finanças. É preciso ter consciência de que o planejamento financeiro é a alma do negócio. Tudo está ligado a ele", alerta Alexandre Vancini, gerente do Ilesbec.

Para Alessandro de Souza, 30, técnico do Sebrae-SP (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa) especializado em planos de negócios, planejar com eficiência

"é o diferencial entre oportunidade e suposição".

Souza, que deu mais de dez cursos sobre o tema para candidatos de incubadoras em 2002, reconhece que o despreparo é grande.

"O mais difícil é convencer que o plano deve ser focado no negócio, e não na seleção. Entrar na incubadora é apenas o começo. O desafio mais importante é passar dela para o mercado", explica.

"Enforcado"

Enfatizar a questão financeira é uma das preocupações na seleção da Innova. "São critérios seletivos a dimensão financeira do projeto, a necessidade de investimento e a

disponibilidade inicial de capital. Sem esses fatores, o empreendedor acaba 'enforcado'", comenta Luís Paulo Bresciane. "A incubadora não gera renda do nada."

Planejamento eficiente foi o pontapé inicial da Proline, desenvolvedora de itens para uso médico e odontológico, que começou como "incubada" do Cietec.

"Iniciar na incubadora foi fundamental devido aos custos reduzidos", avalia a sócia-proprietária Laura de Oliveira, 23.

No final de 18 meses, conseguiu migrar para o mercado. "Em um ano começamos a ter giro e montamos a fábrica. Mas é preciso planejar com detalhes", ensina.

PLANO DE NEGÓCIOS

Veja dicas do Sebrae-SP para fazer o seu



Mercado

O plano de negócios deve ser feito para o mercado, e não só para a seleção



Análise

Verifique quem são seus concorrentes e possíveis fornecedores; certifique-se de que há compradores para o produto



Estratégia comercial

Calcule preços e defina previamente as condições de pagamento que você pode oferecer aos clientes



Dimensão

Avalie a extensão financeira do projeto. Observe quanto custa a produção e verifique se a operação envolve promotores e distribuidores. Assim você terá noção de quanto custa o negócio



Futuro

Aproveite o plano de negócios para programar o momento de saída da incubadora, quando os gastos com instalação aumentam. O período de permanência geralmente varia de 24 a 36 meses

DICAS PARA TER SEU PROJETO ACEITO POR UMA INCUBADORA



Definição

Amadureça ao máximo a idéia antes de definir o projeto. Discuta a proposta com outras pessoas e com profissionais do setor. Por mais genial que considere a iniciativa, procure enxergar riscos e pontos negativos, assim poderá visualizar como superá-los.



Direcionamento

Definida a proposta, não atire para todos os lados. Procure descobrir qual incubadora é mais adequada ao seu projeto e poderá dar suporte ao desenvolvimento do mesmo. Direcionar seu projeto à incubadora certa aumenta suas chances de ser selecionado.



Sociedade

Um ponto positivo aos olhos dos selecionadores é ter um bom parceiro, pois tocar o projeto em sociedade é mais viável do que administrá-lo sozinho. Seu sócio pode ser um investidor ou um especialista. Você pode, inclusive, pedir indicações à incubadora.



Plano de negócios

Se existe um "calo" para quem pensa em emplacar em uma incubadora, ele se chama plano de negócios. O ideal é que seja desenvolvido para comprovar a viabilidade comercial do projeto e aponte, com detalhes, previsões de despesas e investimentos.



Registro

Ainda que as incubadoras possibilitem baixo custo para o empreendedor, é preciso contar com algum capital, pois as despesas são inevitáveis. Para começar, certifique-se de que você tem como garantir gastos mensais com condomínio e telefone.



Bons relacionamentos

Se a incubadora lhe dá a estrutura inicial para deslanchar seu negócio — com cursos de gestão, de marketing e de design, além de suporte tecnológico — o empreendedorismo é tarefa sua. Mantenha o olho no mercado e crie sua rede de relacionamentos.

Principais incubadoras do Estado de São Paulo

Incubadora	Centro Incubador de Empresas de Marília	Cietec - Centro Incubador de Empresas Tecnológicas	Incubadora de Empresas de Guaíra	Incubadora de Empresas de Jaboticabal	Agência de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Lins	Incej - Incubadora de Empresas de São Joaquim da Barra
Áreas de incubação	Tecnologia aplicada à informática	Biociência, biotecnologia, química, ambiente, materiais, técnicas nucleares, tecnologia da informação e softwares	Confeção, brindes, sacolas plásticas, alimentos, informática e calçados	Empresas tradicionais e de tecnologia	Tecnologia, com foco em aplicações que tragam desenvolvimento ao interior	Indústria e serviços
Inscrições	Permanentes. Agendar entrevista com a gerência do centro incubador	Os interessados devem retirar o edital na incubadora até 21 de janeiro, mediante pagamento de R\$ 20. As propostas serão recebidas até 24 de janeiro	Permanentes. Agendar entrevista com a gerência da incubadora, de preferência com plano de negócios já elaborado	Permanentes. Agendar entrevista com a gerência da incubadora	Novo edital em janeiro de 2003. Durante todo o ano, é possível encaminhar resumo de idéia ou plano de negócios para a gerência da incubadora	Novo edital em 15 de janeiro de 2003
Informações	0/xx/14/421-6834 ou no site www.ciem.fundamet.br	0/xx/11/3039-8300 ou no site www.cietec.org.br	0/xx/17/3331-6177	0/xx/16/3204-2205	0/xx/14/523-1450 ou www.adetecins.org.br	0/xx/16/3818-1644 ou pelo e-mail incej@com4.com.br
Incubadora	Incubadora Empresarial de Bebedouro	Incubadora Empresarial de Santa Fé do Sul	Incubadora de Empresas de Sertãozinho	Incubadora de Santos	Innova - Incubadora Tecnológica de Santo André	lesbec - Incubadora de Empresas de São Bernardo do Campo
Áreas de incubação	Empresas tradicionais e de tecnologia, com predominância das áreas de informática e de telefonia	Confeção, calçados, eletrônica, mecânica, artesanato e outras	Indústria e serviços	Tecnologia	Tecnologia	Metalmeccânica, plástico e borracha, eletroeletrônica, cartoneiro, marcenaria final
Inscrições	Próximo edital em fevereiro de 2003	Próximo edital previsto para abril de 2003	Permanentes. Agendar entrevistas com a gerência da incubadora	Permanentes, pelo site www.investsantos.com.br	Próximo edital em fevereiro de 2003	Permanentes, a partir da avaliação de plano de negócios realizada nas primeiras terças-feiras de cada mês
Informações	0/xx/17/3342-5933 ou no site www.incubadora-bebedouro.com.br	0/xx/17/3631-5021 ou pelo e-mail incubadora@funecfisa.br	0/xx/16/645-7766 ou pelo e-mail les@netsite.com.br	0/xx/13/3216-1967	0/xx/11/4979-3603	0/xx/11/4127-2480 ou pelo e-mail incubabec@uol.com.br
Incubadora	IEBM - Incubadora de Empresas Barão de Mauá	Infibios - Incubadora de Empresas de Biotecnologia em Saúde	Núcleo de Desenvolvimento Empresarial - Incubadoras de Empresas da Fiesp	Promon Tecnologia	Supera - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica	Sociedade Núcleo Softex 2000
Áreas de incubação	Tecnologia	Biociência e áreas correlatas	Confeção, embalagens, calçados, artigos de couro, plástico, eletroeletrônico, metalúrgico, tecnologia da informação, software e alimentos	Engenharia, energia, telecomunicações, tecnologia da informação, educação, ambiente e agribusiness	Tecnologia, biotecnologia, biomedicina, desenvolvimento de materiais e equipamentos médico-odontológicos, tecnologia da informação, química e técnicas nucleares, entre outras	Desenvolvimento de softwares com foco na exportação
Inscrições	Permanentes, mediante entrevista com a gerência da incubadora	Próximo edital previsto para março de 2003	O núcleo concentra 15 incubadoras em cidades do interior do Estado e pretende chegar a 25 em 2003. As inscrições variam para cada uma das incubadoras. Até o final de janeiro, estão recebendo interessados as incubadoras de Votorantim e de Praia Grande	Permanentes. Enviar sumário do plano de negócios para avaliação preliminar, de acordo com modelo disponível no site	Próximo edital previsto para junho de 2003, para hotel de projetos e empresas associadas	Permanentes, pelo site www.cps.softex.br
Informações	0/xx/11/4511-5987 ou no site www.incubadora-deempresasbmaua.com.br	0/xx/16/3977-8322 ou pelo e-mail fipase@ribeiraopreto.sp.gov.br	0800-554344 ou 0/xx/13/3271-9732	0/xx/11/3847-4922 ou no site www.promonventures.com.br	0/xx/16/3977-8322 ou no site www.supera.ribeiraopreto.sp.gov.br	0/xx/19/3287-7060

Fontes: Anprotec e Incubadoras

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 89
Em 5 / 01 / 05
Ass: _____


Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF. 100.453



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 89
do processo n.º 01-74 de 2001 05/01/05 (a) 89

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF. 100.453

À SGP-33 – Sra. Supervisora:

Solicito arquivar o presente processo de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

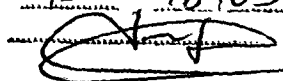
05 / 01 / 2005

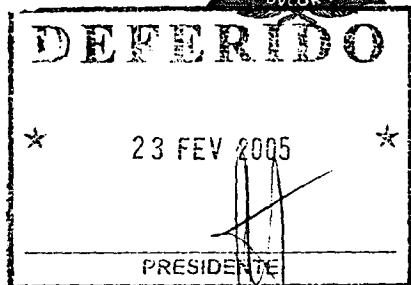
Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL	
Proc. encerrado com	<u>89</u> fls.
Arquivado em	<u>18/01/2005</u>
O Func.º	<u>[assinatura]</u>

APARECIDO FERREIRA
RF 101.075
SGP-33

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
n.º 90A92 e folha de informação
sob n.º 93 18/03/2005


JOSÉ ROBERTO FERREIRA
RF 100.702
SGP-33



Câmara Municipal de São Paulo

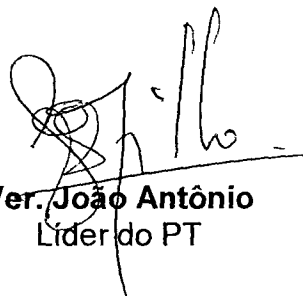
JOSÉ ROBERTO FERREIRA
RF 100402
SGP-33

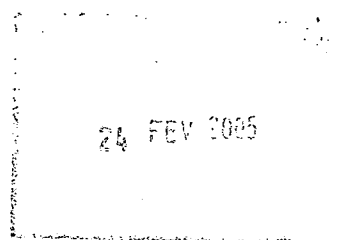
REQUERIMENTO "D" Nº

13 - RDS
13- 0066/2005

REQUEIRO à Douta Mesa, na forma regimental (art. 223, XII combinado com o art. 275, § 2º), sejam desarquivados os projetos elencados no documento anexo, de autoria do Nobre **Vereador Carlos Neder**.

Sala das Sessões, em


Ver. João Antônio
Líder do PT



Folha N.º	91	do proc.
N.º	01-0074	de 2001
O funcionário		

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

RELAÇÃO DE PROJETOS A SEREM DESARQUIVADOS PELA BANCADA

RE 100.702
SGP-33

(VER. CARLOS NEDER)

PL 496/04	PR 32/02	PL 39/98
PL 425/04	PL 556/02	PL 276/97
PL 332/04	PL 636/02	PL 536/97
PL 273/04	PL 714/02	PL 908/97
PL 133/04	PL 296/01	PL 252/97
PL 841/03	PL 150/02	PLO 05/97
PL 783/98	PL 94/01	PLO 02/97
PL 692/03	PL 595/99	PL 239/98
PL 629/02	PL 52/02	PL 403/01
PL 363/04	PL 35/00	PL 710/01
PL 365/04	PL 278/99	PL 389/97
PL 728/03	PR 11/01	PL 572/99
PL 748/02	PL 526/99	PL 302/97
PL 748/03	PL 134/99	PL 494/98
PL 119/03	PL 222/99	PL 909/97
PL 06/03	PL 493/98	PL 727/03
PL 128/02	PR 03/98	PL 135/03
PL 52/03	PL 340/98	PL 122/97
PL 40/97	PL 567/98	PL 607/02
PL 959/97	PL 239/98	PL 145/01
PL 576/98	PR 05/97	PL 74/01
PL 06/02	PL 547/97	PL 899/97
PL 675/01	PL 203/98	PL 352/97
PL 273/97	PL 920/97	PL 392/04
PL 330/00	PL 986/97	PL 439/97
PL 663/02	PL 06/98	PL 249/97
PL 576/01	PR 10/98	PR 32/03
PL 02/02	PL 617/97	
PL 316/02	PL 1011/97	



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº

92

do processo n.º 01-0074 de 20 01

18, 03, 2005 (a)

JOSÉ ROBERTO FERREIRA
RF 100.702
SGP-33

À SGP-33 - Sra. Supervisora:

Solicito o desarquivamento do processo assinalado no requerimento retro para volta à tramitação.

09/ 03 / 05

Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação rubricado com folha nº93
do processo nº 01-074 / 2001 18/03/2005 a).....

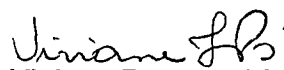
JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Senhora Subsecretária,

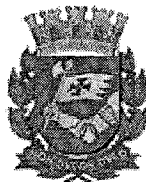
Conforme solicitado pelo RDS Nº 13 – 066 / 2005, segue o presente expediente para a volta a tramitação.

Atenciosamente

SGP.33 em 18 de março de 2005.


Viviane Ferreira Pó
Supervisora

Seguem juntado(s) nesta data,
documento(s) e folha de
informação rubricado(s) sob
nº 94
Em 05/01/2009
Lizia Oshiro 
Técnico Administrativo
RF 11.020



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 94

do processo n.º 01 - 44 de 2001

05/01/2009

(a) 84

Lizia Oshiro
Técnico Administrativo
RF 11020 - SGP-21

À SGP - 2

Sra. Secretária,

Nos termos do art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura), o presente processo preenche os requisitos para arquivamento.

05/01/2009

Luzia de Almeida Leite
Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP - 21

À SGP - 33

Sra. Supervisora,

Encaminho os presentes autos para arquivamento.

05/01/2009

Ângela Bordin Andreoni
Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP - 2

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº.....e folha de informação
sob nº.....95.....27...../01...../09.....

Lina Angélica M. Gumauskas
Documentalista
RF 100427



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha n° 95
do processo 01-74 de 2001 27/01/2009

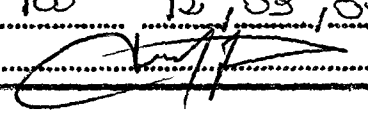
Lina A. M. Gumauskas
RF 100927

SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

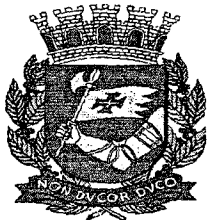
Requisitado em 22/03/2005
Arquivado novamente em 27/01/2009
Com 95 fls.
O Funcionário

Lina A. M. Gumauskas
RF 100927

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº 96-99 e folha de informação
sob nº 100 12/03/09



José Roberto Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 100.702



Câmara Municipal de São Paulo

José Roberto Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 100.702

autuado em 30/09/2015 00:00:00.
Folha nº 16 do Processo
nº 01-0074 de 2001b. 135

DEFERIDO



18 FEV 2009



PRESIDENTE

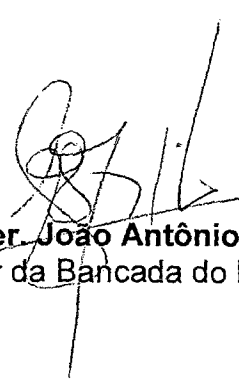
REQUERIMENTO "D" Nº

13 - RDS
13- 00137/2009

REQUEIRO à Douta Mesa, na forma regimental (art. 223, XII combinado com o art. 275, § 2º), sejam desarquivados os Projetos de Lei de autoria dos ex-vereadores Beto Custódio, Carlos Neder, Claudete Alves e Paulo Fiorilo

Segue a **lista anexa**.

Sala das Sessões, em


Ver. João Antônio
Líder da Bancada do PT

19 FEV 2009



Bancada de Vereadores

Folha nº 01.0074 de 2001
Assinado em 30/09/2015 09:00:00.
do Processo nº 136

José Roberto Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 100.702

Relação dos Projetos para Desarquivamento
Bancada do PT

		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
BETO CUSTÓDIO		178	PLO 12	PR 31	24	559	PR 12	PR 14	115
		229	PR 29	425	103	723	PR 13	126	166
		299	289	461	229	825	PR 15	213	230
		334		511	237		PR 26	248	369
		377		568	261		PDL 64	253	370
				642	282		79	416	410
				883	283		186	511	
					291		297	512	
					368		348	554	
					378		374	673	
					379		375	774	
								775	
								849	
								850	
								851	
								852	
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2007	2008
CARLOS NEDER	PLO 02/97	32/99	35/00	PR 11	02	06	133	PLO 05	PR 01
	PR 05/97	134/99	PDL	74	06	PR 32	273	PR 09	06
	PLO 05/97	167/99	41/00	76	52	PR 44	363	PR 10	PR 07
	36/97	222/99	83/00	94	128	52	392	PR 11	34
	40/97	278/99	108/00	296	150	135	496	PR 14	PDL 66
	49/97	526/99	330/00	675	316	198		PR 18	79
	67/97	572/99	356/00	710	388	433		PR 26	99
	68/97	595/99	410/00		607	434		235	144
	106/97				629	520		236	273
	121/97				636	543		237	297
	122/97				663	601		238	379
	228/97				714	692		280	438
	249/97					698		375	481
	252/97					727		381	606
	273/97					728		452	
	276/97					793		508	
	302/97					841		512	
	303/97					891		533	
	342/97					903		682	
	352/97							767	
	389/97							768	
	439/97							778	
	536/97							800	
	547/97							806	
	604/97							848	
	617/97								
	683/97								
	899/97								
	908/97								
	947/97								
	959/97								
	986/97								
	1011/97								
	1170/97								
	PR 03/98								
	PR 10/98								
	39/98								
	203/98								
	239/98								
	311/98								
	340/98								
	493/98								
	494/98								
	567/98								
	576/98								
	603/98								
	747/98								
	783/98								



Bancada de Vereadores

autuado em 30/09/2015 00:00:00

Folha nº 98 de 137

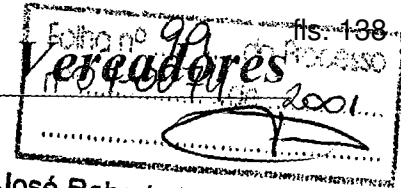
01.0054 15.137

2001

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CLAUDETE ALVES	581	09	PR 13	PDL 03	PL 009	PL 009	208
	591	PR 19	PR 14	PR 04	PR 07	PR 04	209
	618	PR 43	PR 15	PDL 04	PR 08	PR 05	210
	637	249	PR 19	13	PDL 09	RF 004/02	397
	638	294	PR 21	14	22	PR 27	398
	639	399	71	23	96	49	399
	640	401	79	24	97	64	445
	641	439	110	25	98	65	496
	642	440	147	26	99	66	601
	643	441	167	27	PDL 100	67	602
		442	198	26	101	68	671
		475	199	27	102	69	682
		476	200	28	103	70	
		561	206	29	104	71	
		566	281	30	105	72	
		567	298	31	106	73	
		608	307	32	107	74	
		609	308	42	108	75	
		763	361	43	109	76	
		764	387	PDL 54	110	77	
		765	394	57	111	78	
		798	395	PDL 82	112	79	
		804	430	95	113	264	
		805	453	165	114	265	
		825	454	307	115	266	
		844	455	321	116	267	
		852	456	334	117	268	
		853	457	338	118	269	
		898	458	373	119	270	
		899	459	451	120	271	
		901	461	585	121	272	
			462	611	122	274	
			463	702	622	275	
			483	739	650	276	
			488	743	651	277	
				744	671	291	
				809	672	292	
				823	673	301	
				824		358	
						399	
						400	
						417	
						418	
						456	
						512	
						562	
						714	
						716	
						717	
						758	
						759	
						760	
						761	



Bancada de



José Roberto Ferreira
Assistente

						2005	Assistente	2007	2008
PAULO FIORILO						PDL 07	01	043	PR 08
						PDL 08	PR 18	RF 100.702	PR 11
						PDL 09	PDL 104	PR 14	74
						15	359	PR 21	151
						PDL 24	504	PR 28	195
						PDL 42	636	512	212
						236	699	584	213
						427		677	265
						471		690	277
						491		699	334
						581		708	360
						596		738	404
						598		744	425
						620			458
						695			508
						814			522
						815			559
									595



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 100
do processo nº 01-0074 de 2001, 12, 03 / 02 (a)

José Roberto Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 100.702

À SGP.33 – Sra. Supervisora:

Solicito o desarquivamento do processo assinalado no requerimento retro para volta à tramitação.

04 / 03 / 2009

Ângela Bordin Andreoni

Secretária de Apoio Legislativo.

SGP. 2

À SGP.2 - Senhora Secretária,

Conforme solicitado pelo RDS Nº 13 – 00137/2009, segue o presente expediente, para volta à tramitação.

Atenciosamente

SGP.33 em, 12 de março de 2009.

Viviane Ferreira Pó
Supervisora Arquivo Geral
SGP.33

Ao Setor de Pesquisa e Assessoria de
Análise Prévia das Proposituras.

25/03/09

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO NA PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DE PESQUISA E ACOMPANHAMENTO DA LEGISLAÇÃO DAS PROPOSITURAS

EM 25/09/09 às _____ h
POR [assinatura]

SALA: _____ AS: _____ h ASS.: _____

Sr(a). Alessandra
Efetuar pesquisa.
SP. 25/09/2009

[assinatura]
Marcelia Falbo Giacaglia
Procuradora Legislativa
OAB/SP nº 111.303.

Pesquisa efetuada.
SP 25/09/09
[assinatura]
Alessandra Labaki
Técnico Administrativo
RF 11.136

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Seguem juntado(s) o(s) documento(s) de
fls. 101 a 103, S.P. 18/01/2010
[assinatura]

Livia Salem Nogueira
Técnico Administrativo
RF: 11.274



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA**

Folha 101
Arquivado em 30/09/2013 00:00:00
Proc. Nº 74 101 fls. 141
LRN
Livia Salomão Nogueira
RF: 11.274

PL nº 0074/01

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto nada foi localizado o seguinte:

- Projeto de Lei nº 276/09, que dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda na Cidade de São Paulo.

À SGP-21, para prosseguimento.

São Paulo, 19 de junho de 2009.

Ana Paula Ferreira dos Santos
Procuradora Legislativa
OAB/SP 274.894

Marcella Falbo Giacaglia
Procuradora Supervisora do Setor de Pesq. e Análise Prévia
OAB/SP 111.393

PROJETO DE LEI 01-0276/2009 do Vereador Ítalo Cardoso (PT)

"Dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda na Cidade de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º Fica assegurado o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto pelo art. 6º, da Constituição Federal, e consoante o especificado pelo art. 4º, inciso V, alínea "r", da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183, da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e o disposto na Lei federal 11.888 de 24 de dezembro de 2008.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes na Cidade de São Paulo, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no caput abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia, necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este dispositivo objetiva;

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação junto ao Poder Público municipal e outros órgãos públicos;

III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV - propiciar e qualificar a ocupação de sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A garantia do direito previsto no art. 2º deve ser efetivada mediante o oferecimento pelo Poder Público Municipal, de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, sindicatos ou associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnicas devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I - sob regime de mutirão;

II - em zonas habitacionais declaradas por lei com de interesse social;

III - zonas com déficits habitacionais superiores a 10% do déficit em relação às famílias incluindo ônus excessivo de aluguel.

Art. 4º A ação do Poder Público Municipal para o atendimento do disposto no artigo 3º desta lei, deve ser planejada e implementada de forma coordenada e sistêmica, com as políticas habitacionais da União e do Estado, a fim de evitar sobreposições e otimizar resultados.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal deve instituir órgão colegiado municipal com composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil para seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e para realização do atendimento direto a eles por meio de sistemas de atendimento próprios.

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo e engenharia que atuem como:

I - agentes públicos;

Livia Salomão Nogueira

RF: 11.274

II - integrantes de equipes de organizações não governamentais sem fins lucrativos;

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura e urbanismo, engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área, objeto de convênio ou termo de parceria com Município;

IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pelo Município.

§1º Na seleção e contratação dos profissionais, na forma do inciso IV, do caput, deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros; mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável.

§2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no caput, deve ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

Art. 7º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura e urbanismo ou engenharia.

Parágrafo único - Os convênios ou termos de parceria previstos no caput devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 8º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por:

I - recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, instituído pela Lei nº 8.478 de 29 de dezembro de 2005, direcionados a habitação de interesse social;

II - recursos orçamentários;

III - recursos privados tomados em parceria.

Art. 9º. Fica instituído o Programa Municipal de Assistência Técnica à Habitação Social no âmbito do município de São Paulo, junto à Secretaria Municipal de Habitação, com dotação orçamentária própria e cujos objetivos e finalidades, metas e ações, serão definidos por Ato do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2009. Às Comissões competentes."

RECEBIDO SGP-21
Em 19 / 01 / 10

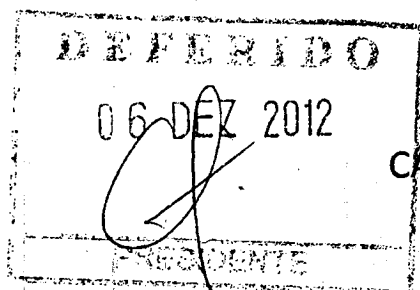
Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Elencário

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob n°(s)
104 a - e folha de Informação
sob n° - 10 / 12 / 12

Cesar Uema
Técnico Administrativo
RF 11.366 - SGP.21

Folha nº 104 do Processo nº 01-74 de 2001 f. 145


Cesar Uema
Técnico Administrativo
RF 11.366



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

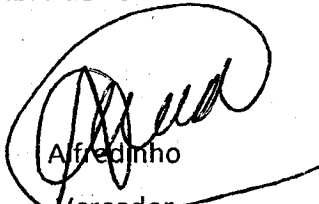
REQUERIMENTO

13 - RDS
13- 01815/2012

REQUEIREMOS, nos termos regimentais, que seja admitida a co-autoria aos PL's elencados, de autoria do então Vereador Carlos Neder, que neste momento e por mútuo acordo concorda com a co-autoria dos projetos em comento.

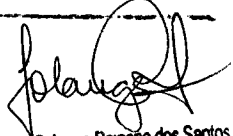
- PL's: 547/97 – 203/98 – 340/98 – 74/01 – 94/01 – 128/02 – 607/02 – 629/02
727/03- 237/07.
- PR 01/08

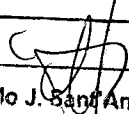
Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2012


Alfredinho
Vereador


De acordo

Ver. Carlos Neder

A SGP-21
Em 10/12/12

Solange Rancie dos Santos
Supervisora - SGP.22
RF. 10.801

Segue(m), juntado(s) nesta data, documento(s)
e folha de informação rubricado(s) sob
n° 105
Em 21/01/13 a 
Camilo J. Santana
Assistente Parlamentar
SGP21
RF 100.358



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 105

do processo nº 74 de 2001, 02 / 01 / 2013 (a)

Camilo José de Santana
Assistente parlamentar
RF 100.358

À SGP-33

PARA ARQUIVAMENTO, face ao disposto no artigo 275, caput, do Regimento Interno.

São Paulo, 02/01/2013.

Jader Augusto Pimenta
Jader Augusto Pimenta
Supervisor - SGP.21
RF 10.860

13980

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO	
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL	
Requisitado em	12/03/2009
Arquivado novamente em	10/01/2012
Com	105 folhas.

Lucas Manuzzi M. Alves Soto
Lucas Manuzzi M. Alves Soto
Técnico Administrativo
RF 11.234